

**O USO DO TERRITÓRIO PELOS  
HOMENS LENTOS:** A EXPERIÊNCIA  
DOS CAMELÔS NO CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO  
- ANA LUISA MIRANDA - AGOSTO/2005.



NÚMERO: 16/2005  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ANA LUISA MIRANDA**

**O USO DO TERRITÓRIO PELOS HOMENS LENTOS: A EXPERIÊNCIA  
DOS CAMELÔS NO CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

PROFA. DRA. ARLÊUDE BORTOLOZZI

**ORIENTADORA**

**CAMPINAS - SÃO PAULO  
AGOSTO/2005**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP  
Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

M672u	<p>Miranda, Ana Luisa. O uso do território pelos homens lentos: a experiência dos camelôs no centro de Ribeirão Preto / Ana Luisa Miranda. -- Campinas, SP : [s.n.], \c 2005.</p> <p>Orientador: Arlêude Bortolozzi. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.</p> <p>1.Geografia urbana - Ribeirão Preto (SP). 2.Territorialidade humana. 3. Vendedores ambulantes. 4. Comportamento espacial. I. Bortolozzi, Arlêude. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.</p>
-------	---

Tradução do título e subtítulo da tese em inglês: The use of territory by the slow mens : the experience of the camelos at Ribeirão Preto's downtown.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Urban geography, Human territoriality, Door-to-door selling, Spatial behavior.

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Titulação: Mestre em Geografia.

Banca examinadora: Eugenio Fernandes Queiroga, Juleusa Maria Theodoro Turra.

Data da defesa: 30-08-2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**AUTORA: ANA LUISA MIRANDA**

**O USO DO TERRITÓRIO PELOS HOMENS LENTOS: A EXPERIÊNCIA  
DOS CAMELÔS NO CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ARLÊUDE BORTOLOZZI

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi \_\_\_\_\_ - Presidente

Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Juleusa Maria Theodoro Turra \_\_\_\_\_

**CAMPINAS, 30 DE AGOSTO DE 2005**

**DEDICATÓRIA**

Ao Henrique pelo amor, paciência e estímulo em todos os momentos.

## **AGRADECIMENTO**

À professora Arlêude, pela convivência das mais agradáveis, e pela seriedade e respeito na orientação desta dissertação;

À professora Tereza Luchiari pelo cuidado na minha primeira experiência com a docência;

À professora Claudete Vitte pela disponibilidade sempre;

À professora Juleusa Turra, com admiração pela seriedade e pelas contribuições fundamentais;

Ao professor Eugenio Queiroga pela precisão nas conversas, considerações e provocações sempre de Arquiteto para Arquiteto;

Ao Marcelo, meu interlocutor na convivência com os camelôs no centro de Ribeirão Preto;

À Laís e Walter pelo apoio, carinho e compreensão;

À Mel, pelas incontáveis horas de terapia coletiva ao telefone nos momentos difíceis;

Aos novos e grandes amigos “geógrafos” Clayton, Karen, Samuel, Fábio, pela paciência e disposição com as minhas incessantes dúvidas;

Ao Fábio, mais uma vez, pela bela e carinhosa amizade;

À Cris pela presença importante e pelas inúmeras e necessárias baladas;

Ao Marcelo pela companhia sempre requerida e, portanto, sempre prazerosa;

Aos sempre amigos Jonas, Marina, Gabi, Geraldo Zuleika, Claudinho, Marcinho, Rico, pela convivência deliciosa;

Ao Murilo, queridíssimo, por proporcionar numerosos momentos de diversão;

Ao Eduardo, pela amizade e pelas infindáveis “conversas filosóficas”;

À Val e Edinalva, pela eficiência e, sobretudo pela imprescindível humanidade que inserem na burocracia universitária;

À Andréia pela existência fundamental;

À laiá e a Marília pelos deliciosos momentos;

Em especial e com admiração, à minha mãe, pelo amor incondicional e ao meu pai, pelo gosto e responsabilidade com a política. Esse é o meu maior legado.

“[...] a utopia, antes de mais nada, é a tensão do presente”  
(Hugo Zemelman)

# SUMÁRIO

<b>14</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>
<b>16</b>	<b>INTRODUÇÃO: O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE SOCIAL</b>
<b>22</b>	<b>CAPÍTULO I – RECONHECENDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUAS CONTRADIÇÕES</b>
23	O ESPAÇO NA CONTEMPORANEIDADE: A EMERGÊNCIA DO PERÍODO POPULAR DA HISTÓRIA
33	CIDADE E CONFLITO: A INSERÇÃO DOS CAMELÔS NO ESPAÇO PÚBLICO
41	UM OLHAR SOBRE A CIDADE: ENTRE A RAZÃO DE DOMINAÇÃO E A RAZÃO COMUNICATIVA
<b>48</b>	<b>CAPÍTULO II – O CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO: O LUGAR COMO RESISTÊNCIA</b>
49	O CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO: BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE POPULARIZAÇÃO
57	A APROPRIAÇÃO DO CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO PELOS CAMELÔS
66	O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO: O ESPAÇO PÚBLICO COMO DISCURSO
70	O CENTRO DA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO HOJE: ESPAÇO PÚBLICO POR EXCELÊNCIA
<b>77</b>	<b>CAPÍTULO III – DO TERRITÓRIO USADO AO TERRITÓRIO PRATICADO</b>
78	TERRITÓRIO E PODER: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS NO USO DO CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO
90	PLANEJAMENTO URBANO: RAZÃO DE DOMINAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO
96	A NOVA ROUPAGEM DO PLANEJAMENTO URBANO: INDÍCIOS DA AÇÃO ESTRATÉGICA NO CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO
103	AS PRÁTICAS ESPACIAIS: A EXPERIÊNCIA POPULAR DO ESPAÇO
111	A TERRITORIALDADE DOS CAMELÔS: RACIONALIDADE ALTERNATIVA, ORGANIZAÇÃO E SENTIDOS DA AÇÃO
<b>120</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>
<b>125</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>
<b>136</b>	<b>ANEXOS</b>

## LISTA DE MAPAS E FIGURAS

- 51 MAPA 01** – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO  
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão Preto; organização: Ana Luisa Miranda, 2005.
- 54 MAPA 02** – SETORIZAÇÃO DO CENTRO/RIBEIRÃO PRETO 1980-2005  
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão Preto; organização: Ana Luisa Miranda, 2005.
- 56 MAPA 03** – USO E OCUPAÇÃO DO CENTRO/RIBEIRÃO PRETO 2005  
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão Preto; organização: Ana Luisa Miranda, 2005.
- 59 FIGURA 01** – Localização do município de Ribeirão Preto.  
Fonte: Clayton Luiz da Silva, 2005.
- 59 FIGURA 02** – Ocupação da avenida Jerônimo Gonçalves pelos camelôs.  
Fonte: Valéria Valadão, 1999.
- 59 FIGURA 03** – Ocupação do Terminal Carlos Gomes pelos camelôs.  
Fonte: Ana Carolina Knudsen Cardoso, 1999.
- 59 FIGURA 04** – Foto aérea do Terminal Carlos Gomes (e praça XV de Novembro).  
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão Preto, 1994.
- 59 FIGURA 05** – Ocupação do Terminal Carlos Gomes pelos camelôs.  
Fonte: Ana Carolina Knudsen Cardoso, 1999.
- 59 FIGURA 06** – Camelô próximo ao Terminal Carlos Gomes.  
Fonte: Ana Carolina Knudsen Cardoso, 1999.
- 59 FIGURA 07** – Ocupação da avenida Jerônimo Gonçalves pelos camelôs.  
Fonte: Valéria Valadão, 1999.
- 62 FIGURA 08** – Apreensão de mercadorias comercializadas pelos camelôs.  
Fonte: Ana Luisa Miranda, janeiro de 2005.
- 62 FIGURA 09** – Camelódromo “Duque de Caxias”.  
Fonte: Henrique Telles Vichnewski, julho de 2005.
- 62 FIGURA 10** – Apropriação do calçadão pelos camelôs.  
Fonte: Ana Luisa Miranda, dezembro de 2004.
- 62 FIGURA 11** – Barracas dos camelôs deficientes físicos.  
Fonte: Ana Luisa Miranda, agosto de 2004.

- 62 FIGURA 12** – Ambulante no calçadão.  
Fonte: Ana Luisa Miranda, maio de 2005.
- 62 FIGURA 13** – Polícia Civil - fiscalização do calçadão.  
Fonte: Ana Luisa Miranda, maio de 2005.
- 62 FIGURA 14** – Barracas dos camelôs deficientes físicos.  
Fonte: Ana Luisa Miranda, dezembro de 2004.
- 62 FIGURA 15**  
Fonte: Ana Luisa Miranda, agosto de 2004.
- 62 FIGURA 16**  
Fonte: Ana Luisa Miranda, dezembro de 2004.
- 62 FIGURA 17** – Planta baixa do Centro Popular de Compras (sem escala).  
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão Preto.
- 62 FIGURA 18** – Centro Popular de Compras “Isaura Salim Latuf” (entrada principal).  
Fonte: Ana Luisa Miranda, agosto de 2004.
- 62 FIGURA 19** – Praça XV de Novembro e Praça Carlos Gomes.  
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão Preto, 2004.
- 76 FIGURA 20** – Catadora de papelão.  
Fonte: Ana Luisa Miranda, agosto de 2004.
- 76 FIGURA 21** – Artista de rua no calçadão (próximo a Esplanada do teatro Pedro II).  
Fonte: Ana Luisa Miranda, maio de 2005.
- 76 FIGURA 22** – Movimento dos Sem Terra em manifestação na “praça XV”.  
Fonte: Ana Luisa Miranda, dezembro de 2004.
- 76 FIGURA 23** – Vendedor de sorvetes na praça XV de Novembro.  
Fonte: Ana Carolina Knudsen Cardoso, 1999.
- 76 FIGURA 24** – Artista de rua na praça XV de Novembro.  
Fonte: Ana Luisa Miranda, maio de 2005.
- 76 FIGURA 25** – Engraxate no calçadão.  
Fonte: Ana Luisa Miranda, maio de 2005.
- 76 FIGURA 26** – Carrinho de frutas na avenida Jerônimo Gonçalves.  
Fonte: Ana Luisa Miranda, agosto de 2004.



## **RESUMO**

### **O USO DO TERRITÓRIO PELOS HOMENS LENTOS: A EXPERIÊNCIA DOS CAMELÔS NO CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO**

Nesta dissertação, parte-se da idéia que o uso do território envolve “diferentes matrizes de racionalidade” e, portanto, impõe o reconhecimento da diversidade e das contradições inscritas no espaço geográfico. Com isso, a “conflituosidade”, como um dado da análise espacial, é essencial para a valorização da diferença e, sobretudo, para a valorização de sujeitos sociais historicamente ocultados. Nesse sentido, esta pesquisa vale-se do território usado como categoria de análise, já que nos remete ao espaço de todos e, com isso, nos convida a atentar para as “relações sociais e de poder”. Assim, busca-se desvendar as estratégias e táticas que conduzem as ações dos diferentes agentes - destacando a presença dos camelôs - na luta pelo uso do centro de Ribeirão Preto.

Por meio da noção de “homens lentos”, procura-se valorizar a territorialidade dos camelôs que, estando fora do modelo hegemônico, dificilmente é confrontada como portadora de valores e, sobretudo, como uma nova possibilidade de uso da cidade. Nesse contexto, os camelôs resistem ao planejamento urbano dominante e, dentro de suas circunstâncias, tentam impor suas especificidades, trazendo para o debate uma outra configuração sócio-espacial possível. Assim, ao instalar um dissenso sobre a organização do centro de Ribeirão Preto constituem-se, ainda que potencialmente, como sujeitos políticos. É nesse processo de constituições, negociações e repressões, que se procura apreender e, sobretudo, iluminar a geografia desses sujeitos.



## **RÉSUMÉ**

### **USAGE DU TERRITOIRE PAR LES HOMMES LENTS :** EXPERIENCE DES MARCHANDS AMBULANTS EN CENTRE VILLE DE RIBEIRAO PRETO

Dans ce mémoire de maîtrise, nous partons de l'idée que l'usage du territoire implique « différentes matrices de rationalité » ce qui donc impose non seulement la reconnaissance de la diversité mais également celle des contradictions inscrites dans l'espace géographique. Ainsi, la « conflituosité » en tant que donnée de l'analyse spatiale est essentielle à la mise en valeur de la différence et, surtout, à la mise en valeur de sujets sociaux historiquement occultés. En ce sens-là, notre recherche s'utilise du territoire utilisé en tant que catégorie d'analyse, vu qu'il nous remet à l'espace de tous et, encore, qu'il nous invite à entreprendre des « relations sociales et de pouvoir ». Donc, nous chercherons à dévoiler les stratégies et les tactiques qui conduisent les actions des différents agents - tout en faisant ressortir la présence des marchands ambulants - dans la lutte pour l'usage du centre ville de Ribeirao Preto.

Avec la notion « d'hommes lents » nous cherchons à mettre en valeur la territorialité des marchands ambulants qui, hors du modèle hégémonique, être très difficilement confrontée, non seulement en tant que porteuse de valeurs, mais aussi en tant que nouvelle possibilité de l'usage de la ville. Dans ce contexte, les marchands ambulants résistent à l'aménagement du territoire urbain dominant et, grâce à leurs circonstances, ils tentent d'imposer leurs spécificités tout en apportant au débat une possible autre configuration socio-spatiale. De cette manière, en installant un désaccord sur l'organisation du centre ville de Ribeirao Preto, ils se constituent, même potentiellement, en tant que sujets politiques. C'est ce processus de constitutions, négociations et répressions, que nous tentons appréhender afin d'illuminer la géographie de ces sujets.



## **ABSTRACT**

### **THE USE OF THE TERRITORY BY THE SLOW MEN: THE EXPERIENCE OF THE CAMELÔS AT RIBEIRÃO PRETO'S DOWNTOWN**

This paper discusses the idea that the use of a territory involves “different sources of rationality”, therefore, it imposes the recognition of diversity and contradictions inscribed in geographical space. Through it, the “conflictuality” as a known element of the spacial analysis is essencial to the appreciation of the difference and specially, for the appreciation of social subjects historically hidden. Therefore, this research makes use of used territory as a category of analysis, since it remits us to the space of everybody, in such a way, it invites us to consider the “social relations and the power relations”. In this way, it seeks in revealing the strategies and tactics which carry the actions out of the different subjects – pointing out the presence of camelôs – fighting for the use of Ribeirão Preto’s downtown.

Through the notion of “slow men” we value the territoriality of the camelôs who has been out of the hegemonic model, it is hardly faced as a value bearer and, above all, as a new possibility to make use of the city. Therefore, the camelôs withstand to the dominant urban planning and under these circumstances, they try to impose their specialities bringing to debate another possible configuration of social-space. Thus, installing a disagreement about the organization of Ribeirão Preto’s downtown, however, it constitutes potentially as political subjects. In this process of constitutions, negotiations and repressions that we seek to undestand and beyond that, to enlighten the geography of these subejts.

## APRESENTAÇÃO

As “formas alternativas” de uso da cidade sempre foram de meu interesse, desde a graduação em Arquitetura e Urbanismo. Uma inquietação quanto a falta de reconhecimento de inúmeras práticas que ocorrem na cidade, sobretudo pelos projetos urbanísticos, me levaram a pesquisar o uso do centro de Ribeirão Preto pelos moradores de rua, o que resultou, no ano 2000, no TFG (Trabalho Final de Graduação) “Propostas para nômades urbanos”. Foi esta mesma inquietação que definiu a temática desta pesquisa de mestrado, já que acompanhava, de perto, as intervenções do poder público na territorialidade dos camelôs do centro de Ribeirão Preto.

O freqüente descolamento dos projetos urbanísticos da real experiência urbana, em conformidade a quase totalitária mercantilização da cidade, tem trazido grandes custos sociais no que se refere ao direito à cidade. Nesse sentido, acredita-se que a análise da luta dos camelôs pelo uso do centro de Ribeirão Preto, contribui no desvendamento dos atuais processos de segregação espacial, especialmente pelas políticas e projetos urbanos. A apropriação das ruas e calçadas das cidades, por esses sujeitos, não é vista aqui unicamente como “privatização do espaço público”, como querem algumas leituras simplistas. Essa apropriação, ao nosso ver, demonstra, sobretudo, a necessária auto-reprodução, de grande parte da população, que marca a formação sócio-espacial do território brasileiro. Sem pretender “romantismo”, mas procurando desconstruir a imagem “folclorizada” (RIBEIRO, 2004c) dos camelôs, esta dissertação busca reconhecer os reais sentidos que essa territorialidade carrega.

O início desta pesquisa na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, contextualiza-se num momento de grandes mudanças no cenário acadêmico, somado a dificuldades inerentes a um programa de pós-graduação que se inicia. Por esse ângulo, gostaria de destacar – dentro das inúmeras questões da universidade que necessitam de um debate ético – os obstáculos

postos ao conhecimento, na atualidade, ao aceitarmos sem crítica o alinhamento dos programas de pós-graduação à velocidade do mercado. Esse formato que as universidades brasileiras vem adotando faz com que o processo de construção do conhecimento se torne cada vez mais opressivo.

Vemos formar-se, continua e precocemente, mestres e doutores o que nos remete a uma certa nostalgia aos tempos em que o mestrado – processo inicial de formação dos pesquisadores – significava uma experiência lenta e profunda, o que resultava na formação de grandes intelectuais. Hoje, a pressão exercida para que se cumpra os curtos prazos dos programas de pós-graduação reduz esse processo a um processo burocrático, de cumprimento de certas exigências, onde as publicações e a titulação se restringem a dados estatísticos exigidos pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) como contrapartida à liberação de recursos.

É preciso destacar que essa é a escolha política feita pelo programa de pós-graduação do departamento de geografia do Instituto de Geociências da Unicamp, e essa constatação coloca a necessidade de admitir os riscos e limitações assumidos ao optar pelo desenvolvimento deste trabalho nesse contexto. Essas colocações têm como intuito central estimular o debate, ainda incipiente, sobre quem são esses novos mestres e doutores curtos que a universidade brasileira vêm formando, e, sobretudo, qual a função social que suas pesquisas assumem na atualidade.

Contudo, na contramão desse difícil percurso, a descoberta da ciência geográfica constituiu-se como a positividade dessa experiência acadêmica. Desenvolver esta dissertação no programa de geografia – apesar das dificuldades iniciais pelo rigor teórico-metodológico dessa disciplina – significou uma intensa experiência de conhecimento. O mais importante, porém, foi perceber que o diálogo entre as disciplinas que tem o espaço como objeto de estudo – como a arquitetura e urbanismo e a geografia – constitui um caminho possível e promissor no entendimento da complexa realidade sócio-espacial atual.

## INTRODUÇÃO

### O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE SOCIAL

Para compreender a realidade sócio-espacial, no presente, é imprescindível um olhar interdisciplinar capaz de desvendar os complexos processos contemporâneos. Assim, o *espaço* – objeto de estudo de diferentes disciplinas das ciências humanas – adquire centralidade, sobretudo nas últimas décadas, quando há uma reafirmação desse conceito como categoria de análise social (SMITH, 2000, p.138).

Nos diversos campos do conhecimento, o espaço assume distintas significações. Nesse sentido, há o espaço do arquiteto e urbanista, há o espaço do geógrafo, há o espaço do economista, há o espaço do sociólogo... E nessa multiplicidade de interpretações, o espaço aparece ora como receptáculo, ora como produto, ora como meio. Mas acredita-se, como Milton Santos, que o que realmente interessa é o “espaço do homem” (SANTOS, M., 1986), espaço humano, “[...] que contém e é contido por todos esses múltiplos de espaço” (SANTOS, M., 1978, p.120).

Carlos Walter Porto Gonçalves destaca, apoiando-se em Michel Foucault, que na tradição do pensamento ocidental há uma “supremacia” do tempo em relação ao espaço (GONÇALVES, 2002b, p.226). Assim, por muito tempo, sobretudo na modernidade, houve uma desqualificação do espaço, onde a utilização dos termos espaciais tinha “[...] um quê de anti-história” (FOUCAULT, 2004, p.159). No entanto, segundo esse autor:

[...] se a história se faz geografia é porque, de alguma forma, a geografia é uma necessidade histórica e, assim, uma condição de sua existência que, como tal, exerce uma coação que, aqui, deve ser tomada ao pé da letra, ou seja, como algo que co-age, que age com, é co-agente (GONÇALVES, 2002, p.229).

Desse ângulo, vê-se reaparecer na teoria social, nas últimas décadas, a “tensão constitutiva (criativa)” (GONÇALVES, 2002b, p.231) entre a materialidade e a imaterialidade, entre os objetos e as ações, entre os fixos e os fluxos, entre o espaço e a sociedade.

No entanto, na arquitetura e no urbanismo<sup>1</sup>, o espaço é, comumente, pensado como receptáculo, como “[...] um vazio a ser preenchido” (QUEIROGA, 2001, p.37). A transitividade dessa disciplina nos domínios da técnica, da arte e do social, dificulta a definição teórica de seu objeto de estudo. O espaço do arquiteto e urbanista, freqüentemente, prioriza a forma e a função e, nesse sentido, desconsidera importantes contextos da realidade social. Ao mesmo tempo, o arquiteto e urbanista tem uma importante função social, já que, além da análise, ele também participa da construção (técnica) do espaço. Como bem coloca Milton Santos, “[...] os urbanistas puros, são meros executantes” (SANTOS, M., 2001a, p.05). Nesse sentido, o que esse autor denuncia é o abandono da análise como princípio ético e idealizador, e invoca os “urbanólogos”, de uma época em que a vocação para a análise, de um lado, e o conhecimento técnico, do outro, eram as bases de formação desses profissionais. Passar do “espaço vazio ao espaço do homem” (QUEIROGA, 2001) é uma tarefa urgente dos arquitetos e urbanistas, e assim afirmar, ante a função técnica, sua função social.

Dessa perspectiva, acredita-se que a geografia – que tem o espaço como “objeto fundante” (QUEIROGA, 2001, p.02) - traz uma enorme contribuição para todas as ciências humanas, sobretudo as que têm o espaço como objeto de estudo. Assim, nesta dissertação nos valem da proposta de Milton Santos, que entende o espaço como uma *instância social* (SANTOS, M., 1978). Para esse autor:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional, coisas e relações juntas [...]

---

<sup>1</sup> Nessa reflexão, o espaço do arquiteto e urbanista, assim como o espaço do geógrafo, são destacados, precisamente por corresponderem à minha formação.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento [...] (SANTOS, M., 1988, p.26)

Essa definição permite abordar o espaço como categoria de análise social, o que nos aproxima da realidade, pois considera a diversidade de elementos nele presentes, as interações entre eles e as mudanças de valor desses elementos no movimento da história. Com isso, torna-se operacional nas diversas disciplinas das ciências humanas, permitindo, no entanto, que se conservem as especificidades de cada uma. O espaço proposto por Milton Santos humaniza o espaço vazio do arquiteto e urbanista.

É com essa premissa que esta dissertação tem como objetivo analisar o uso do centro de Ribeirão Preto pelos camelôs, atentando para as interações, disputas e negociações envolvidas nessa problemática. O centro da cidade de Ribeirão Preto é lido como o lugar da resistência, onde a presença crítica dos camelôs insere um conteúdo “político” nesse espaço.

Tendo o *lugar* como recorte espacial é possível uma aproximação do olhar sobre a realidade, já que é o espaço vivido, onde o tecido social se (re)constrói continuamente. No entanto, é por meio da categoria *território usado* (SANTOS, M., 1998) que o espaço se concretiza, permitindo a apreensão da ação na construção das condições materiais e imateriais da vida. O território, segundo Carlos Walter Porto Gonçalves:

[...] é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma denominada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (Bourdieu, 1989) (GONÇALVES, 2002b, p.230).

Assim, procura-se abordar o centro da cidade de Ribeirão Preto como lugar onde operam, na sua produção e no seu uso, “diferentes matrizes de racionalidade” (GONÇALVES, 2002b), e é essa co-presença de valores e interesses divergentes que o compõe como lugar do conflito.

Os camelôs<sup>2</sup> aparecem como os sujeitos desse conflito que, ao se inserirem no espaço público, instalam um *dissenso* sobre a configuração dominante desse espaço. Desse modo, procura-se abordar a presença dos camelôs nas ruas do centro de Ribeirão Preto como resistência que tensiona os projetos hegemônicos de organização desse espaço, que começaram a se desenhar na década de 90. Para tanto, não se pode prescindir de que os camelôs são sujeitos de conhecimento, e isso significa partir da premissa de que são sujeitos de ação, construtores de sua própria história (GONÇALVES, “informação verbal”, 20 de julho de 2004)<sup>3</sup>.

Segundo Hannah Arendt, a ação não pode ser vista dissociada do discurso (ARENDR, 2003). Se a ação corresponde ao iniciar, o discurso é que expõe os sentidos desse início e corresponde à singularização do sujeito, revelando sua “identidade pessoal” (ARENDR, 2003, p.192). Através da fala, é possível identificar os sentidos da ação, desvendando valores e, sobretudo, “projetos de futuro” (RIBEIRO, 2000). Assim, os sujeitos devem ser vistos “[...] com palavras e atos” (ARENDR, 2003, p.189).

Dessa perspectiva, valem-nos das entrevistas como um importante instrumento da análise<sup>4</sup>. É preciso ressaltar que a ausência de dados estatísticos sobre a realidade dos camelôs - o que denuncia a ausência de reconhecimento desses sujeitos, tanto pelo poder público quanto pelas instituições de

---

<sup>2</sup> Utilizamos a expressão “camelô”, dentre tantas outras atribuídas aos sujeitos que encontram no comércio de rua sua sobrevivência – marreteiros, ambulantes, etc. –, já que é assim que os sujeitos em estudo se autodenominam.

<sup>3</sup> Minicurso “Geografia e movimentos sociais: a América Latina e o Caribe em questão”, no VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em Goiânia - GO, de 18 a 23 de julho de 2004.

<sup>4</sup> Ao todo, foram realizadas 18 entrevistas com os camelôs, entre estes, os que continuam nas ruas do centro, e os “ex-camelôs” que agora trabalham nos dois camelódromos da cidade.

pesquisa - também contribuiu para que as entrevistas assumissem tal importância nesta dissertação. Mesmo com algumas dificuldades para conseguir os depoimentos dos camelôs, sobretudo pela fluidez dessa prática e por um certo receio pela condição de irregularidade no uso do espaço público, obteve-se, nas entrevistas, grande parte dos dados que permitiram a apreensão da geografia desses sujeitos.

A leitura da espacialidade dos camelôs apoiou-se na noção de “homens lentos” – ainda pouco trabalhada na geografia, o que colocou algumas dificuldades iniciais – proposta por Milton Santos . O “homem lento” é uma categoria filosófica de um “humanismo concreto” (RIBEIRO, 2005a), que nos remete à dinâmica do espaço a partir dos “de baixo” – dos que estão fora da velocidade dos processos hegemônicos –, proporcionando, com isso, uma valorização desses outros espaço-temporalidades presentes na cidade, reconhecendo valores nessas ações e, dessa forma, desnaturalizando a pobreza e (re)colocando a centralidade no social.

Desse ângulo, “[...] as lutas de apropriação passam a ser lidas como confrontos entre representações sociais, universos simbólicos, valores e diferentes formas de interpretação das condições materiais de vida” (RIBEIRO, 2005a, p.95). Reconhecer esses sujeitos - historicamente presentes nas grandes e médias cidades dos países periféricos – como uma presença ativa na construção e no uso do território é uma tarefa importante da atualidade, e é nessa direção que se pretendeu conduzir esta dissertação.

No primeiro capítulo, *Reconhecendo o espaço geográfico e suas contradições*, busca-se apreender como o espaço se constitui na contemporaneidade, reconhecendo diante da ação hegemônica essas outras ações baseadas em outras racionalidades, outras temporalidades e, sobretudo, em outros valores. Assim, mesmo que na contramão do discurso hegemônico, a leitura do espaço geográfico revela a diversidade que o compõe, reafirmando que “os futuros são muitos” (SANTOS, 2004a, p.161).

No segundo capítulo, *O centro de Ribeirão Preto: o lugar como resistência*, serão abordados os principais elementos que contribuíram para a atual configuração do centro de Ribeirão Preto, considerando o processo de apropriação desse espaço pelos camelôs e, sobretudo, as intervenções na espacialidade desses sujeitos.

O terceiro capítulo, *Do território usado ao território praticado*, procura destacar – por meio da prática espacial dos camelôs em confronto, principalmente, com o novo modelo de planejamento urbano – os conflitos e as solidariedades, o pragmatismo e a originalidade, as normas e a espontaneidade, isto é, as diferentes possibilidades de uso do território.

**1.**

**RECONHECENDO O ESPAÇO  
GEOGRÁFICO E SUAS  
CONTRADIÇÕES**

## **O ESPAÇO GEOGRÁFICO NA CONTEMPORANEIDADE: A EMERGÊNCIA DO PERÍODO POPULAR DA HISTÓRIA**

No atual período histórico, a experiência social, especialmente na América Latina, encontra-se mergulhada em uma crise advinda, histórica e principalmente, dos projetos de modernização<sup>5</sup> por que passaram os países dessa região, e das conseqüências desses projetos no tecido social. O aprofundamento do neoliberalismo, sobretudo a partir da década de 90, e o “conseqüente agravamento das condições de vida” (RIBEIRO, 2001/02, p.34) da grande maioria da população constituem os desafios atuais no enfrentamento dessa realidade.

Muito embora todas as inovações anteriores tenham redefinido a organização do espaço geográfico, o impacto da atual modernização – com complexas transformações estruturais, decorrentes dos ajustes na esfera da produção e apoiadas nas inovações tecnológicas, especialmente nos avanços da comunicação e da informação – altera a geografia da economia e das relações sociais de todos os países, afirmando um novo meio, onde o capital se apóia para realizar-se na escala-mundo.

Essa redefinição do espaço geográfico, no presente, tem como grandes pilares a “tirania da informação” e a “tirania do dinheiro” (SANTOS, M., 2004a,

---

<sup>5</sup> Segundo Milton Santos, “cada período é caracterizado pela existência de um conjunto de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente. Em cada período histórico assim definido, as regiões ‘polarizadas’ ou centros de dispersão do poder estruturante dispõem de energias potenciais diferentes e de diferentes capacidades de transformá-las em movimento. A cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados. Isso representa uma pressão para que, nos subsistemas atingidos, haja também modernizações. No sistema ‘dominado’, aqui chamado subsistema, as possibilidades de inovação estão abertas, assim, às mesmas variáveis que foram objeto de modernização no sistema ‘dominado’” (SANTOS, M., 2004b, p.31).

p.35). A informação torna-se a ferramenta do convencer<sup>6</sup>, pois, no momento em que é transmitida, já está impregnada de ideologia, servindo como instrumento de “controle dos espíritos”, possibilitando, com isso, que as ações sejam previamente aceitas. O dinheiro adquire o estatuto de autonomia, subordinando todas as outras dimensões da vida ao econômico (SANTOS, M., 2004a, p.39-44).

Esses pilares são, portanto, o que viabiliza a afirmação da “globalização”, expressando que essa opera e se mantém por meio de uma intensa “máquina ideológica<sup>7</sup>”, pois, cria novos símbolos – como competitividade, fluidez, homogeneização do planeta, aldeia global –, os quais justificam esse processo (globalização) como único caminho possível para sair da crise (SANTOS, M., 2004a, p.18).

Como sujeitos dessas ações aparecem as empresas transnacionais e os Estados Nacionais. Juntos, erigem-se como os grandes protagonistas desse período (DREIFUSS, 1998, p.29). As primeiras, instalando-se em qualquer parte do mundo em busca da concentração de capital, e os segundos, possibilitando, através de estímulos e regulamentações, a instalação dessas empresas no seu território. E isso se dá às custas de privatizações dos setores econômicos e de serviços públicos, que diminuem o papel do Estado enquanto esfera que organiza e garante a vida social, colocando-o como esfera garantidora dos programas de ajustes estruturais da atual fase do capitalismo.

---

<sup>6</sup> Milton Santos fala do traço dramático que, em nosso tempo, obtiveram o medo e a fantasia, em consequência da manipulação da informação: “Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência ao serviço do mercado e do poder e constitui, juntamente com o medo, um dado essencial de nosso modelo de vida” (SANTOS, M., 1994, p.23).

<sup>7</sup> Sobre o conteúdo ideológico do processo de globalização temos que: “A construção intelectual dominante se articula em torno de idéias como produtividade, qualidade, velocidade. Nada disso é um dado do real, é apenas ideologia. Um sistema ideológico comanda a economia e, por conseguinte, comanda o resto [...] Houve uma preparação prévia para a chamada globalização, com a produção de idéias encomendadas a determinados centros de pensamento. [...] Criou-se a violência da informação, que precede e acompanha a implantação do processo concreto da globalização” (SANTOS, M., 1998a, p. 96).

Portanto, o neoliberalismo apoiado nas novas tecnologias difunde a “globalização perversa” (SANTOS, M., 2004a, p.19), com uma violência de proporções enormes no tecido social, principalmente nos países da América Latina, por terem sido um dos “principais laboratórios das experiências neoliberais” (SADER, 2003, p.28). Essa violência é explícita quando se verifica que apenas quatro cidadãos americanos possuem “[...] tanta riqueza quanto o conjunto de 43 países menos desenvolvidos, com uma população de 600 milhões de pessoas” (SANTOS, B. S., 2002). Outro dado alarmante, divulgado pelo Banco Mundial no relatório “Indicadores de Desenvolvimento Mundial 2004”, é que 52% da população do mundo sobrevive com menos de dois dólares por dia, o que representa 2,73 bilhões de pessoas vivendo no limite da pobreza.

Essa é a face da globalização mercantil, que nos aparece como pensamento único, conduzindo os lugares a modernizações que acabam causando grandes fraturas na sociedade e aprofundando as desigualdades. Mas é preciso, assim como propõem Ana Clara Torres Ribeiro e Cátia Antonia da Silva, apreender a parcialidade<sup>8</sup> e a incerteza dos processos contemporâneos como obrigação ética (RIBEIRO & SILVA, 2004a, p.348). Isso significa um reconhecimento das tensões do presente, das contradições inerentes da sociedade, colocando, portanto, a ação social no centro do debate.

Segundo Milton Santos, no atual período histórico o que é estrutural é, também, crítico. Isso se deve ao fato de que as mesmas variáveis que o constituem como período - pois, instalam-se em toda parte -, concomitantemente, entram em choque ordenando, continuamente, novos arranjos (SANTOS, M.,

---

<sup>8</sup> Segundo Ana Clara Torres Ribeiro, “a hegemonia articula-se ao sentido provisório e parcial, já que orientador da ação de apenas alguns, destilado por características do discurso dominante da globalização, esclarecedor da permanência da pretensão moderna de apreender e sintetizar o *Todo* e o *novo*” (RIBEIRO & SILVA, 2004a, p.347) (grifos no original). Para Milton Santos, “a gestação do novo na história, dá-se, freqüentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante. É exatamente por isso que a ‘qualidade’ do novo pode passar despercebida. Mas a história se caracteriza como uma sucessão ininterrupta de épocas. Essa idéia de movimento e mudança é inerente à evolução da humanidade. É dessa forma que os períodos nascem, amadurecem e morrem” (SANTOS, M., 2004a, p.141).

2004a, p.34). As crises são de toda ordem; no entanto, as soluções dirigem-se unicamente à manutenção e preservação do setor financeiro, o que acaba por gerar mais crise nas outras instâncias da vida.

Assim, vivemos um momento de incerteza generalizada, onde, segundo Gilberto de Mello Kujawski,

[...] faltam vigências, isto é, crenças e idéias dominantes, de alcance coletivo [...] Falham os paradigmas em todos os setores, tanto na vida como na cultura. Mas o que mais falha, o que mais falta é a realidade sob nossos pés; o que mais falta é o mundo, como um sistema integrado de referências. Em última análise, crise significa 'falta de realidade', falta de algo firme a que se ater para projetar e construir cada um a sua vida (KUJAWSKI, 2005).

No entanto, é essa situação permanente de crise que traz a possibilidade de disputa do futuro, onde novos paradigmas para a vida social possam ser formulados. De fato, a ação hegemônica adquire, cada vez com mais veemência, a capacidade de conduzir a vida de todos. Mas é preciso reconhecer as ações que se dirigem à contramão desse movimento dominante, explicitando que “os futuros são muitos” (SANTOS, 2004a, p.161).

Portanto, onde o neoliberalismo fundado no “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, M., 1994) parece triunfar, é preciso somar os novos contornos que configuram na América Latina, especialmente, um aparente esgotamento desse modelo e a crise de sua hegemonia. Em decorrência de uma das maiores crises vividas na região, onde se encontram economias fragilizadas, problemas sociais aprofundados, Estados desestruturados, há uma mudança no curso, sobretudo, da política:

[...] há uma década, quem assumia os preceitos do Consenso de Washington se elegia presidente e se reelegia quase que automaticamente – como foram os casos paradigmáticos de Menem, Fujimori e FHC. Atualmente, ao contrário, quem assume e mantém o modelo, fracassa imediatamente – como De la Rúa e Toledo – ou tem seu governo esgotado rapidamente – como Vicente Fox e Jorge Battle (SADER, 2003, p.28).

Emir Sader (SADER, 2003, p.28) reforça essa idéia de crise do neoliberalismo na América Latina atentando para a eleição de Hugo Chávez – o primeiro presidente eleito fora dos moldes do neoliberalismo, além do governo de Cuba – e para a alta votação da Frente Ampla do Uruguai e de Evo Morales, na Bolívia, primeiro indígena camponês que tem destaque numa eleição presidencial (GONÇALVES, 2002a, p.07). Esses fatos evidenciam, ainda que parcialmente, a crescente necessidade popular de uma outra forma de política.

É, no entanto, desde a manifestação indígena no México, em 1994, contra o primeiro tratado neoliberal de integração, passando pelas mobilizações de Seattle, em 1999, e de Praga, em 2000, até a organização dos Foros Sociais Mundiais<sup>9</sup>, que parece estar se configurando uma junção de forças contra o neoliberalismo, tendo grandes reflexos na América Latina (CECEÑA, 2002; SADER, 2003; GONÇALVES, 2004a; SANTOS, B. S., 2001).

Essa resistência aos efeitos da ação hegemônica, essa capacidade de auto-reinventar-se para sobreviver – num território que, se não impede, dificulta a presença dos pobres – caracteriza e diferencia as práticas sócio-espaciais de grande parte da população da América Latina, que historicamente é marcada pela “[...] auto-construção de condições de vida” (RIBEIRO, 1998, p.91). Mas, nas últimas décadas, a imersão da grande maioria da população no mundo das carências e necessidades tem levado à emergência novos sujeitos políticos que, através de diferentes formas de lutas, reanimam a idéia de espaço público.

Não se pode perder de vista que é a “racionalidade instrumental” (HABERMAS, 1987), apoiada nas novas técnicas e fundada nos interesses de mercado, que cria, intencionalmente, carências e necessidades (materiais e imateriais) (SANTOS, M., 2004a, p.128). É nesse sentido que, nos dias de

---

<sup>9</sup> É importante destacar que o “Fórum Social Mundial tem um claro caráter globalizado, indicando que a essa escala de análise está definitivamente ligado o destino dos povos de cada lugar do planeta. [...] esses movimentos sociais que se articulam à escala mundial são movimentos inscritos local, regional e nacionalmente nessa teia contraditória por meio do que o capitalismo desigual e combinadamente, se desenvolve” (GONÇALVES, 2004, p.203/204).

hoje, a experiência da escassez é levada a fundo à medida que a produção de objetos de consumo e, sobretudo, a produção de desejos – inclusive “desejo de participação e cidadania” (SANTOS, M., 2002, p.326) – é intensificada, e, em contrapartida, os acessos a esse consumo são cada vez mais restritos a uma pequena parcela da população. Mesmo a classe média que, durante anos, manteve-se garantida pelos processos de modernização, vem sofrendo nos últimos tempos uma grande pressão econômica, conhecendo, portanto, tal experiência.

É por esse ângulo que Milton Santos aponta que, nessa fase da “globalização”, em decorrência dessa aceleração contemporânea, dessa aceleração na produção da escassez, há, também, uma aceleração na descoberta da realidade. Essa tomada de consciência tem a ver com a (re)descoberta, pela população, da importância da política como instrumento eficaz no enfrentamento das desigualdades. É nesse sentido, portanto, que a escassez é um importante dado do presente, à medida que condiciona às lutas e aos conflitos.

Como exemplo, pode-se remeter a experiência da população da Venezuela<sup>10</sup> que, principalmente pela escassez vivida nos últimos anos, e vendo na figura de Hugo Chávez a possibilidade da retomada de esperança, diante de uma tentativa de golpe liderada pela oposição<sup>11</sup>, vivencia um dos eventos mais contundentes da América Latina, onde:

---

<sup>10</sup> “Todo o clima político que se vive hoje na Venezuela tem que ser visto em perspectiva histórica, particularmente a que se passou nas duas últimas décadas, onde a corrupção e a miséria aumentaram significativamente o que levava, inclusive, a massacres por parte de governos hoje invocados como democráticos como o Caracazzo de 1989 e, ainda, a tentativa de golpes de estado, como o que se envolveu o próprio Hugo Chávez em 1992” (GONÇALVES, 2003, p.5).

<sup>11</sup> Para a oposição, “[...] Chávez permaneceria no poder caso não mexesse na questão da terra, não propiciasse que, pela primeira vez na história, as populações indígenas tivessem direito à demarcação de seus territórios, não instituísse uma nova lei para a pesca, não mexesse no petróleo e com a minoria daqueles que, até aqui, só têm se beneficiado dessa riqueza que deveria estar servindo a todos os venezuelanos e como fonte de financiamento para um outro modelo de desenvolvimento sustentado para o país” (GONÇALVES, 2003, p.5).

Foi o povo pobre das favelas, de Caracas, sobretudo, que com o uso de celulares e pequenas motocicletas se mobilizou, convocando cada um para se concentrar não só junto ao Palácio Miraflores, mas também cercando as redes de comunicação, para recolocar Chávez na Presidência (GONÇALVES, 2003, p.04).

Na Bolívia, os conflitos que se desenrolaram em 2000, tendo como causa a privatização da água, demonstram o grau de mercantilização que os países, principalmente periféricos, enfrentam, mas demonstram também a força da ação popular. Diante da privatização da água, por uma lei aprovada em tempo recorde de 48 horas, dando a concessão a uma transnacional, houve uma forte mobilização popular que se estendeu por alguns meses e, frente a essa pressão que paralisou o país,

[...] el gobierno no tuvo más remedio que romper el contrato y modificar la ley en un tiempo record. Por primera vez en quince años la población le había ganado al gobierno, había recobrado la confianza y la esperanza en su propia fuerza. A partir de entonces ya nada volvió a ser igual para los neoliberales en Bolivia (SOLÓN, 2003, p.19).

Outro evento que evidencia a entrada de novos protagonistas na cena social, política e cultural, e que vem ocorrendo no Brasil, é a emergência de um contradiscurso vindo dos territórios da pobreza e que denuncia a realidade de grande parcela da população. Trata-se do *Rap* que, principalmente a partir da década de 90, vem ganhando visibilidade na mídia e mostrando a potencialidade em mobilizar e seduzir os jovens de todas as classes sociais, com um discurso de rebeldia (BENTES; HERSCHMANN, 2002). O que merece destaque, além da incorporação dessa cultura, antes marginalizada pela indústria cultural, com grande repercussão<sup>12</sup>, é que os rappers tornam-se sujeitos políticos, portadores de um discurso que, além da denúncia, carrega o peso da reivindicação.

---

<sup>12</sup> Sobre essa questão da evidência da cultura popular, Milton Santos coloca que isso significa uma revanche sobre a cultura de massas, e isso se dá “[...]quando, por exemplo, ela se difunde mediante

Essa visibilidade também é conseguida pelo MST (Movimento dos Sem Terra), que se tornou, nas últimas décadas, o movimento social mais atuante do Brasil. Com suas marchas incessantes, pressionam o governo nacional, não só a reformar o sistema fundiário, como trazem para o debate uma necessária revisão do encaminhamento da agricultura no país.

As inúmeras paralisações dos trabalhadores brasileiros<sup>13</sup> em 2004 - entre elas a greve dos funcionários e professores das universidades estaduais paulistas, greve dos servidores judiciários do Estado de São Paulo e greve nacional dos bancários -, ainda que fragmentárias e corporativistas, apontam para uma experiência democrática que se faz na abertura de espaços de reivindicação, argumentação e negociação.

Esses exemplos que buscamos destacar, além de representarem momentos de visibilidade da contradição do espaço geográfico, também evidenciam a experimentação social que vem passando a América Latina e a potência da ação popular em contra-restar o agir hegemônico. São múltiplos movimentos populares que, inscritos na esfera local, regional, nacional ou global - independente de sua escala de atuação -, representam “[...] verdadeiros nichos de criação de formas renovadas de manifestação social” (RIBEIRO, 2001/02, p.36). Representam, ainda, que a dialética entre o valor de uso e o valor de troca, entre o uso econômico e o uso social, entre a apropriação e a dominação do espaço - mesmo que na contramão do discurso hegemônico - ainda se faz presente.

Assim, nesta dissertação, o que se pretende apreender são essas manifestações na escala do cotidiano, ou seja, nossa leitura constrói-se em direção

---

o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas. [...] se aqui os instrumentos da cultura de massa são reutilizados, o conteúdo não é, todavia, 'global'[...] sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. [...] É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações” (SANTOS, M., 2004a, p.144/145).

<sup>13</sup> Essas paralisações puderam ser acompanhadas através da imprensa nacional.

ao espaço vivido, às pequenas - mas não menos significativas – resistências que se desdobram no lugar.

É preciso ser dito que essa movimentação popular ainda é uma questão aberta, onde sua sustentação está por se estabelecer (SANTOS, B. S., 2001). Mas, “quando novos personagens entram em cena” (SADER, 1988), obrigam o reconhecimento de tensão do presente, contrariando a ideologia dominante da inexistência de projetos alternativos ao da globalização mercantil e, sobretudo, joga luz à realidade, indicando que “[...] o projeto de futuro ainda encontra-se em disputa” (RIBEIRO, 2004, p.354).

Nas palavras de Carlos Walter Porto Gonçalves:

As possibilidades de superação das enormes desigualdades sociais que marcam a América Latina só terão oportunidade de ser consistentes se, de fato, forem capazes de incorporar o próprio conflito enquanto dimensão instituinte da vida social e, assim, oferecer a oportunidade para que novos protagonistas se façam presentes na vida política (GONÇALVES, 2002a, p.12).

O espaço geográfico, portanto, é preñado de contradições, conflitos, diferenças e tensões, e essa é a sua essência. Dessa perspectiva, como nos diz Hugo Zemelman, “[...] para dar cuenta de cualquier problema social, económico, político o cultural no se pueda prescindir del ángulo de lectura conformado por el par sujeto-conflictividad; ya que alude a las dinámicas constituyentes de la realidad social” (ZEMELMAN, 2000, p.109).

Assim, a América Latina, sobretudo por sua formação sócio-espacial, demonstra – desde os protestos com repercussão nacional buscando a efetivação da democracia aos protestos locais lutando pelo direito à cidade - a existência de projetos alternativos aos hegemônicos, balizados por princípios como justiça social, democracia e liberdade.

A partir dos exemplos mencionados rapidamente acima, dentre muitos outros que se desenrolam nessa região, é que se pode dizer que o “Período

do Popular da História” – onde “[...] o Homem estará colocado no centro das preocupações do mundo, como um dado filosófico e como inspiração para as ações” (SANTOS, M., 2004a, p.147) – se configura com intensidade e, especialmente, nesse processo, a principal arma é a política.

## **CIDADE E CONFLITO:** A INSERÇÃO DOS CAMELÔS NO ESPAÇO PÚBLICO

Na atualidade, com o intenso processo de mercantilização da vida e um aparente esvaziamento do significado da ação política (RIBEIRO, 2004b, p.41), poderíamos nos colocar a questão que Hannah Arendt se colocou: “Será que a política ainda tem de algum modo um sentido?” (ARENDR, 1993, p.117).

A resposta a essa questão perpassa pelo entendimento do que vem a ser política. É, então, com base em uma definição proposta por Jacques Rancière, que se entende a política<sup>14</sup> como configuração do dissenso. O dissenso não como uma simples diferença de maneiras de sentir, mas como uma “divisão no núcleo mesmo do mundo sensível” (RANCIÈRE, 1996a, p.368), divisão essa que é expressa quando se opõem dois mundos, um mundo em que a contagem das parcelas da sociedade é tida como natural e um mundo em que essa contagem é posta em questão.

Nesse sentido, a política surge, precisamente, para corrigir as “assimetrias de poder” (OLIVEIRA, 2004) próprias do princípio policial<sup>15</sup> que define, por meio da ordem, da vigilância ou da segregação, o lugar e a função de cada qual. Ela vem suprimir a dominação tida como natural (RANCIÈRE, 1996a,

---

<sup>14</sup> O autor reformula o conceito de política, restringindo-o “[...] ao conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da pólis pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Essa igualdade, como vimos, não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável” (RANCIÈRE, 1996a, p.372).

<sup>15</sup> Para restringir o conceito de política, o autor faz o movimento contrário com o conceito de pólis, ampliando o seu sentido habitual para: “[...] o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. [...] Proponho chamá-lo pólis, ampliando portanto o sentido habitual dessa noção, dando-lhe também um sentido neutro, não pejorativo, ao considerar as funções de vigilância e de repressão habitual

p.370), conferindo poder aos que não têm poder e desafiando a “polícia” com a instituição de um conflito.

Nas palavras de Jacques Rancière, “a política existe ali onde a contagem das parcelas e das partes da sociedade é perturbada pela inscrição de uma parcela dos sem-parcela” (RANCIÈRE, 1996b, p.123). Essa inscrição, no entanto, só é possível por meio da apropriação, pelos “sem-parcela”, da qualidade comum de todos os cidadãos, que é a igualdade (RANCIÈRE, 1996b, p.24). Para compreender de uma outra forma, a desigualdade que os “sem-parcela” vêm evidenciar “só pode justificar-se ao preço de pressupor a igualdade” (RANCIÈRE, 1996a, p.374).

É nesse sentido, que esse trazer à tona – colocar em comum o descumprimento da promessa de igualdade, construindo, com isso, um “campo de contestação” (OLIVEIRA, 2004) – configura a racionalidade própria da política.

Diante dessas considerações, podemos responder que o sentido da política é o da liberdade (ARENDR, 1993, p.117). Liberdade que é, aqui, entendida como possibilidade de ação<sup>16</sup>. Fazer política, então, é agir sobre a ordem estabelecida, reivindicar aquilo que não lhe é naturalmente conferido. Fazer política é a afirmação e a proposição de direitos estendida a todos os cidadãos.

A herança, deixada pelos antigos, da idéia de pólis, cidade política onde a igualdade na participação dos negócios públicos instituía cidadãos, é apagada, sobretudo a partir da modernidade, com a expansão do capitalismo. A maneira como a racionalidade capitalista atinge a vida social instala uma contradição entre a igualdade, inerente à cidadania, e a desigualdade, inerente ao sistema capitalista (MARSHALL apud SANTOS, 2000a, p.8). Nos países periféricos, essa contradição é profundamente sentida por grande parte da popula-

---

mente associadas a essa palavra como formas particulares de uma ordem muito mais geral que é a da distribuição sensível dos corpos em comunidade” (RANCIÈRE, 1996a, p.372).

<sup>16</sup> E agir significando, a partir do termo grego *archein*, iniciar, comandar, isto é, ser livre e, também, do termo latim *agere* = pôr em movimento, desencadear um processo (ARENDR, 1993, p.121/122).

ção, fazendo com que os não cidadãos sejam a grande maioria. Portanto, se a política é a arma de quem está à margem dos processos sociais e econômicos, na reivindicação de suas partes, é preciso que se faça política. Nesse sentido, é que a política ainda tem algum sentido.

Para Hannah Arendt, *agir* é o grande milagre humano, exatamente por representar a potência de iniciar novos processos, de começar algo novo, mesmo em situações de impossibilidades infinitas (ARENDR, 1993, p.121). Essa idéia não nos deixa esquecer que a história é feita, exatamente, de ações humanas que continuamente rompem o processo histórico com novas iniciativas (ARENDR, 1993, p.120). No atual período, onde os novos processos, principalmente econômicos, indicam o “fechamento do futuro próximo” (RIBEIRO & SILVA, 2004a, p.347), é necessário o reconhecimento de conflito no território, exatamente por representar essa possibilidade de ruptura e de transformação.

O conflito se torna, portanto, um importante dado do presente, à medida que destaca as contradições da sociedade e inscreve no território a ação social constantemente ocultada pelo discurso dominante, ajudando a registrar a história, não só dos “vencedores”, a partir de sua própria versão, mas, também, a dos “vencidos” (SANTOS, B.S., 2001).

É importante considerar que qualquer configuração sócio-espacial que se desenhe como uma nova ordem é instituída “histórica e geograficamente” por protagonistas que buscam “re-significar o mundo” (GONÇALVES, 2002b, p.225). O conflito traz essa possibilidade (de re-significar) quando inscrito por sujeitos que pensam, falam, e por isso são iguais e requerem o seu lugar no território. As lutas sociais – como os exemplos dados rapidamente acima – evidenciam essa potência da ação em tensionar a realidade e que, aqui, se lê como capacidade de subjetivação política, ou seja:

[...] uma capacidade de produzir essas cenas polêmicas, essas cenas paradoxais que revelam a contradição de duas lógicas, ao colocar existências que são ao mesmo tempo inexistências ou inexistências que são ao mesmo tempo existências (RANCIÈRE, 1996b, p. 52).

Nesse movimento é que se impõe o reconhecimento dos sujeitos e dos valores desses sujeitos que até então eram encobertos pela lógica da dominação. É essa capacidade dos sujeitos de “singularizar o universal<sup>17</sup>” (RANCIÈRE, 1996a, p.377) que legitima a cidadania por meio da participação requerida.

Então, onde há conflito não significa, como entende o senso comum, que há ausência de democracia, mas é exatamente onde ela está sendo exercida como liberdade de expressão de valores e vontades, como liberdade de ação. Por esse ângulo, a democracia se dá pela conquista de direitos, ou melhor, a sociedade democrática se institui pela “[...] abertura do campo social à criação de direitos reais, à ampliação de direitos existentes e à criação de novos direitos” (CHAUÍ, 2001, p.433). Com isso, constrói-se a cidadania ao avesso daquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “cidadania regulada<sup>18</sup>” (SANTOS, W., 1994).

A cidadania, portanto, é uma conquista (SANTOS, M., 2000a, p.07). É por essa via que a ação social adquire centralidade em sua potencialidade de dissenso, de requerimento de direitos que a simples declaração, tal como a igualdade, não pressupõe sua instituição real.

Mas não se pode prescindir que o conflito é um evento indicativo de uma dinâmica sócio-espacial específica e que, portanto, precisa ser inscrito no tempo e no espaço, atentando para a compreensão das “continuidades” e das

---

<sup>17</sup> Essa singularização do universal pode ser entendida melhor através de um exemplo dado por Jacques Rancière: “[...] o que Jeanne Deroin fez de maneira exemplar quando, em 1849, se candidatou a uma eleição legislativa à qual não podia candidatar-se, isto é, demonstrando a contradição de um sufrágio universal que excluía o seu sexo dessa universalidade. Ela se mostra e mostra o sujeito ‘as mulheres’ como necessariamente incluído no povo francês soberano que goza do sufrágio universal e da igualdade de todos perante a lei e ao mesmo tempo como radicalmente excluído. [...] Construindo a universalidade singular, polêmica, de uma demonstração, ela faz o universal da república aparecer como universal particularizado, torcido em sua própria definição pela lógica policial das funções e das parcelas” (RANCIÈRE, 1996b, p.53).

<sup>18</sup> Wanderley Guilherme dos Santos chama de cidadania regulada o “conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por uma norma legal” (SANTOS, W., 1994, p.68).

“rupturas” que desenvolve (SEOANE & TADDEI, 2000, p.62). É indispensável a identificação dos processos sócio-espaciais que o constitui e que são constituídos por ele.

Nesse contexto, a análise da “conflituosidade” traz a possibilidade de apreender como se dá, hoje, na cidade contemporânea, a democracia; onde se faz política e como se faz; quem são os sujeitos políticos e como a cidadania se constrói. Por isso, entender a geografia<sup>19</sup> desses sujeitos do conflito é visto nesta dissertação com grande relevância, a fim de contribuir para o entendimento da ação social, atentando para seus potenciais e seus limites.

Nesta dissertação, são os camelôs que ganham evidência como sujeitos do conflito que, ao se inserirem nas ruas das cidades, instalam um *dissenso* sobre a configuração desse espaço. Ao se apropriarem do espaço público desenvolvem, mesmo que por meio de práticas muitas vezes silenciosas, pequenas resistências que lhes conferem um conteúdo “político”.

Esse conteúdo relaciona-se, diretamente, a essa apropriação do espaço que instala um *dissenso* a partir do momento em que cria um contraponto à organização dominante do território e, ao mesmo tempo, quando traz à tona alguns dos principais danos da sociedade contemporânea. Por esse ângulo, os camelôs constituem-se em uma parcela da sociedade “sem parcela” e, no espaço público, dão visibilidade, de imediato, ao dano do desemprego, à crescente precarização das relações de trabalho e à necessária auto-reprodução<sup>20</sup>.

A própria situação em que se encontram – na busca de formas alternativas de sobrevivência – faz com que a sua presença no território se torne crítica, instalando, segundo Milton Santos, uma política dos “*de baixo*”, que é “alimentada pela simples necessidade de continuar existindo” (SANTOS, M.,

---

<sup>19</sup> Geografia no sentido proposto por Carlos Walter Porto Gonçalves como forma de significar a terra, de “grafar a terra” criando territorialidades (GONÇALVES, 2002b, p.226).

<sup>20</sup> Esses temas serão retomados no terceiro capítulo dessa dissertação.

2004a , p.133).

Assim, pode-se ler essa prática dos camelôs, historicamente presente no espaço urbano das grandes e médias cidades brasileiras, como espacialidade da resistência, conquistada e formalizada na dimensão do cotidiano. Resistência, sobretudo, no que concerne à criação de alternativas que atenuam as desigualdades, funcionando como uma “auto-reinclusão” no mundo do trabalho. Nesse sentido, não se pode atribuir aos camelôs a categoria “excluídos”, já que participam – mesmo que marginalmente – do plano econômico.

Com isso, associamos os camelôs à noção de “homens lentos”. Tal noção é atribuída por Milton Santos (SANTOS, M., 1994; 2002; 2004a) aos pobres e migrantes que, pela própria circunstância em que se encontram no território, são condicionados a reavaliar “[...] a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para os objetos e técnicas e, também, novas articulações práticas e novas normas na vida social e afetiva” (SANTOS, M., 2002, p.326). A noção de “homens lentos” é uma categoria filosófica de um “humanismo concreto” (RIBEIRO, 2005a), que nos remete à dinâmica do espaço a partir dos “de baixo”, dos que estão fora da velocidade dos processos (econômico, político, social) hegemônicos – que, diga-se de passagem, é a grande maioria da população dos países periféricos – proporcionando, com isso, uma valorização desses outros espaço-temporalidades presentes na cidade, reconhecendo valores nessas ações e, dessa forma, desnaturalizando a pobreza e (re)colocando uma nova centralidade no social.

Os camelôs, em sua grande maioria, mesmo considerando-se a diversidade de situações que permeia essa prática, fazem parte dessa categoria da existência<sup>21</sup>, ajustando-se de maneira insubordinada à conjuntura. Essa or-

---

<sup>21</sup> O homem lento, segundo Ana Clara Torres Ribeiro, é a “[...] verdadeira categoria da reflexão existencialista dos praticantes do espaço. Essa categoria orienta a compreensão das relações inteligentes com o prático inerte local (SARTRE, 1967), que são indispensáveis à sobrevivência dos que não dispõem dos recursos que permitem, às classes médias e altas, omitir o trabalho morto concentrado nos lugares e as rugosidades e interstícios que retêm a ação dominante, possibilitando a permanência do mais fraco nos territórios desenhados para impedir sua presença” (RIBEIRO, 2001/02, p.37).

ganicidade, essa capacidade de adaptar-se constitui, segundo Milton Santos, uma grande riqueza, pois lhes garante “um autêntico pragmatismo existencial” (SANTOS, M., 2004a, p.134).

Nas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro, “[...] são os que experimentam a escassez<sup>22</sup> que precisam desvendar as múltiplas ações possíveis permitidas pelo espaço herdado e costurar projetos num tecido social esgarçado e precário” (RIBEIRO, 2005a, p.97). Contudo, essa “auto-reinclusão” dos camelôs ocorre apenas no “plano econômico”; dificilmente conseguem incluir-se “sem deformações no plano moral” (MARTINS, 1997, p.33).

Como exemplo disso, podemos recorrer às inúmeras ações repressivas que sofrem e que vão de encontro à idéia de “polícia” proposta por Jacques Rancière (RANCIÈRE, 1996a; 1996b). Apesar da visibilidade autorizada pela presença nas ruas, dificilmente conseguem construir um “espaço de argumentação”, ou seja, um “espaço público” onde os seus valores possam ser expressos, onde novos direitos possam ser propostos, onde a sua fala se torne possível. Assim, pode-se dizer, usando uma expressão de Antonio A. Arantes Neto, que esses sujeitos são “culturalmente invisíveis” (ARANTES NETO, 2000, p.115), tendo, com isso, a sua existência transformada em inexistência. Dessa perspectiva, as lutas que desenvolvem pela apropriação do espaço, dificilmente são confrontadas como portadoras de valores e, sobretudo, como uma nova (e factível) possibilidade de uso da cidade.

Não se pode deixar de considerar que a própria articulação entre legalidade e ilegalidade, contida na prática dos camelôs, relativa tanto à questão do uso do espaço urbano, quanto à problemática do contrabando e da sonegação de impostos, dificulta a afirmação de direitos e o reconhecimento de sua identidade. No entanto, essa negação só colabora para o prosseguimento da

---

<sup>22</sup> A escassez, como já dito, não se limita apenas à ausência de condições materiais. No caso específico dos camelôs, ela está relacionada tanto à questão do desemprego, quanto à ausência de reconhecimento da espacialidade desses sujeitos enquanto parte constituinte do território.

desigualdade e para o acirramento dos conflitos.

Nesse contexto, os camelôs resistem por meio de “táticas” (CERTEAU, 2002) e tentam – dentro de suas circunstâncias - impor suas especificidades, isto é, seu modo próprio de permanecer no território. Um modo que, na dimensão cotidiana, adquire o estatuto de “saber” duramente construído na experiência urbana (RIBEIRO, 2000).

Na atualidade, cresce cada vez mais nas cidades brasileiras essa prática e, conseqüentemente, crescem os conflitos entre camelôs, poder público e comerciantes, demonstrando a implicação de uma ampla problemática e, principalmente, evidenciando a diversidade de racionalidades envolvidas na produção e no uso de um determinado lugar. Dessa forma, a leitura da espacialidade dos camelôs obriga o reconhecimento da complexidade do espaço urbano, expressa na multiplicidade de apropriações (materiais e imateriais) que os lugares conformam e em sua coexistência conflituosa.

Portanto, iluminar essas outras existências que se realizam na cidade se torna fundamental, sobretudo no sentido de confrontar a idéia, amplamente difundida, da “cidade do pensamento único” (ARANTES, et al., 2002). Assim, como Ana Clara Torres Ribeiro, acredita-se que ainda “[...] existem atos a serem reconhecidos e valorizados e, ainda, vozes a serem ouvidas e inscritas na formulação dos futuros possíveis” (RIBEIRO, 2000, p.240).

## **UM OLHAR SOBRE A CIDADE:** ENTRE A RAZÃO DE DOMINAÇÃO E A RAZÃO COMUNICATIVA

A Razão, sinônimo de liberdade para os pensadores do Iluminismo, atinge o século XX absorvida pelo capital, reduzindo-se, com isso, à razão econômica (QUEIROGA, 2001, p.21). Nesse sentido, pode-se dizer que o projeto original do Iluminismo<sup>23</sup>, onde o homem seria racionalmente livre para construir o seu destino, não se realiza. Segundo Eugenio Queiroga, “trata-se, efetivamente, de uma metamorfose, da razão iluminista para uma razão de dominação, onde a primeira vira apenas ideologia da segunda” (QUEIROGA, 2001, p.21).

É essa racionalidade<sup>24</sup> econômica que vem conduzindo os processos de modernização das cidades e radicalizando a experiência urbana. Presenciamos, portanto, cada vez mais, sobretudo hoje, com a globalização econômica, um processo de racionalização que se entende, aqui, como “a ampliação das esferas sociais, que ficam submetidas aos critérios da decisão racional” (HABERMAS, 1987, p.45). Nesse processo, prevalece a ação instrumental, previamente formulada e dirigida a fins específicos, que, segundo Jürgen Habermas, já atingiu a economia, a cultura e a política. Considerando o espaço

---

<sup>23</sup> O Iluminismo foi, “[...] apesar de tudo, a proposta mais generosa de emancipação jamais oferecida ao gênero humano. Ele acenou ao homem com a possibilidade de construir racionalmente o seu destino, livre da tirania e da superstição. Propôs ideais de paz que até hoje não se realizaram. Mostrou o caminho para nos libertarmos do reino da necessidade, através do desenvolvimento das forças produtivas. Seu ideal de ciência era o de um saber posto a serviço do homem [...] Sua moral era livre e visava uma liberdade concreta, valorizando como nenhum outro período a vida das paixões e pregando uma ordem em que o cidadão não fosse oprimido pelo Estado [...] e a mulher não fosse oprimida pelo homem. Sua doutrina dos direitos humanos era abstrata, mas por isso mesmo universal, [...] suscetível de apropriações sempre novas e gerando continuamente novos objetivos políticos” (ROUANET, 1987 apud QUEIROGA, 2001, p.19).

<sup>24</sup> Seguindo o pensamento de Max Weber, Jürgen Habermas define a racionalidade como “a forma da actividade económica capitalista, do tráfego social regido pelo direito privado burguês e da dominação burocrática” (HABERMAS, 1987, p.45).

uma instância social, ele também não escapa desse processo. Mas é através da técnica, contida nas ações e nos objetos, que podemos falar em “espaço racional” (SANTOS, M., 2002, p.294).

A cada modernização o espaço é chamado a adaptar-se à nova lógica da produção, isto é, novos sistemas técnicos são introduzidos no espaço, intencionalmente, buscando a realização de determinados projetos. Aí é que ocorre a produção de um espaço racional que “[...] supõe uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia” (SANTOS, M., 2002, p.300). O espaço, nesse sentido, é “disciplinado” de acordo com o projeto dos agentes hegemônicos, funcionando como condição das ações de alguns e como controle das ações de outros.

Félix Guattari chama esse processo de alisamento do espaço onde ocorre uma reterritorialização capitalística, portanto, artificial, apagando ou ao menos constringendo traços culturais originais (GUATTARI, 1985). Pode-se fazer, com isso, uma aproximação com o que Milton Santos chama de “tecnoesfera e psicoesfera” (SANTOS, 1994). No espaço, a “tecnoesfera” é o resultado da artificialização da materialidade que, juntamente com a “psicoesfera”, resultado da construção dos hábitos, comportamentos, desejos, organizam e controlam o “meio técnico-científico-informacional”. Assim, “a matematização do espaço o torna propício a uma matematização da vida social [...], instalando não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas, também, as condições para a maior alienação possível, para todos” (SANTOS, 1994, p.17/18).

Na atual fase do capitalismo, as ações conduzidas pela racionalidade instrumental e apoiadas no conhecimento técnico, científico e na informação, adquirem um crescente poder de dirigir e transformar o mundo de todos os homens (HABERMAS, 1987, p.95). Quanto mais o espaço se racionaliza mais os sujeitos que nele vivem são absorvidos por essa racionalidade, experimentando, portanto, uma existência empobrecida, alienada, controlada pelos man-

damentos do tempo hegemônico.

Mas nem tudo é absorvido e conduzido por essa racionalidade dominante<sup>25</sup>. Nas cidades, sobretudo dos países periféricos, a seletividade com que os investimentos em modernizações as atingem faz com que esse processo seja acompanhado por uma profunda desigualdade sócio-espacial. Assim, ante o espaço racional, co-existem outros espaços, menos tecnicizados e menos normados, tecidos por ações fundadas em outras racionalidades (SANTOS, M., 1994; 2002). É preciso ressaltar que essas diferenciações não se limitam apenas ao acesso aos bens materiais; envolvem, também, diferentes modelos culturais.

É essa diversidade sócio-espacial que, segundo Milton Santos, compõe nas cidades dos países periféricos uma *flexibilidade tropical* por serem, de um lado, rígida e originalmente vocalizadas para os interesses internacionais e, por outro, dotadas de uma flexibilidade dada pela própria configuração sócio-espacial desigual, o que resulta na realização de outros tipos de ações, outros tipos de capital, outros tipos de trabalho, servindo como resistência para a difusão generalizada da racionalidade capitalista (SANTOS, M., 1994, p.79).

Hoje, com o processo de globalização econômica em andamento, a produção da escassez nos países periféricos é acelerada, construindo, com isso, uma base cada vez maior para que a racionalidade hegemônica seja contrariada (SANTOS, 2002, p.307). É nesse sentido que Milton Santos nos fala que, “na cidade, as irracionalidades<sup>26</sup> se criam mais numerosas e incessantemente

---

<sup>25</sup> E, diga-se de passagem, dominante não do ponto de vista da extensão, mas no que diz respeito à condução dos processos econômicos e políticos (SANTOS, M., 1994, p.76).

<sup>26</sup> “O que muitos consideram, adjetivamente, como irracionalidades e, dialeticamente, como contraracionalidade, constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo. [...] O fato de que a produção limitada de racionalidade é associada a uma produção ampla de escassez conduz os atores que estão fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. A racionalidade dominante e cega acaba por produzir os seus próprios limites” (SANTOS, M., 2002, p.309/310).

que as racionalidades, sobretudo quando há, paralelamente, produção de pobreza” (SANTOS, M., 2004a, p.115).

Assim, na atualidade, a desejada expansão das áreas “luminosas” de-  
fronta-se, no lugar, com essas espacialidades construídas por grande parte  
da população que encontra formas alternativas de sobrevivência escapando  
da racionalidade e da regulamentação direta dos agentes hegemônicos (SAN-  
TOS, M., 2002). Como exemplo, destacamos, além da prática dos camelôs, a  
histórica “viração” popular (ARANTES NETO, 2000; RIBEIRO, 2002) no que  
se refere à auto-produção da moradia, formalizada em favelas e loteamentos  
ilegais. É nesse contexto que, paralelamente à racionalidade dominante, ins-  
talam-se na cidade essas outras racionalidades, muitas delas permeadas por  
relações de proximidade e comunicação.

Dessa perspectiva, pode-se fazer uma aproximação com a “razão co-  
municativa<sup>27</sup>” proposta por Jürgen Habermas. Para este autor, além da razão  
instrumental – que conduz as esferas da economia e da política (Estado) – há  
uma razão objetivada na comunicação lingüística cotidiana (HABERMAS, 1987,  
p.57). Essa razão pertenceria, assim, ao mundo da vida, possuindo uma natu-  
reza intersubjetiva, que se constrói na interação social, e tendo como ponto de  
partida um entendimento recíproco (HABERMAS, 2000, p.439).

Diferentemente da razão sistêmica, voltada à dominação, a razão comu-  
nicativa abarca argumentações pautadas, simultaneamente, no mundo objeti-  
vo (verdade proporcional), num mundo social (justeza normativa) e num mundo  
subjetivo (veracidade subjetiva e adequação estética), envolvendo, com isso,  
um conteúdo de emoção próprio ao mundo da vida. Essa razão encontra-se na  
dialética do saber e não-saber, que a lógica do entendimento mútuo envolve,

---

<sup>27</sup> Nessa proposta de razão comunicativa, Jürgen Habermas tenta resgatar o poder emancipatório da Razão. Segundo ele, a modernidade é um projeto inacabado e, nesse sentido, este autor recusa-se a reduzir a noção de racionalidade à razão instrumental (HABERMAS, 2000).

e sua potencialidade está, exatamente, na base da “validade do discurso<sup>28</sup>” (Habermas, 2000, p.437/438).

A comunicação proposta por Habermas, no entanto, não se aproxima do consenso - tão desejado pelos agentes hegemônicos - que se dá por meio do convencimento, mas de um entendimento que tem o próprio dissenso como parte constitutiva. É esse campo de argumentação possibilitado pela comunicação que remete à idéia de “espaço público”, ou seja, de novos códigos e novas relações sendo tecidos na convivência cotidiana.

Assim, a ação comunicativa, fundada no debate e no entendimento, confere uma legitimidade coletiva à razão. Comunicar, lembra-nos Milton Santos, significa pôr em comum, e é nesse movimento que a diversidade de interpretações das coisas do mundo entra em contato e, a partir do reconhecimento recíproco, realiza-se a verdadeira negociação social (SANTOS, M., 2002, p.316). A comunicação aparece para estes dois autores como um importante dado, sobretudo, por trazer a possibilidade de ampliação da consciência, produzida no “choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva” (SANTOS, M., 2002, p.326).

Mas não se pode perder de vista que é na espacialidade cotidiana que essa comunicação se potencializa. O cotidiano é uma importante dimensão do espaço, se considerado portador do passado como herança e do futuro como projeto (SANTOS, 1996, p.10). Nesse sentido, é onde repetições e rupturas interagem; é o momento presente da constante mutação do espaço. Cabe ressaltar que essa valorização não significa um “[...] elogio irresponsável do cotidiano, reproduzidor de tantos preconceitos e subordinações”, mas, sim, reconhecê-lo como dimensão que permite a apreciação de “[...] contextos, lugares e narrativas” (RIBEIRO, 2001/02, p.37).

---

<sup>28</sup> “Essa racionalidade comunicativa lembra as mais antigas representações do logos, na medida em que comporta as conotações da capacidade que tem um discurso de unificar sem coerção e instituir um consenso no qual os participantes superam suas concepções inicialmente subjetivas e parciais em favor de um acordo racionalmente motivado” (HABERMAS, 2000, p.438).

Os camelôs se realizam nessa dimensão, aproveitando as oportunidades e as lacunas da ordem dominante e construindo redes de socialidade que contribuem para a sua permanência no território. Nas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro, “é na agência cotidiana que o homem lento, conduzido pela cultura ordinária, aparece como portador de futuros e também como inventor de soluções” (RIBEIRO, 2005a, p.96).

O cotidiano, deste modo, é revelador da dialeticidade do espaço geográfico. Nele, normas e espontaneidade, tecnoesfera e psicoesfera, pragmatismo e originalidade formam os pares de variáveis que permitem uma análise geográfica, reconhecendo seu conteúdo político, à medida que evidencia as diferenças e, com isso, aconselha a tomada de posição (SANTOS, M., 1996).

Desse ângulo, Milton Santos destaca o papel fundamental dos pobres na construção do futuro. Os pobres, “homens lentos”, vivem mais o espaço devido à sua própria condição de sobrevivência. A acomodação na ordem dominante não lhes é permitida, não podendo, portanto, desconsiderar as rugosidades do espaço e, com isso, descobrem recursos nos lugares menos previsíveis e criam novas normas para a vida. É nessa “[...] esfera comunicacional, que eles, diferentemente das classes ditas superiores<sup>29</sup>, são fortemente ativos” (SANTOS, M., 2002, p.326) e orientam-se para o futuro.

Assim, “[...] ao lado da busca de bens materiais finitos cultivam a procura de bens materiais infinitos como a solidariedade e a liberdade: estes, quanto mais se distribuem, mais aumentam” (SANTOS, M., 2004a, p.130). Os “homens lentos” vivem, portanto, uma existência permeada por outros valores além dos hegemônicos, e esses valores também conduzem suas ações. Nesse movi-

---

<sup>29</sup> “Quem na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco da Cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens lentos, por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações (SANTOS, M., 1994, p.84)”.

mento acabam por criar um contraponto à razão hegemônica, servindo como resistência localmente construída.

Há, deste modo, uma co-presença de espaço-temporalidades na cidade que, geralmente, é negada na apreensão e na intervenção no espaço. Isso, sem dúvida, colabora para a efetivação dos processos de segregação e fragmentação. Assim, é preciso reconhecer a cidade como o lugar onde operam múltiplas espacialidades, tecidas a partir de diferentes “matrizes de racionalidade” (GONÇALVES, 2002b), que apreendidas dialeticamente constituem a realidade sócio-espacial. Daí a complexidade desse meio construído por um destino coletivo e plural, numa trama de relações desiguais, permeadas por interações de cooperação e conflito que levam a uma constante negociação (SANTOS, M., 1996).

A cidade, portanto, é o lugar do conflito e não do consenso; da pluralidade e não de uma homogeneidade alienante; é o lugar da velocidade e dos tempos lentos; da racionalidade hegemônica e da razão comunicativa. É por esse ângulo, que deve ser apreendida como o lugar do “debate constante”, onde novos conteúdos (culturais, normativos) possam ser propostos, garantindo, com isso, a concretização da liberdade (SOUZA, 1997).

Dessa perspectiva, o lugar como um recorte espacial de análise, nos permite apreender essas dinâmicas “microscópicas” (CERTEAU, 2002) do cotidiano e, assim, nos aproxima do espaço vivido. O lugar é onde a existência se realiza, onde a possibilidade de ação se torna concreta e onde o tecido social se (re)constrói diariamente. No lugar, é possível apreender o autêntico movimento da vida.

# **2.**

## **O CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO: O LUGAR COMO RESISTÊNCIA**

## **O CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO: BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE POPULARIZAÇÃO**

Os centros das cidades, em geral, são áreas especialmente ricas, precisamente por conterem uma pluralidade de pessoas e, portanto, de espacialidades, o que favorece a apreensão da contradição existente no uso do espaço geográfico. Com isso, o centro da cidade de Ribeirão Preto é o lugar que privilegiamos nesta dissertação, destacando a presença dos camelôs em sua relação com esse espaço e com as outras espacialidades ali presentes. Dessa perspectiva, busca-se destacar, nesta parte do trabalho, os aspectos históricos relevantes que contribuíram de alguma forma para a realidade atual dessa área da cidade.

Hoje, a dinâmica do centro<sup>30</sup> apresenta uma problemática que se liga, diretamente, à maneira como se dão as transformações na estrutura urbana da cidade. É preciso destacar que, desde a década de 30, com a crise do café que atingiu diretamente a produção dessa região, suas cidades tiveram que encontrar alternativas econômicas de sobrevivência. Ribeirão Preto, devido, sobretudo, à existência de um comércio bastante estruturado e uma estrutura viária funcional, foi afirmando-se como cidade com forte potencial para o comércio e a prestação de serviços, tornando-se, ao longo dos anos, um pólo regional desses setores (RIBEIRÃO PRETO, 1994, p.08).

O centro, até a década de 60, apresentava-se como uma área significativa para o conjunto da população, já que concentrava os principais equipamentos urbanos, residências e, sobretudo, um intenso comércio. No entanto,

---

<sup>30</sup> Quando nos referimos ao centro da cidade de Ribeirão Preto, estamos falando da área compreendida pelas Avenidas Francisco Junqueira, Jerônimo Gonçalves, Nove de Julho e Independência, o que constitui o chamado *quadrilátero central*. Essa leitura - que se diferencia de alguns estudos realizados sobre o centro - pauta-se na contigüidade da área, o que compõe uma visível unidade territorial.

é nessa década que o centro começa a apresentar alguns sinais de desvalorização imobiliária, impulsionada<sup>31</sup>, principalmente, pela aprovação de novos loteamentos em grandes áreas da cidade (RIBEIRÃO PRETO, 1994). A partir de então, ocorre um expressivo abandono da área central pela elite e, conseqüentemente, um deslocamento do comércio de alto padrão. O desinteresse da elite local pelo centro – voltada agora para os vetores sudeste e sul – afeta diretamente os investimentos públicos e privados dessa área.

Esse processo de abandono dos centros das cidades pela elite é interpretado por outros autores como principal variável para a degradação física e para a desvalorização imobiliária dessas áreas em várias cidades brasileiras, evidenciando uma proximidade no processo de urbanização em todo o país, sobretudo na região sudeste (VILLAÇA, 2004; SILVA, 2004; FRÚGOLI JUNIOR, 2000). Desse ângulo, Flávio Villaça destaca como o discurso dominante, na maioria das vezes, tenta conferir à natureza as causas dos problemas sociais (VILLAÇA, 1999, p.228). Assim, segundo este autor, o rótulo “deterioração” – que se liga à idéia de envelhecimento<sup>32</sup>, ou seja, a um processo natural –, criado pelas elites para explicar a situação dos centros urbanos, tem a pretensão de funcionar como ocultamento de sua responsabilidade nesse processo (VILLAÇA, 1999, p.228/229). A saída da elite do centro da cidade também é atribuída, por alguns autores, a um anseio de segregarem-se espacialmente e diferenciarem-se do conjunto da população (SILVA, 2004, p.56).

No centro de Ribeirão Preto, é bastante evidente que o abandono dessa área pela elite é a principal variável de sua desvalorização, o que resulta na degradação de sua materialidade. Nesse processo, verifica-se, na década de

---

<sup>31</sup> A expansão da malha urbana no final da década de 60, segundo Ozório Calil Junior, é estimulada pelo Plano de Vias, que prevê uma estrutura viária que direciona o crescimento da cidade, além de potencializá-la como pólo regional ao articulá-la à rede rodoviária estadual. Segundo esse autor, esse plano é “[...] concebido tendo como premissas o novo modelo de acumulação do capital, que tem a indústria automobilística como propulsora desse modelo” (CALIL JUNIOR, 2003).

<sup>32</sup> Também fazem referência a esse sentido as expressões *Decadência*, *Centro Velho* e, mais recentemente, *Revitalização*, demonstrando que o discurso dominante busca, constantemente, atualizar-se.

# LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

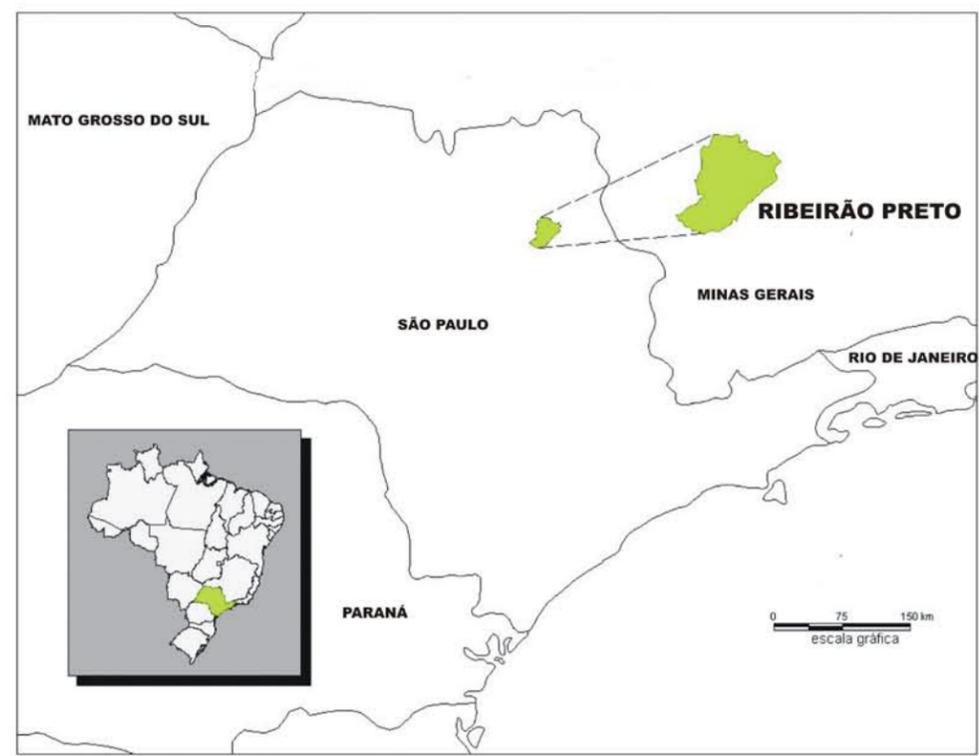


FIGURA1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

## MAPA 1

FONTE: Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão Preto; Organização: Ana Luisa Miranda, 2005

70, o surgimento de novos eixos comerciais voltados ao consumo da classe alta, iniciando essa reorganização pela rua Barão do Amazonas (MAPA 2). Isso também ocorre na avenida Nove de julho, até então de uso residencial, e que passa, nesse momento, a abrigar atividades comerciais e, especialmente, de serviços. É nessa década, também, que a região de Ribeirão Preto consolida-se como complexo agroindustrial - incentivado pela implantação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool) -, o que significou demanda de novos e modernos serviços, sobretudo do setor financeiro e comercial (ELIAS, 1996; CALIL JUNIOR, 2003).

Nesse processo de reorganização das atividades econômicas, ocorre uma setorização da área central, onde cada um desses setores corresponde a uma determinada classe, ou seja, a uma determinada possibilidade de consumo. Assim, a área conhecida popularmente como “Baixada” (MAPA2) passa por um processo de popularização, potencializada pela construção do Terminal Rodoviário no lugar que anteriormente abrigou a Estação Ferroviária Mogiana. A refuncionalização dessa área, na década de 70, constitui uma intensa mudança de uso, efetivando a apropriação residencial – sobretudo dos antigos sobrados – pela população de baixa renda e desenrolando, com isso, um processo de encortamento (CALIL JUNIOR, 2003, p.136/137). Quanto ao comércio – estabelecido no térreo desses casarões -, afirma-se a tendência popular. Nessa área, também ocorre a apropriação por pequenos hotéis e casas de prostituição e suas ruas contíguas funcionam, até os dias de hoje, como lugar de exercício dessa prática.

Já nas imediações da praça XV de Novembro (MAPA2), verifica-se que, nas décadas de 60 a 80, há uma verticalização acentuada, direcionada, sobretudo, ao uso residencial da classe média, que é atribuída, por Ozório Calil Junior, entre outros fatores, à abertura de linhas de crédito para financiamento pelo Banco Nacional da Habitação – BNH (CALIL, 2003, p.139). A partir dos anos 80, essa verticalização passa a acontecer próxima à avenida Nove de Julho, direcionada, agora, à habitação de alto padrão (MAPA2), o que define essa

avenida e suas imediações como setor do comércio e serviços de alto padrão.

Contudo, é na década de 80, com a construção do primeiro *shopping center* da cidade e segundo do interior do Estado<sup>33</sup>, que o vetor sul toma impulso, indicando a direção da expansão das áreas destinadas às classes com maior poder aquisitivo. Esse fato acaba por reforçar o fenômeno de degradação física, desvalorização imobiliária e popularização do comércio e do uso do centro da cidade. É nesse momento, também, que se instalam nessa área – precisamente nas imediações da praça XV de Novembro – as grandes lojas populares de departamento, confirmando que a nova tendência do centro é, sobretudo, o comércio e a prestação de serviços para o popular (MAPA 3).

Outro fato relevante é que, com o novo *shopping center*, com o surgimento de outras áreas destinadas ao lazer e à diversão e com a predominância da atividade comercial, o centro passa a perder a função de vida noturna. Assim, verifica-se, ao longo dos anos, o deslocamento dos cinemas e dos bares dessa área, e nesse movimento, ocorre um esvaziamento noturno, o que favorece a apropriação desse espaço por grupos que desenvolvem atividades consideradas, jurídica e moralmente, ilícitas.

Esses fenômenos - deslocamento da elite local; expansão da malha urbana; reorganização espacial do comércio e dos serviços e, sobretudo o surgimento de outros espaços, na cidade, que passam a atender, com maior eficiência, às novas e modernas demandas –, em conformidade, são os mais significativos no entendimento do processo de refuncionalização popular<sup>34</sup>, o

---

<sup>33</sup> Esse fato, em especial, destaca a posição assumida pela cidade de Ribeirão Preto como um pólo regional de comércio e prestação de serviços – atendendo aproximadamente a 90 municípios – e, portanto, como um pólo regional de consumo. Essa função alinha, decisivamente, a economia da cidade ao modelo dominante de mercado, ainda mais se considerarmos a capacidade que Ribeirão Preto já vinha demonstrando, desde a década de 50, em dar respostas rápidas a esses interesses hegemônicos, tornando-se, com isso, um dos centros mais sólidos da economia do país (ELIAS, 1996).

<sup>34</sup> Entendemos a noção de refuncionalização como alteração dos valores atribuídos ao sistema material do espaço geográfico. Nesse sentido, ressaltamos que a refuncionalização não está diretamente vinculada à alteração material, ou seja, à forma, mas, sobretudo a mudança de seu conteúdo, de sua

# SETORIZAÇÃO DO CENTRO RIBEIRÃO PRETO - 1980/2005



## “BAIXADA”

Comércio popular (Centro Popular de Compras; Mercado Municipal); hotéis e bares populares; residências de baixo padrão; área de prostituição.

## PRAÇA XV DE NOVEMBRO

“Praça XV”; calçadão; grandes lojas populares de departamento; agências bancárias; fluxo intenso de pessoas; concentração dos camelôs.

## AVENIDA FRANCISCO JUNQUEIRA

Eixo de comércio e de serviços especializados (autos; materiais de construção).

## RUA BARÃO DO AMAZONAS

Eixo comercial direcionado à classe média (predominância dos setores de roupas e calçados).

## ÁREA RESIDENCIAL

Verticalização acentuada direcionada à habitação de alto padrão.

## AVENIDA INDEPENDÊNCIA

Eixo de comércio e serviços diversificados.

## AVENIDA NOVE DE JULHO

Avenida Nove de Julho - setor bancário. Entorno imediato - conhecido popularmente como “Boulevard” - comércio e serviços de alto padrão.

0 100 200m  
escala gráfica

## MAPA 2

FONTE: Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão Preto; Organização: MIRANDA, 2005

qual sofreu o centro de Ribeirão Preto.

Contudo, é preciso ressaltar que essa popularização não é sinônimo de esvaziamento como, geralmente, se difunde. O centro continuou a desempenhar o papel de principal e mais acessível área da cidade – sobretudo por abrigar os dois terminais centrais de transporte coletivo –, com um grande fluxo diário de pessoas e, também, uma grande concentração de empresas (CALIL, 2003), o que evidencia uma vitalidade que ainda se faz presente.

O que se pode dizer, é que o centro de Ribeirão Preto constitui-se, das décadas de 70 a 90, como “zona opaca” do ponto de vista de investimentos em modernizações. Segundo Milton Santos, hoje, nas cidades, às áreas “luminosas” – da temporalidade hegemônica, colada às modernizações – coexistem as “zonas urbanas opacas”, com infra-estruturas do passado, onde as formas menos modernas da economia encontram condições de sobrevivência (SANTOS, 1994, p.79-83).

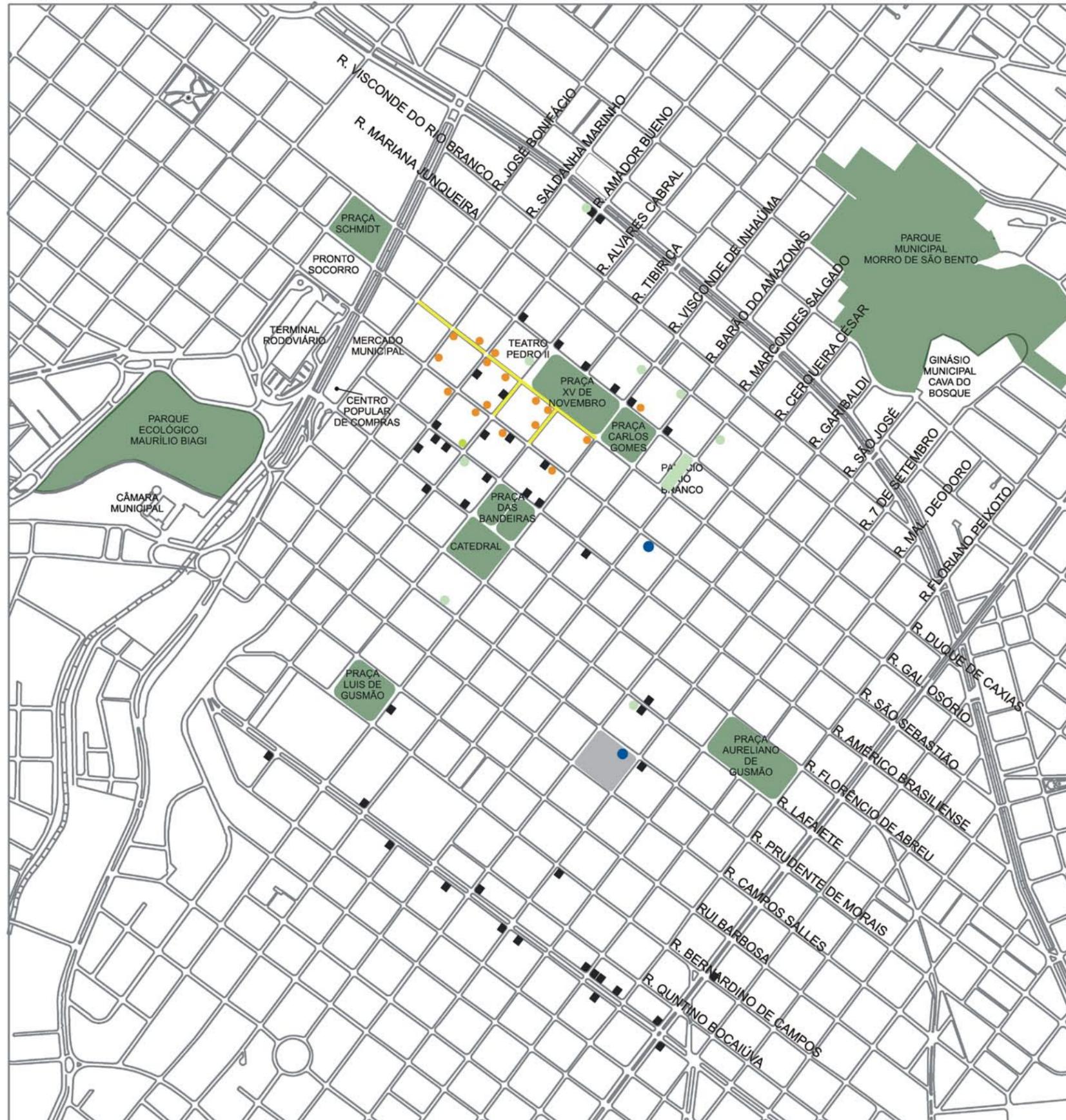
São áreas da cidade que constituem-se como “zonas de resistência”, permitindo a realização de racionalidades alternativas à hegemônica. Desse ângulo, “[...] são os espaços do aproximativo e não (como as zonas luminosas) da exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e racionalizadores, são espaços da lentidão e não da vertigem” (SANTOS, M., 1994, p.83).

A ausência de investimentos e de interesse da elite local pelo centro de Ribeirão Preto foi, especialmente, o que possibilitou a apropriação social dessa área por outras espacialidades que fogem à racionalidade dominante. É essa organicidade que se instala no centro, que lhe atribui uma configuração sócio-espacial específica, revelando o movimento espontâneo da cidade.

---

função. É o valor de uso de um determinado objeto que adquire uma nova conformação (EVASO, 1999).

# USO E OCUPAÇÃO DO CENTRO RIBEIRÃO PRETO - 2005



- ÁREAS VERDES
- AGÊNCIAS BANCÁRIAS
- CINEMA
- SECRETARIAS MUNICIPAIS (Diretas e Indiretas)
  - Palácio do Rio Branco (Prefeitura Municipal)
  - Secretaria da saúde
  - CODERP (Companhia de desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto)
  - DAERP (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto)
  - Fundação D. Pedro II
  - FUNDET (Fundação de Educação para o Trabalho)
  - Secretaria da Fazenda
  - IPM (Instituto de Previdência)
  - SASSOM (Serviço de Assistência à saúde de Ribeirão Preto)
- CALÇADÃO
- CORREIO
- LOJAS POPULARES DE DEPARTAMENTO
  - (1) Lojas Cem
  - (1) Riachuelo
  - (1) Americana
  - (4) Magazine Luiza
  - (1) Pelicano
  - (1) Pernambucanas
  - (2) Drogão Super
  - (4) Casas Bahia
  - (1) Lojas Colombo
- SHOPPING SANTA ÚRSULA

0 100 200m  
escala gráfica

**MAPA 3**

FONTE: Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão Preto; Organização: Ana Luisa Miranda, 2005

## **A APROPRIAÇÃO DO CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO PELOS CAMELÔS**

É na década de 80, em meio a uma conjuntura marcada por uma profunda crise econômica em todo o país, com crescentes índices de desemprego, que se acentua<sup>35</sup> o uso do centro da cidade de Ribeirão Preto pelos camelôs. Essa apropriação é expressiva, sobretudo, da popularização dessa área, como já vimos, o que tornou o centro um espaço de grande movimentação, especialmente dos consumidores potenciais dos camelôs, compondo uma configuração sócio-espacial estratégica para a prática desses sujeitos.

A presença de um comércio popular formal bastante forte, de um grande número de agências bancárias e dos principais equipamentos urbanos da cidade, como o Terminal Rodoviário e os dois Terminais Centrais de ônibus urbano, é o que determina, mais significativamente, o grande fluxo de pessoas nessa área. O “aproveitamento residual” (RIBEIRO, 1986, p.71) desse fluxo é uma das características principais da dinâmica dos camelôs, o que coloca as ruas dos espaços públicos com maior circulação - sobretudo de pedestres - como a estrutura ideal de trabalho desses sujeitos.

O uso do centro pelos camelôs, até o final da década de 90, acontecia de maneira relativamente livre, apesar de algumas tentativas, sem sucesso, de regulamentação. Desse ângulo, verifica-se que a primeira lei (Lei no 4.768/86)<sup>36</sup> que normatiza essa prática é de 1986 e os seus artigos dirigem-se, no geral, a uma regulamentação específica do uso do solo pelos camelôs. Assim, até o ano de 1989 esses sujeitos concentravam-se na rua General Osório,

---

<sup>35</sup> O surgimento do comércio informal no centro foi verificado a partir das inscrições feitas junto à Fiscalização Geral da Prefeitura de Ribeirão Preto, órgão que regula o comércio informal da cidade. Dos camelôs cadastrados que ainda atuam no centro, verificou-se que as primeiras licenças datam de 1975.

<sup>36</sup> RIBEIRÃO PRETO. Lei no 4.768, de 09 de janeiro de 1986. Dispõe sobre o exercício do comércio

principalmente em frente a uma filial da rede de Lojas Americanas. Com o alargamento dessa prática, nesse momento, causando uma visível “desordem” na circulação dos pedestres, e especialmente, em meio a pressões exercidas pela ACIRP (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto), a Prefeitura Municipal foi compelida a intervir na espacialidade desses sujeitos.

Assim, os camelôs são transferidos para o Terminal Carlos Gomes, mediante aprovação de uma lei (Lei no 5.600/89)<sup>37</sup> que proíbe a fixação de novos ambulantes nos logradouros públicos do quadrilátero central. Em contrapartida a essa lei, esse terminal continua a ser extensivamente apropriado e, não havendo mais espaço nessa área, os novos camelôs que surgem, continuamente, passam a ocupar outras ruas do centro (PRANCHA 1). No Terminal Carlos Gomes, houve um forte enraizamento desses sujeitos, verificável, sobretudo, na estrutura de trabalho montada por eles - com água encanada, energia elétrica, linha telefônica, computador (VALADÃO, arquiteta e urbanista, “informação verbal”, 06 de dezembro de 2004) –, mas sem a autorização prévia da Prefeitura Municipal, ou seja, sem a adequação necessária. Outro fato relevante, que agrava a presença desses sujeitos nessa área, é que a instalação de um grande número de barracas acabou criando alguns espaços entre elas que eram usados pelos moradores de rua como dormitório e, também, como local para o tráfico de drogas (Valéria Valadão, arquiteta e urbanista, “informação verbal”, 06 de dezembro de 2004). A ocupação aleatória do Terminal Carlos Gomes acabou intensificando as reivindicações da ACIRP para que o poder público adotasse medidas no sentido de ordenamento dessa prática.

É também no início da década de 90 que se verifica uma retomada dos investimentos no centro da cidade, sobretudo, pela ACIRP, no intuito de atrair os antigos consumidores de alto padrão que o comércio da área central havia

---

ambulante no município e dá outras providências. **Diário Oficial [do Município de Ribeirão Preto]**, Ribeirão Preto, SP.

<sup>37</sup> RIBEIRÃO PRETO. Lei no 5.600, de 14 de setembro de 1989. Altera o artigo 5º da Lei no 4.786/86, acrescentando-lhe um parágrafo. **Diário Oficial [do município de Ribeirão Preto]**, Ribeirão Preto, SP.

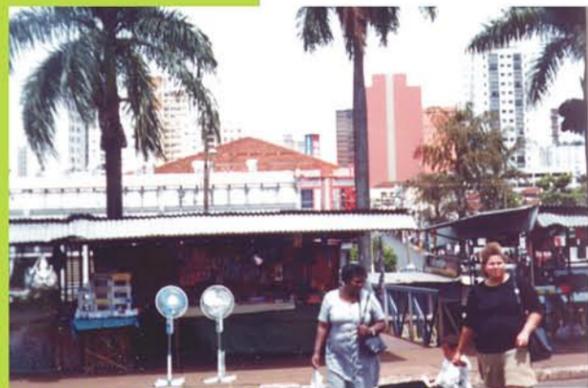


FIGURA 2 - OCUPAÇÃO DA AVENIDA JERÔNIMO GONÇALVES PELOS CAMELÔS, 1999.



FIGURA 3 - OCUPAÇÃO DO TERMINAL CARLOS GOMES PELOS CAMELÔS, 1999



FIGURA 4 - FOTO AÉREA DO TERMINAL CARLOS GOMES (E PRAÇA XV DE NOVENBRO), 1994.



FIGURA 5 - OCUPAÇÃO DO TERMINAL CARLOS GOMES PELOS CAMELÔS, 1999



FIGURA 6 - CAMELÔ PRÓXIMO AO TERMINAL CARLOS GOMES, 1999.



FIGURA 7 - OCUPAÇÃO DA AVENIDA JERÔNIMO GONÇALVES PELOS CAMELÔS, 1999.



perdido ao longo das transformações da estrutura urbana, principalmente para o shopping center. É nesse momento, portanto, que é construído o “calçadão” (fechamento de 6 quadras para a circulação de veículos – 4 quadras na rua General Osório, 1 quadra na rua Álvares Cabral e 1 quadra na rua Tibiriçá - no entorno imediato da praça XV de Novembro). Essa intervenção, no entanto, acaba por criar novos problemas para o centro, sobretudo no que concerne à circulação de veículos, obstruindo ainda mais o tráfego dessa região da cidade. Outro ponto importante é que o fato do calçadão ser de uso exclusivo de pedestres acaba favorecendo a prática dos camelôs e torna-se, com isso, um dos locais preferidos por eles.

Nesse sentido, esses sujeitos passam a usá-lo extensivamente, como um novo e funcional espaço de trabalho. Nesse momento a espacialidade dos camelôs acontece, sobretudo, nas ruas General Osório, Duque de Caxias, Saldanha Marinho, José Bonifácio e Jerônimo Gonçalves (PRANCHA 1). Essa situação se desdobra até o final da década de 90, quando novas intervenções nessa área começam a se desenhar.

É, então, diante de um novo projeto de renovação urbana do centro que os camelôs tornam-se um grande problema a ser solucionado. Os conflitos intensificam-se diante da proposta de remoção desses sujeitos das ruas do centro da cidade. Essa remoção tem como pano de fundo um projeto de “revitalização” do centro, envolvendo concepções racionalizadoras do espaço, a fim de transformá-lo em área competitiva na disputa de novos empreendimentos e consumidores. Percebe-se, também, que essa renovação liga-se à questão do oportunismo político, comumente praticado no país, se considerarmos que ocorreu - em consonância com diversas outras intervenções na cidade - em ano eleitoral<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Nesse momento, a administração municipal era exercida pelo então Prefeito (1997-2000) Luís Roberto Jábali (in memorian), pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. O fato de o Centro Popular de Compras ter sido construído em ano eleitoral implica uma certa urgên-

Esse projeto de intervenção no centro de Ribeirão Preto revela, mais precisamente, a intencionalidade das ações da ACIRP, conjuntamente com a Prefeitura Municipal, de tornar essa área um renovado espaço de consumo, apoiando-se em um discurso que guarda uma estreita ligação com o modelo hegemônico de planejamento urbano – surgido nos anos 90 – denominado planejamento estratégico.

Quanto aos camelôs, depois de um longo período de negociação, é inaugurado, em novembro de 2000, o Centro Popular de Compras (CPC) “Isaura Salim Latuf”, o que significou um investimento de R\$ 1,1 milhão pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (Folha de São Paulo, Caderno Folha Ribeirão, 30 de dezembro de 2000). Entretanto, a proposição de uma arquitetura (PRANCHA 2) que desconsidera inteiramente as características da dinâmica dos camelôs, sobretudo no que concerne ao aproveitamento do fluxo de pessoas, resulta na insatisfação generalizada dos novos permissionários. Este depoimento feito por um dos camelôs instalados no Centro Popular de Compras, após duas semanas de funcionamento, expressa esse fato: “*Precisa melhorar muito. Não estamos ganhando nem metade do que poderíamos ganhar na praça (Carlos Gomes)*” (Folha de São Paulo, Caderno Folha Ribeirão, 03 de dezembro de 2000).

Essa nova “arquitetura disciplinar” acaba funcionando como medida paliativa, principalmente por não conseguir abrigar todos os camelôs existentes – aproximadamente 500 cadastrados<sup>39</sup>. Assim, a antiguidade foi adotada como critério de seleção para as 153 vagas disponíveis, baseada nos cadastros de pagamento da taxa de uso do solo. O excedente foi transferido para a praça Schmidt (MAPA 3), onde permaneceram por pouco tempo, devido especial-

---

cia na finalização da obra, o que traz como consequência uma precocidade em todo o processo de transferência.

<sup>39</sup> Foi possível constatar, nas entrevistas com a assistente social da Prefeitura Municipal, que foram cadastrados no processo de negociação aproximadamente 500 camelôs. No entanto, esse expressivo número é referente não somente aos camelôs do centro, como também de duas outras áreas da cidade: Bosque Municipal e imediações da UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto.



FIGURA 8 - APREENSÃO DE MERCADORIAS COMERCIALIZADAS PELOS CAMELÔS, JANEIRO DE 2005.



FIGURA 9 - CAMELÓDROMO "DUQUE DE CAXIAS", JULHO DE 2005.



FIGURA 10 - APROPRIAÇÃO DO CALÇADÃO PELOS CAMELÔS, DEZEMBRO DE 2004.



FIGURA 11 - BARRACAS DOS CAMELÔS DEFICIENTES FÍSICOS, AGOSTO DE 2004.



FIGURA 12 - AMBULANTE NO CALÇADÃO, MAIO DE 2005.



FIGURA 18 - CENTRO POPULAR DE COMPRAS "ISAURA SALIM LATUF" (ENTRADA PRINCIPAL), AGOSTO DE 2004.

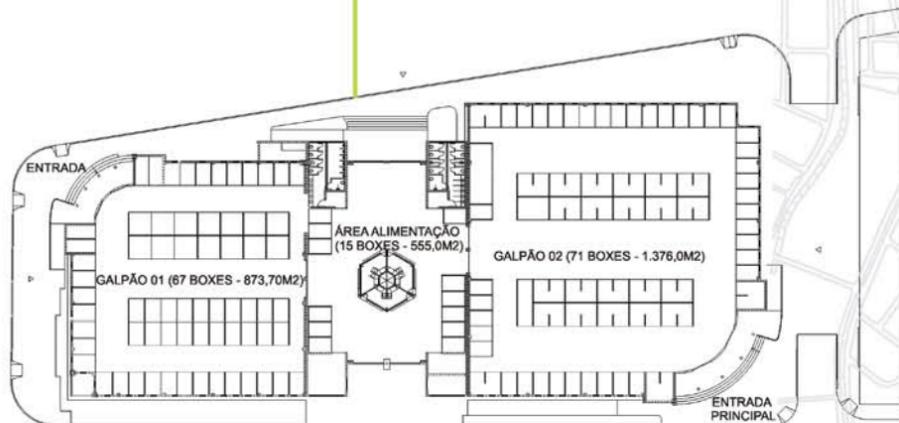


FIGURA 17 - PLANTA BAIXA DO CENTRO POPULAR DE COMPRAS (SEM ESCALA).



FIGURA 16 - DEZEMBRO DE 2004.



FIGURA 15 - AGOSTO DE 2004.



FIGURA 14 - BARRACAS DOS CAMELÔS DEFICIENTES FÍSICOS, DEZEMBRO DE 2004.



FIGURA 19 - PRAÇA XV DE NOVEMBRO E PRAÇA CARLOS GOMES, 2004.



FIGURA 13 - POLÍCIA CIVIL - FISCALIZAÇÃO DO CALÇADÃO, MAIO DE 2005.

mente ao fraco movimento e à queda nas vendas. Assim, esses sujeitos, aos poucos, foram voltando para as ruas do centro da cidade. Foi, então, que parte desse excedente entrou em negociação com a Prefeitura Municipal e em 2004, somente, criou-se o segundo camelódromo da cidade: camelódromo “Duque de Caxias” (PRANCHA 2).

É preciso destacar que, cumprindo parte das diretrizes de remoção dos camelôs das ruas do centro da cidade, os dois terminais centrais foram desativados. Os terminais concentravam o maior número de camelôs, justamente por serem locais de grande fluxo de pessoas. Assim, no lugar do Terminal Antonio Achê (PRANCHA 2) foi construído o Centro Popular de Compras, e o Terminal Carlos Gomes (PRANCHA 2) deu lugar a uma praça de mesmo nome. Nesse meio tempo, os camelôs deficientes físicos (PRANCHA 2) que também haviam se cadastrado e não conseguiram boxes no CPC, instalaram-se no calçadão (aproximadamente 15 deficientes) e, protegidos especialmente pela Promotoria de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, adquiriram, ainda que provisoriamente, o direito de permanecerem na área central da cidade.

Acredita-se que essas tentativas de enquadramento, baseadas em modelos jurídicos que desconsideram suas especificidades, resulta na grande dificuldade do poder público de intervir com algum sucesso nessa prática espacial. Dessa perspectiva, verifica-se que os próprios camelôs que têm boxes nos dois camelódromos da cidade eventualmente montam pequenas estruturas nas ruas do centro, a fim de aumentar as suas vendas. Na entrevista realizada com uma “ex-camelô”, agora instalada no camelódromo “Duque de Caxias”, perguntada se os camelôs preferem trabalhar na rua, oferece o seguinte depoimento: *Com certeza, com certeza, [...] muita gente que tanto no CPC quanto os que estão aqui, continuam trabalhando na rua. De uma maneira ou de outra continuam trabalhando na rua, entendeu?* (Entrevista realizada em dezembro de 2004).

Outro fato importante é que nesse novo espaço os camelôs tiveram algumas dificuldades de adaptação, sobretudo no que se refere aos regimentos internos. Esse depoimento de uma das permissionárias do Centro Popular de

compras revela esse fato:

*[...] tivemos dificuldade, assim, alguns ambulantes que não aceitavam que tinham normas pra cumprir aqui dentro, até hoje às vezes acontece algum contratempo, porque aí, aqui dentro a gente tem normas, né? Lá na rua não, lá na rua cada um falava na altura que queria, né? Gritava e não tinha problema. Aí aqui dentro não, o único problema que teve foi à adaptação (Dona de Box no Centro Popular de Compras. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Outra dificuldade relatada refere-se aos custos de manutenção do novo prédio. Os camelôs pagavam, na rua, cerca de R\$ 45,00 anuais de taxa de uso do solo; agora, no CPC, chegam a gastar mensalmente R\$ 100,00. A própria estrutura do prédio também tem trazido problemas. Houve um incêndio em um dos boxes e foi atribuído, por um engenheiro contratado pelos permissionários, ao uso de material inadequado durante a construção (Jornal “A Cidade”, Caderno Cidade, 20 de outubro de 2004). Os permissionários também reclamam da má ventilação do prédio, o que exigiria mais modificações nessa estrutura.

Já as positivities desse espaço apontadas pelos permissionários restringem-se à proteção física (sol, chuva) e à consequente legalidade. Desse último ângulo, temos o seguinte depoimento: “*Daria tudo para voltar para a rua, mas sem ter que ficar correndo dos fiscais*”, diz Cristiana dos Santos Pires, 21” (Permissionária do CPC, Folha de São Paulo, Caderno Folha Ribeirão, 03/08/2003).

Assim, na contramão de todas as tentativas de disciplinar essa prática, ocorre resistência por um grande número de camelôs<sup>40</sup> que, ainda hoje, continuam trabalhando nas ruas do centro. Essa resistência acaba funcionando como tensão à organização dominante desse espaço.

---

<sup>40</sup> A própria condição de ilegalidade e fluidez que caracteriza os camelôs que atualmente trabalham no centro de Ribeirão Preto dificulta que se chegue a um número exato de quantos continuam nas ruas. Mas pelas entrevistas com os próprios camelôs e com a fiscalização da Prefeitura Municipal são, aproximadamente, 50 camelôs que diariamente trabalham nessa área, tendo esse número um significativo aumento, sobretudo, no final do ano.

Podemos dizer, portanto, que no centro da cidade de Ribeirão Preto ocorre um duplo movimento. Ao mesmo tempo em que os modelos hegemônicos de planejamento urbano tentam impor-se como uma nova ordem, encontram no lugar a resistência localmente construída pelos camelôs que buscam a sobrevivência cotidianamente (SANTOS, M., 2004a, 114). É nesse sentido que Milton Santos fala da importância do lugar como “espaço vivido”, como uma “experiência sempre renovada”, atentando para as práticas dos homens lentos:

“[...] essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo. Assim, junto à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos” (SANTOS, M., 2004a, p. 114).

O lugar é o espaço concreto, de realização da vida, onde, diferentemente das outras escalas de organização espacial (estadual, nacional), nas quais os problemas aparecem como abstrações (estatísticas), os problemas urbanos são palpáveis. Assim sendo, essas divergências de valores no uso da área central da cidade de Ribeirão Preto têm gerado enfrentamentos diários entre os camelôs e a Fiscalização Geral da Prefeitura Municipal.

Fazendo valer o que determina a Lei no 1070/00<sup>41</sup>, atualmente em vigência, a Fiscalização amplia a vigilância dessa área da cidade, mas é constantemente confrontada com as táticas (CERTEAU, 2002) de resistência dos camelôs. A prática desses sujeitos, portanto, revela o movimento espontâneo da cidade; uma flexibilidade que se reproduz nas fissuras das estratégias racionais de ordenamento do espaço, apagando, ainda que efemeramente, as tentativas de disciplina (CERTEAU, 1995).

---

<sup>41</sup> RIBEIRÃO PRETO. Lei no 1070, de 11 de outubro de 2000. Dispõe sobre a implementação do projeto de revitalização do centro histórico da cidade de Ribeirão Preto, com a criação do centro popular de compras, destinado ao comércio de ambulantes e dá outras providências. **Diário Oficial [do município de Ribeirão Preto]**, Ribeirão Preto, SP.

## **O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO:** O ESPAÇO PÚBLICO COMO DISCURSO

Na atualidade, a participação social nas questões urbanas entra para a pauta do planejamento da cidade e traz para o centro do debate a necessidade da negociação democrática. Apesar da urgência dessa pauta, essa participação, na maioria das vezes, fica reduzida a uma participação ideológica. No processo para a saída dos camelôs das ruas do centro da cidade foi possível verificar algumas condutas que confirmam essa tendência. A negociação se inicia como imposição, já que o que estava em discussão não era a possibilidade dos camelôs permanecerem nas ruas – o que expressava a vontade e os valores desses sujeitos. A remoção dos camelôs do centro da cidade foi definida previamente e, nesse sentido, todo esse processo ficou reduzido a um trabalho de convencimento.

É preciso ressaltar que, através de uma entrevista com a assistente social da Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social, percebe-se que houve um grande esforço – sobretudo da parte dessa Secretaria e da Fiscalização da Prefeitura Municipal, que também participou desse processo – em fazer dessa negociação um espaço democrático. Assim, depois de eleitos os representantes dos camelôs de cada área específica, foram feitas reuniões semanais que possibilitaram a elaboração de um cadastramento e a discussão das questões relativas ao projeto do Centro Popular de Compras, buscando sempre uma adequação com as necessidades desses sujeitos. No entanto, houve um momento nesse processo em que a autoridade dessa Secretaria se esgotou e, com isso, prevaleceram decisões que nem sempre respeitaram o entendimento alcançado durante as reuniões.

O espaço de negociação, portanto, não se dirigiu a um confronto de valores em igualdade de direitos, restringindo-se, inteiramente, ao convencimento.

Nesses termos, foi possível verificar um intenso trabalho com a “psicoesfera<sup>42</sup>” (SANTOS, M., 1994), onde novos elementos discursivos eram introduzidos nas reuniões com os camelôs, em busca da aceitação do projeto. Segundo Ana Clara Torres Ribeiro, a psicoesfera cria as condições sociais para a aceitação da tecnoesfera (RIBEIRO apud SANTOS, M., 1994, p.86) e, na negociação com os camelôs de Ribeirão Preto, esse fato é explícito.

Como exemplo, podemos recorrer às argumentações de um dos arquitetos da Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental, onde fundamenta a importância desse novo espaço de trabalho para os camelôs, destacando a oportunidade de se transformarem em *microempresários* (Ata de reunião com os ambulantes de Ribeirão Preto, 11 de abril de 2000, Arquivo da Divisão de Planejamento Social).

Essa idéia de *microempresários*, bastante distante da realidade desses sujeitos, foi um dos elementos mais trabalhados nas reuniões e, nas entrevistas com os permissionários do Centro Popular de Compras, foi possível apreender que ainda está bastante arraigado, apesar do insucesso do projeto. A fala, a seguir, demonstra esses fatos:

*[...] Aqui (CPC) é um privilégio para quem quer crescer, quer subir e é isso que é a intenção de todos eu acredito. Só que na questão de venda, lá (praça Carlos Gomes) vende bem mais, vende bem mais porque tem mais movimento, né? Não tem que pagar as coisas, entendeu? (Permissionária do Centro Popular de Compras. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Outros mecanismos de persuasão foram empregados, como o compromisso da Prefeitura Municipal de instalar, no entorno imediato do CPC, alguns pontos de ônibus urbanos, o que potencializaria o fluxo de pessoas nessa área

---

<sup>42</sup> A psicoesfera, como já dito, “[...] é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o universo”. A tecnoesfera, por sua vez, resulta da “[...] crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo. [...] Ambos são frutos do artifício e desse modo subordinados à lei dos que impõem as mudanças” (SANTOS, M., 1994, p.32).

e, conseqüentemente, o movimento no camelódromo. Esse acordo foi decisivo para a aceitação da transferência pelos camelôs; no entanto, depois de cinco anos, ainda não foi cumprido. Nessa perspectiva, temos o seguinte depoimento:

*[...] igual falaram que ia fazer um terminal aqui. Então ia ajudar isso aqui demais, ia ajudar demais esse Centro Popular de Compras, se tivesse umas 50 linhas de ônibus aqui ao lado onde ia ser vale do rio ia ser muito bom, né? Porque ia trazer movimento para cá, mas como inclusive não foi realizada a obra, então, ficou elas por elas (Permissionário do Centro Popular de Compras. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Apesar de constarem, nas atas das reuniões, vários argumentos dos camelôs, na tentativa de proposições mais próximas de suas necessidades, a grande maioria foi vetada, imediatamente, pelos representantes da Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental, por meio de diversas justificativas. Uma delas, em especial, chama a atenção pelos valores expressos. Questionado se não seria possível que os camelôs que não conseguissem box no Centro Popular de Compras – constituindo o excedente - ficassem em barracas padronizadas na avenida Jerônimo Gonçalves, o então Secretário do Planejamento, José Américo Rubiano, argumenta que não seria possível, já que essa avenida passaria por um processo de “revitalização” (Ata de reunião com os ambulantes de Ribeirão Preto, 09 de julho de 2000, Arquivo da Divisão de Planejamento Social).

Podemos, a partir dessa passagem, dizer que é bastante claro que a remoção dos camelôs está muito mais vinculada a um ideal de estética urbana do que, realmente, de resolver – levando-se em conta as especificidades dessa prática – os reais problemas desses sujeitos. Expressa, também, a existência de uma imagem negativa atribuída aos camelôs que, de tal modo, não se ajusta à nova paisagem “higienizada” que se pretende desenhar. Essa mesma justificativa é usada na remoção dos camelôs que estavam instalados no Terminal Carlos Gomes, já que o tombamento do Teatro Pedro II (MAPA 3) estabelece

um raio de 300m de proteção, incluindo essa área.

Dessa última perspectiva, surge uma necessária reflexão sobre esses mecanismos de proteção do patrimônio cultural, que muitas vezes acabam por aprofundar os processos de segregação sócio-espacial, ao priorizar os valores culturais dominantes. A prática dos camelôs também representa uma memória dos “[...] vínculos tradicionais entre espaço público, mercado, cultura e linguagem” (RIBEIRO, 2004c, p. 05) e, nesse sentido, é absolutamente passível de tombamento. No entanto, como está fora dos modelos estéticos e culturais dominantes, essa possibilidade deve soar para muitos como incabível.

Essa possibilidade de mudança de paradigmas, de disputas de oportunidades e, sobretudo, de confronto de valores (RIBEIRO, 2002) - que configuram o espaço público - não foi consentida aos camelôs nesse processo de negociação. Não houve, portanto, a abertura de um campo de negociação comprometido com a democracia, e o que sustentou essa negação foi o ocultamento das reais intenções, através de um discurso eficiente. Reduzido ao convencimento, esse processo acaba por marginalizar ainda mais esses sujeitos e a participação social decorre como pura ideologia.

Entretanto, uma das positivities desse processo foi o aprendizado, pelos camelôs, da contestação. Depois das intervenções na espacialidade desses sujeitos, houve inúmeras manifestações políticas, praticadas por eles (VER ANEXOS). Os deficientes físicos, apoiados na própria condição de sua corporalidade; os permissionários do Centro Popular de Compras, apoiados na iminência de retornarem às ruas; os camelôs das ruas, conduzidos por táticas, tensionam, continuamente, a organização dominante e opressiva do centro da cidade de Ribeirão Preto e, nesse movimento, muitas vezes, conseguem ser ouvidos.

## O CENTRO DA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO HOJE: ESPAÇO PÚBLICO POR EXCELÊNCIA

Hoje, a configuração sócio-espacial do centro de Ribeirão Preto<sup>43</sup> revela uma multiplicidade de usos afirmando-o, com isso, como a expressão mais bem acabada da contradição do espaço geográfico ao estabelecer-se ora como espaço da dominação, ora como espaço da apropriação social. No entanto, acredita-se que sua principal função resida na possibilidade da mistura, da superposição de identidades e apropriações espaciais. Essa hibridez, indiscutível, é que faz do centro um lugar potencial para a experiência da diferença.

Devido ao processo de setorização que essa área sofreu, ao longo dos anos, como já visto, cada um desses setores abriga, nos dias de hoje, mais acentuadamente, determinadas atividades e usos. Entretanto, a essência do centro, em seu conjunto, como “expressão maior” da cidade ainda se mantém. A partir da análise espacial dessa área da cidade, foi possível perceber os aspectos mais relevantes que determinam sua atual configuração sócio-espacial.

Assim, verifica-se que na “Baixada” (MAPA 2) ocorre um processo de esvaziamento, indicando uma tendência que começa a se desenhar nas bordas do centro. Isso é perceptível, por exemplo, no levantamento feito pela arquiteta Valéria Valadão, identificando que, de 360 imóveis comerciais distribuídos em 12 quadras, 29% (106 imóveis) estão desocupados (Folha de São Paulo, Caderno Folha Ribeirão, 03/12/2000). Esses fatos são atribuídos ao uso desse espaço pela substituição e, também, à construção de mais dois *shoppings centers* (três no total, sendo um deles dentro do quadrilátero central – MAPA

---

<sup>43</sup> A população atual do município de Ribeirão Preto, segundo o Censo 2000 do IBGE, é de 504.923 habitantes.

3), o que mudou a organização espacial do comércio da cidade. Acrescenta-se a isso o grave problema das enchentes que atingem essa área e, que o poder público vem tendo grandes dificuldades para resolver.

Esse é um setor específico do centro que mereceria uma intervenção especial da Prefeitura Municipal, já que abriga alguns dos principais problemas urbanos, a saber, cortiços, prostituição, tráfico de drogas, o que implica um planejamento que assuma o caráter social dessa área da cidade.

Já a praça XV de Novembro constitui-se, ainda hoje, como um dos principais símbolos da cidade. Para os mais antigos, ela traz as lembranças de uma “época dourada”, com uma economia - sobretudo cafeeira - crescente representada, diretamente, na paisagem. Ainda se fazem presentes nessa paisagem alguns dos mais significativos patrimônios arquitetônicos da cidade. A “praça XV”, hoje, é praticada por uma diversidade de pessoas, firmando-se, com isso, como um importante espaço de exercício da razão comunicativa.

Em seu entorno imediato, o calçadão abriga, diariamente, um grande número de passantes vindos de todos os lugares da cidade e da região<sup>44</sup> atraídos pelo comércio popular, pela grande quantidade de agências bancárias, pela presença de algumas das principais secretarias e serviços ligados ao poder público e, também, pela acessibilidade do centro da cidade, onde se verifica que 95% das linhas do transporte coletivo<sup>45</sup> passam por ele ou ao menos o tangenciam. Outro dado importante aparece na pesquisa encomendada pela Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto à VP/Desenvolvimento Empresarial, constatando que chegam a passar pelo calçadão 600 mil pessoas por mês, o que representa que, pelo menos uma vez ao mês, todos os habitantes da cidade passam por essa pequena área.

---

<sup>44</sup> A presença do Terminal Rodoviário, onde diariamente desembarcam inúmeros trabalhadores da região, colabora para o grande fluxo de pessoas no centro.

<sup>45</sup> Essa informação foi obtida na Empresa de Trânsito e Transporte Urbano de Ribeirão Preto S/A – TRANSERP.

O calçadão, sobretudo por sua forma e pela visibilidade que proporciona, também abriga constantemente as principais manifestações dos movimentos sociais da cidade (PRANCHA 3) e, em sua rua contígua, na esplanada do Teatro Pedro II, acontecem os grandes eventos culturais, como a Feira do Livro e os shows musicais populares.

Com a desativação dos dois terminais centrais da cidade, a praça das Bandeiras (MAPA 3) vem, na atualidade, desempenhando a função de terminal central, reunindo a maioria das linhas do transporte coletivo. O tráfego de ônibus urbano também é bastante intenso na avenida Jerônimo Gonçalves, em frente ao Terminal Rodoviário e, na rua Barão do Amazonas com a praça Carlos Gomes.

Nas avenidas Francisco Junqueira e Independência (MAPA 2), houve, ao longo dos anos, uma apropriação pelo comércio e serviços, constituindo-as em importantes eixos desses setores. A primeira reunindo o comércio e a prestação de serviços especializados, direcionados, sobretudo, aos autos, e a segunda abrigando atividades diversificadas desses setores.

A avenida Nove de Julho (MAPA 2/MAPA 3) continua a exercer a função de eixo do setor bancário, com uma presença significativa de agências de capital internacional (CALIL, 2003, p.161). Nas suas imediações, entre as ruas João Penteado e Eliseu Guilherme, acentua-se o comércio e serviços de alto padrão. Essa área, nos últimos anos, também vem crescentemente abrigando bares e casas noturnas, o que promove uma intensificação do uso no período da noite.

Esta é a atual configuração sócio-espacial da área central da cidade de Ribeirão Preto que, mesmo com uma transformação significativa no uso, ainda se faz centro e reafirma seu profundo sentido de espaço público, sobretudo por realizar o encontro das diversas localidades da cidade, reunindo as diferentes camadas sociais.

Contudo, essa condição de espaço público é posta em questão quan-

do a “ordem policial” (RANCIÈRE, 1996a) de um planejamento instrumental suspende a função do centro como lugar da experiência da diversidade e da diferença por meio da vigilância e da hierarquização espacial. Essa ação instrumental (HABERMAS, 1987) coloca graves obstáculos à afirmação da potência contida nesse espaço da cidade, principalmente a potência de resgate da urbanidade. Como já dito, o centro constitui-se em ponto nodal da circulação da cidade, onde a maior parte da população, ao menos, passa por ele. Abriga, com isso, uma pluralidade de pessoas que exercem diversas ações – subversivas, “policiais”, comunicativas, conflituosas – abrindo a possibilidade, a partir da experiência com a diferença, da afirmação e renovação dos valores sociais.

No entanto, nas últimas décadas, o centro de Ribeirão Preto vem sendo alvo de disputas – sobretudo o calçadão e suas imediações – por diversas espacialidades, como a dos camelôs, da ACIRP, do Grupo Gestor do Calçadão e da CODERP. A CODERP - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto, em linhas gerais, foi fundada pela Lei no 2.591/72<sup>46</sup> e, na atualidade, tem como principal atribuição a gestão das seguintes áreas e instituições: Distrito Empresarial de Ribeirão Preto, Imprensa Oficial, Informática, SAM - Serviço de Atendimento ao Município, Turismo - Calçadão, Mercado Municipal e Parque Permanente. É uma empresa de capital misto, onde estatutariamente a Prefeitura Municipal possui 51% das ações ordinárias com direito a voto. Hoje, é administrada por Ruy Salgado Ribeiro, Gerente Geral da Embratel – Região de Ribeirão Preto e Região de Bauru, eleito pela Assembléia dos Acionistas.

Já o Grupo Gestor do Calçadão, instituído pela Lei nº 8787/00<sup>47</sup>, é um órgão consultivo, vinculado administrativamente à CODERP, e tem como principal atribuição o assessoramento, em conjunto com a Prefeitura Municipal e

---

<sup>46</sup> RIBEIRÃO PRETO. Lei no 2.591/72, de 10 de janeiro de 1972. Estatutos Sociais da CODERP – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto. **Diário Oficial [do município de Ribeirão Preto]**, Ribeirão Preto, SP.

<sup>47</sup> RIBEIRÃO PRETO. Lei no 8787/00, de 16 de maio de 2000. **Diário Oficial [do município de Ribeirão Preto]**, Ribeirão Preto, SP.

a sociedade civil, nas questões relativas ao desenvolvimento de atividades de uso, ocupação, promoção, revitalização e fiscalização do calçadão e do seu entorno. Sua diretoria, na atualidade, é composta, sobretudo, por empresários, sendo presidida por Lino Strambi, que também é diretor da Distrital Centro da ACIRP.

Em meio a todas essas fortes espacialidades, estão os camelôs, e sua prática também participa da produção espacial e da luta pela apropriação efetiva do centro da cidade, apesar, é claro, da diferença de circunstâncias – das possibilidades de ação - em que estão postos.

Todo esse interesse pelo calçadão pode ser atribuído à funcionalidade que esse espaço da cidade assume nos dias de hoje. O grande fluxo de pessoas que passam por essa pequena área do centro, combinado com a presença, em seu entorno imediato, dos principais símbolos da cidade – praça XV de Novembro; Teatro Pedro II que, juntamente, com o Hotel Palace e o Edifício Meira Júnior formam o Quarteirão Paulista; Edifício Diederichsen – constituem-no como um dos setores do centro de Ribeirão Preto mais adequado à implantação das novas estratégias empresariais que buscam uma maior fluidez do consumo.

É por meio do discurso da “degradação” que o centro de Ribeirão Preto vem sendo continuamente “esterilizado” e, com isso, sua potência como espaço público é contida pelas intervenções homogeneizantes, transformando-o em espaço de consenso. Nesse sentido, torna-se indispensável a desconstrução do discurso da “degradação” dos centros urbanos, já que funcionam como ocultamento das reais intenções que a renovação dessas áreas carregam. Revitalizar tornou-se, na atualidade, sinônimo de revalorizar, e as conseqüências desse processo já foram, suficientemente, criticadas.

Os centros das cidades, no geral, são constituídos por uma multiplicidade de representações, articuladas a experiências e apropriações particulares do espaço (ARANTES NETO, 2000). Há uma complexa diversidade de “ma-

trizes de racionalidade” (GONÇALVES, 2002b) que lança as condições para que o centro promova a reafirmação de valores urgentes para a experiência urbana, como a convivência e a solidariedade. Como nos diz Ruth Cardoso, é preciso:

[...] encontrar e pensar soluções para que a balança penda para o lado da solidariedade, para que a convivência com os diferentes não seja uma convivência marcada pelo medo, pelo susto, pelo pouco reconhecimento. No fundo, isso é a reconquista de um espaço público, um espaço onde as diferenças possam conviver sem serem ameaçadoras (CARDOSO, R., 2001, p.41).

O desafio da atualidade é pensar quais os usos possíveis dos espaços públicos e, especialmente, quais os usos que se deseja que eles tenham (CARDOSO, 2001). Ao nosso ver, o centro deveria ser pensado como o “novo espaço da liberdade” (Guattari, 1987), onde a co-presença seja incitada e, sobretudo, onde as práticas espaciais dos “homens lentos” (PRANCHA 3) – constantemente marginalizadas pelo discurso dominante – sejam reconhecidas como parte constituinte desse lugar e, tendo seus valores considerados, adquiram, efetivamente, o direito à cidade.

No centro de Ribeirão Preto essa possibilidade ainda encontra-se aberta e, é nesse sentido que essa área da cidade constitui-se como o lugar de resistência, onde a presença crítica dos “homens lentos”, sobretudo dos camelôs, insere um conteúdo “político” no espaço. São nessas “ações menos pragmáticas e mais espontâneas”, segundo Milton Santos, que reside a força dos lugares (SANTOS, 2002, p.228).



FIGURA 20 - CATADORA DE PAPELÃO, AGOSTO DE 2004



FIGURA 21 - ARTISTA DE RUA NO CALÇADÃO (PRÓXIMO À ESPLANADA DO TEATRO PEDRO II), MAIO DE 2005.



FIGURA 26 - CARRINHO DE FRUTAS NA AVENIDA JERÔNIMO GONÇALVES, AGOSTO DE 2004.



FIGURA 22 - MOVIMENTO DOS SEM TERRA EM MANIFESTAÇÃO NA PRAÇA XV DE NOVIEMBRO, DEZEMBRO DE 2004.



FIGURA 25 - ENGRAXATE NO CALÇADÃO, MAIO DE 2005.



FIGURA 23 - VENDEDOR DE SORVETES NA PRAÇA XV DE NOVIEMBRO, 1999.



FIGURA 24 - ARTISTA DE RUA NA PRAÇA XV DE NOVIEMBRO, MAIO DE 2005.

# **3.**

## **DO TERRITÓRIO USADO AO TERRITÓRIO PRATICADO**

## **TERRITÓRIO E PODER:** ESTRATÉGIAS E TÁTICAS NO USO DO CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO

A análise dos conflitos pela perspectiva do território fornece entendimentos indispensáveis para a apreensão dessa dinâmica, sobretudo por seu conteúdo político. Mas para que ele se torne uma *categoria de análise social* é preciso ser entendido como *território usado* (SANTOS, M., 1998b, p.15). É a partir do uso do território que se torna possível articular a “[...] interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS, M. & SILVEIRA, 2001b, p.247).

Dessa perspectiva, ocorre uma valorização da ação, alertando para o movimento da história. O *território usado*, portanto, não é inerte; ele é ativo, mutável, contém e revela os processos históricos cristalizados nos objetos ao mesmo tempo em que é condição material e social para as ações futuras (SANTOS, M., et al., 2000b, p.02). Assim, vista enquanto práxis<sup>48</sup>, a ação compreende projetos, valores, identidades que, inscritas no território e apreendidas em sua totalidade, revelam os usos possíveis em cada período.

No centro da cidade de Ribeirão Preto, os diversos usos que se realizam, a partir de “diferentes matrizes de racionalidade” (GONÇALVES, 2002b), conferem a ele um conteúdo político constituindo-o como um campo de forças onde operam e se superpõem diferentes desígnios. É por esse ângulo que, para Milton Santos, o território usado deve ser visto como sinônimo de espaço banal (SANTOS, M., 1996), onde todos os homens, instituições e empresas,

---

<sup>48</sup> Segundo Karel Kosik, “[...] a práxis compreende – além do momento laborativo – também o momento existencial: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança, etc., não se apresentam como experiência passiva, mas como parte da luta por reconhecimento, isto é, do processo de realização da liberdade humana” (KOSIK, 1976, p.204 apud RIBEIRO, 2003, p.36).

sem exceção, participam de um cotidiano coletivo. Essa noção de espaço banal, de François Perroux, apropriada e valorizada por Milton Santos, insere complexidade<sup>49</sup> na leitura do espaço - tão necessária ao pensamento contemporâneo - especialmente, por reconhecer o território como o lugar da co-presença.

No entanto, é preciso reconhecer, também, a ação em suas circunstâncias específicas (CERTEAU, 2002; ORTEGA y GASSET, 1997), pois, os diferentes usos do território, “[...] apesar de intervirem num mesmo campo, representam contextos próprios e possibilidades de ação que esses contextos permitem” (MIRANDA, 2004). Nas palavras de Milton Santos, os diferentes agentes “[...] não encontram no espaço três respostas iguais aos seus desígnios e é isto que faz a diferença entre as pessoas” (SANTOS, M., 1996, p.12). É essa complexidade do uso que faz do território “[...] uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS, M. et al., 2000b, p.32).

Desse modo, Milton Santos destaca três importantes dimensões do homem que, correlacionadas, auxiliam na apreensão da configuração do tecido social (SANTOS, M., 1996, p.10). Segundo esse autor, existe a dimensão da *corporalidade* ou *corporeidade*, a dimensão da *individualidade* e a dimensão da *socialidade*. De maneira resumida, a *corporalidade* seria a forma imediata de existência, a maneira como nos apresentamos, a partir do corpo, ao mundo. A *individualidade* envolveria a subjetividade humana, a consciência do “Eu”, do “Outro” e, portanto, do “Nós”, o que, na verdade, produz as condições de *socialidade* (SANTOS, M., 1996, p.10). Desse ponto de vista, a co-presença no cotidiano “[...] tem reflexos na maneira como a espacialidade se dá, como a individualidade evolui, como a corporeidade é sentida” (SANTOS, 1996, p.10); acrescente-se, aí, como a socialidade se constrói.

---

<sup>49</sup> “O conhecimento, sob o império do cérebro, separa e reduz. Reduziremos o homem ao animal, o vivo físico-químico. Ora, o problema não é reduzir nem separar, mas diferenciar e juntar. O problema-chave é o de um pensamento que una, por isso a palavra complexidade, a meu ver, é tão importante, já que *complexus* significa ‘o que é tecido junto’, o que dá feição à tapeçaria. O pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações” (MORIN, 1999, p.33).

Analisando o cotidiano dos camelôs no centro da cidade de Ribeirão Preto, foi possível verificar que a inserção desses sujeitos nessa área guarda especificidades que, lidas através dessas dimensões propostas por Milton Santos, revelam os contextos e, sobretudo, as imbricações envolvidas na construção dessas territorialidades<sup>50</sup>.

Assim, verifica-se que os camelôs com deficiência física têm sua inserção marcada pela *corporalidade*. O fato de serem deficientes físicos – o que geralmente dificulta o acesso tanto ao mercado de trabalho, quanto à cidadania de um modo geral –, nesse caso em particular, assegura a sua permanência no espaço público. É preciso ressaltar que não existe nenhuma norma específica que lhes garanta esse direito. Desse modo, é a *corporalidade* desses sujeitos que influencia, diretamente, na apropriação diferenciada do território, funcionando como um mecanismo de poder.

Nessa área da cidade, eles são os únicos camelôs que podem trabalhar sem preocupação com a fiscalização. Essa prerrogativa é evidenciada numa passagem da entrevista realizada com o Diretor da Distrital Centro da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (ACIRP): “[...] *porque são deficientes físicos, então, qualquer ação contra eles você vai sensibilizar a opinião pública, tá? Eles são sabidos também, eles vão recorrer a política*” (Lino Strambi, entrevista realizada em 13/08/04).

---

<sup>50</sup> Levando-se em consideração que a espacialidade é “[...] um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial” (SANTOS, 1997, p.73/74), em se tratando do território – espaço concreto – devemos falar, portanto, em territorialidades. Essa noção vem sendo atualmente bastante debatida e, desse modo, adotamos o sentido proposto por Carlos Walter Porto Gonçalves. Assim, entendemos a territorialidade como “[...] um espaço apropriado, material e simbolicamente controlado, e que é ao mesmo tempo produto e condição para a reprodução social. A territorialidade expressa como a organização social só se constitui enquanto tal quando ela se faz território. A territorialidade nos mostra como os corpos sociais estão distribuídos e organizados no território de forma que essa sociedade só pode se constituir enquanto tal segundo esta distribuição e organização. Em um movimento concomitante, ao mesmo tempo em que se dá essa distribuição/organização, são criadas umas (sic!) séries de relações sociais que dão consistência a essa territorialidade. Território e sociedade são uma coisa só e não existe um para depois existir o outro. Ambos são construídos/instituídos ao mesmo tempo” (GONÇALVES et al., 2004b).

Essa diferenciação no direito à apropriação desse espaço traz implicações, sobretudo, relacionadas à instituição de conflitos internos nesse segmento. Isso é perceptível neste depoimento:

*Os deficientes físicos é o seguinte, só eles tam tendo lucro, eles vendem a mesma mercadoria que a gente vende, não tem problema nenhum com a polícia nem com a fiscalização e a gente trabalha aqui e é perseguido (Camelô que trabalha no centro da cidade de Ribeirão Preto. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Outro camelô entrevistado também demonstra seu descontentamento com essa diferenciação na apropriação dessa área da cidade:

*[...] tão se aproveitando, tão tirando proveito da situação de, tá, de ser deficiente, entendeu. Mas eles não merecem estar ali. Eu acho que se nós tamos num país democrático, que a justiça é igual pra todos, não é justificável três fica ali e mil ficar nas quebradas. Não tem justificativa, isso não tem explicação, entendeu, não tem explicação pra isso. Cadê a democracia? (Camelô que trabalha no centro da cidade de Ribeirão Preto. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Os camelôs também denunciam que os deficientes físicos, garantidos por uma “moralidade perversa” da sociedade, alugam suas barracas para terceiros. Esse fato é revelado por um deficiente físico que também trabalha como camelô, mas que não conseguiu montar sua barraca no calçadão. Perguntado se é a favor da saída dos camelôs deficientes físicos desse espaço, responde: *Sou, sabe porque, a maior parte dos deficientes aluga a barraca, por 70, 80 reais por mês. Eu tentei pegar uma pra mim não consegui, entendeu?* (Entrevista realizada em dezembro de 2004).

Os conflitos também aparecem entre os ex-camelôs que estão estabelecidos atualmente nos dois camelódromos do centro da cidade e os camelôs que continuam nas ruas. A permanência de camelôs nas ruas da área central desfavorece as vendas nos camelódromos, gerando manifestações e protestos. Tais manifestações apóiam-se, principalmente, na ameaça dos ex-camelôs

de retornarem às ruas do centro da cidade. Esses fatos são expressos no seguinte depoimento:

*Se uma pessoa pretende comprar alguma coisa aqui e no caminho encontra um camelô vendendo aquilo que ela quer, pelo mesmo preço do CPC, ela simplesmente compra. Com o centro cheio de camelôs, nossos clientes não chegam até aqui – compram o que precisam no meio do caminho. [...] Se todos saírem, o movimento aqui melhora e aí o pessoal se contenta em vender só aqui dentro.*

Considerando a possibilidade de falta de providências imediatas da Prefeitura Municipal, a ex-camelô adverte:

*A gente fecha tudo, entrega as chaves para a prefeitura e volta para as ruas. Lá cada um pagava R\$ 42 de taxa por ano, não tinha conta de água nem de luz. Aqui no CPC, o rateio é de mais de R\$100 por mês. (Elvira de Lima Melo, então presidente da Associação dos Permissionários do Centro Popular de Compras, em entrevista ao Jornal A Cidade, caderno local, Ribeirão Preto, 29 de julho de 2003).*

A partir desses relatos, é possível constatar que essa territorialidade é portadora de inúmeros conflitos internos, onde os desentendimentos acontecem, especialmente, pelas diferenciações na apropriação dessa área da cidade. Essa situação é significativamente aprofundada com as intervenções da Prefeitura Municipal na territorialidade desses sujeitos, ao lançar a possibilidade de experiências diferenciadas de direitos. Assim, verifica-se uma co-existência de “cidadanias” (SANTOS, M., 1996, p.10) com maior e menor vivência de direitos, contribuindo para complexizar essa territorialidade.

Quanto à questão da *individualidade*, constata-se a presença de algumas “sentenças” que rotineiramente são resgatadas e atribuídas à territorialidade dos camelôs, de tal modo esses sujeitos são associados, sobretudo no discurso do poder público e da imprensa local, à desordem urbana, à facilitação de pequenos roubos e à concorrência desleal com o comércio formal. Nesse

sentido, ocorre uma distorção e uma redução dessa realidade (RIBEIRO, 1986, p.65), que funciona como um obstáculo ao acesso de direitos por esses sujeitos e, sobretudo, reifica essa prática, destituindo-a de valor. Assim, verifica-se a existência do que Ana Clara Torres Ribeiro chamou de “sistema de classificação social”. Tal sistema, construído pelo discurso dominante, cumpre o papel de selecionar a co-presença desejada e eliminar o “inclassificável” (RIBEIRO, 2005a, p.98).

No entanto, esses fatos não impedem a formação de redes de socialidade e de solidariedade, localmente construídas, que constituem um dos elementos estruturantes dessa prática. A própria questão da organicidade e da espontaneidade que permeia a territorialidade dos camelôs influencia, diretamente, na construção dessas redes. Tomamos, como exemplo, o seguinte depoimento:

*Ó, eu guardava (mercadorias), eu tenho amizade com a loja da Anabru aqui na (rua) Tibiriçá, eu guardava ali, inclusive a gerente que guardava pra mim, inclusive a dona da loja também sabia, porque eu tenho muita amizade, faz mais de cinco anos que eu conheço eles. Eles guardavam a mercadoria pra mim. E tinha um estacionamento também, que eu guardava aqui na (rua) Américo Brasiliense, também, eu guardava a carriola, entendeu, que conheço também, e quando era noite, no estacionamento, tava fechando, né mais cedo, 7:00h, 10:00h, aí eu arrumei amizade com esse Sr. (...) muito gente boa e guardava a carriola quando ele fechava a loja, quando tava fechando guardava, lá (Camelô do centro da cidade de Ribeirão Preto. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

São essas relações sociais que – mesmo na contramão da ação hegemônica – ainda se realizam intensamente no centro da cidade e fazem desse espaço “um espaço de pessoas e não apenas um espaço de mercadorias” (RIBEIRO, 2002). Essas relações de *socialidade* e solidariedade orgânica funcionam como parte de uma estrutura que permite aos camelôs atenuarem as estratégias e mecanismos de controle desse espaço que, na atualidade, vem sendo alvo de inúmeras intervenções na tentativa de atribuir uma maior fluidez ao consumo. O uso corporativo desse espaço é cada vez mais acentuado e

tenta impor-se ao uso banal do território. Isso se dá porque esses agentes hegemônicos dispõem das condições materiais e imateriais para a efetivação desse projeto.

Desse ângulo, destacamos as ações da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (ACIRP) e da Prefeitura Municipal, que vêm, constantemente, atuando na área central da cidade e, sobretudo, na territorialidade dos camelôs. Nesse sentido, identificam-se ações repressivas em relação a esses sujeitos que, mesmo com a existência de uma lei que proíbe essa prática no centro da cidade, continuam apropriando-se desse espaço. Assim, é feita, diariamente, a fiscalização dessa área pela Prefeitura Municipal. No trabalho de campo, foi possível apreender uma certa “transação” (GUATTARI, 1985) entre os camelôs e a fiscalização, estabelecida por meio de um “jogo de caça”, onde os fiscais passam e, nesse momento, os camelôs desmontam agilmente seus práticos suportes e misturam-se aos pedestres. Esse movimento acontece inúmeras vezes ao dia e, eventualmente, ocorrem apreensões das mercadorias e dos próprios camelôs, quando surpreendidos comercializando produtos ilegais.

Na fala de um dos camelôs entrevistados, essa relação é especialmente relatada:

*É, a relação com a fiscalização? É neutra até certo ponto, porque eles ficam, eles ficam aguardando ordem de atacar ou não atacar, entendeu, então, é isso, então é como um leão convivendo com a zebra, ela sabe quando o leão vai atacar, convive, fica perto, ele fica lá deitado, e vai, na hora que vem atacar foge e sempre pega alguém, sempre pega uma. É isso daí, caça e caçador, entendeu (Camelô do centro da cidade de Ribeirão Preto. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Isso tem a ver com os constrangimentos do espaço, ressaltados por Milton Santos, e que não se realizam apenas na materialidade. Segundo este autor, a “[...] imaterialidade também é um constrangimento às vezes mais forte de (sic!) que a materialidade [...]” (SANTOS, M., 1996, p.10). Com isso, desta-

camos, além do “policiamento” intensivo, a ação da Prefeitura Municipal em relação aos camelôs deficientes físicos. Assegurados por um acordo entre Prefeitura Municipal e a Promotoria de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, para permanecerem na área central até que se chegasse a uma concordância no processo de transferência, a Prefeitura Municipal, estrategicamente, para pressioná-los a se decidirem rapidamente pela saída do calçadão, passou a desmanchar as redes de socialidade e solidariedade estabelecidas por esses sujeitos. Em referência a esses fatos, temos o seguinte depoimento:

*Olha, foi um dilema para guardar a mercadoria, porque quando a pressão subiu aqui, para tirar a gente do calçadão, eu mesma guardava no Magazine Luiza, as meninas guardavam ali no banco que tem ali na frente, aí foi àquela pressão de dificultar tudo as coisas pra nós, cê entendeu? Aí foram no Magazine Luiza, proibiu deles tá guardando as coisas pra gente. Foi no banco, deu ordem pro gerente também não guardar nada, quer dizer, eles procuraram dificultar de toda maneira possível. Mas, como a nossa necessidade é muito maior de sobrevivência, a gente lutou, a gente sobreviveu as barreiras. Agora no momento o pessoal está guardando ali na associação dos deficientes, né, que eu sou a presidente e eu queria que eles fossem lá impedir de guardar ali. Mas eles não foram, né, porque não tem nem como, porque a própria associação que está guardando pros deficientes.*

E prossegue:

*Quanto ao banheiro também foi um problema, minha filha. Porque os lojistas, cê sabe que quando a pessoa é andante não tem dificuldade, que ela vai numa loja, ou entra num barzinho, né? Todo barzinho tem banheiro, agora, o deficiente não, não é todo banheiro que entra a cadeira de roda. Aí o que que aconteceu? Nós começamos ir no Pingüim, no Pingüim, no empório do Pingüim, tem banheiro para cadeira de rodas, grandão, com aquelas barras, tudo. Nós começamos a ir no Pingüim aqui, aí chegou ali, nós deixa muito bem limpinho do jeito que nós sai, nós entra, aí a fiscalização com o pessoal da CODERP (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto), não sei porque também, entraram em contato lá, proibiu de nós usar o banheiro. Aí o que que aconteceu? Aí nós fomos pro empório, nós descobriu que no empório do Pingüim tinha um banheiro, aí nós fomos, ficamos usando o banheiro lá 1, 2 meses. Chegou lá, a mesma coisa, recebemos, uma vez lá fui eu e uma amiga lá: ‘olha não pode usar o banheiro’. Mas como então eu vou ter que beber um chopinho pra mim poder usar o banheiro, ainda brinquei com ele, né? Porque ele falou que o banheiro era lá em cima, que tinha mu-*

*dado, eu falei assim, uai, mas e se eu for tomar um chopinho quiser ir no banheiro, eu tenho que usar, como que vai fazer: 'ah, mas o banheiro é lá em cima'. Falei assim, não, mas está dificultoso, viu, sendo que o banheiro tava lá em baixo que nós usamos. Aí foi, proibiu de nós usar os dois banheiros. Aí o que que nós estava fazendo, nós tava descendo na Associação (Associação dos Deficientes Físicos de Ribeirão Preto) que é quatro quarteirões longe daqui. Quer dizer que todas as dificuldades que eles procurou, nós enfrentamos. E isso é onde que eu falo, viu? Todas as dificuldades que eles deu pra nós deu mais força da gente ainda lutar por esse pedaço aqui, até que eles arruma nosso canto na área central, e na área central não vão querer [...] (Camelô deficiente físico. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Esse episódio foi divulgado por um jornal local, em decorrência da solicitação dos próprios camelôs, com a seguinte manchete: “Prefeitura joga lojistas contra camelôs deficientes” (Jornal A Cidade, caderno local, Ribeirão Preto, 07 de agosto de 2003). Nessa reportagem um dos camelôs afirma ter ouvido de um comerciante que essa ação da Prefeitura ocorreu no sentido de atender a um pedido da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto. O responsável pela proibição, José Vieira, funcionário da CODERP (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto), que fiscaliza o calçadão, tenta se defender: “A única coisa que eu fiz foi avisar para os lojistas que era arriscado guardar mercadorias sem nota” (Jornal A Cidade, caderno local, Ribeirão Preto, 07 de agosto de 2003).

Diante dessas constatações, percebe-se um mecanismo de opressão e violência intensamente atuante funcionando como instrumento de sustentação do poder, à medida que esse poder é confrontado. Segundo Hannah Arendt, o poder:

[...] corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e pertence em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo, do qual se originara o poder desde o

começo (protesta in populo, sem um povo ou grupo não há poder), desaparece, 'seu poder' também se esvanece (AREN-DT, 1994, p.36).

Assim, a relativa perda de poder é suprimida, freqüentemente, pela opressão e pela violência. Dessa forma, ao dissenso que os camelôs inserem sobre a configuração da área central da cidade de Ribeirão Preto, é dado como resposta o exercício da violência e da opressão. No entanto, quanto mais esse espaço é controlado, dialeticamente, mais esse controle é confrontado por “maneiras de fazer” (CERTEAU, 2002) insubordinadas.

Desse ponto de vista, torna-se apropriado recorrer a Michel de Certeau, que propõe uma leitura microscópica do poder a partir da contradição entre as noções de estratégias e táticas (CERTEAU, 2002). Segundo Certeau, a estratégia relaciona-se à ação que se dirige ao controle e à dominação de um determinado espaço. Ela é possível a partir de um “postulado de poder” que permite a um sujeito circunscrever um lugar como um “próprio<sup>51</sup>” e, desse “próprio”, gerar suas relações com a “exterioridade distinta” (CERTEAU, 2002, p.46).

Em contraposição às estratégias, as táticas seriam:

[...] uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar se não o do outro. E, por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha [...] Ela opera golpe a golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário (CERTEAU, 2002, p.100/101).

---

<sup>51</sup> Segundo Michel de Certeau, “[...] o ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo” (CERTEAU, 2002, p.99, grifos no original).

Assim, as táticas correspondem a uma micropolítica forjada na necessidade de movimento que a ordem dominante não permite. A potencialidade dessas ações está, sobretudo, nessa capacidade de alterar a ordem e jogar – ainda que efemeramente, mas com uma certa estabilidade – com as “fundações de um poder” (CERTEAU, 2002, p.102).

Por esse ângulo, as táticas de apropriação da área central de Ribeirão Preto pelos camelôs respondem às ações estratégicas da Prefeitura Municipal e da ACIRP, que buscam disciplinar o uso desse espaço a partir de um projeto que desconsidera a pluralidade de sujeitos e das práticas desses sujeitos. Assim, a legitimidade da organização hegemônica desse território é questionada pela resistência dos camelôs, desdobrada em táticas de permanência nas ruas do centro da cidade.

Hoje, a concretização de projetos cada vez mais distantes da vontade coletiva acaba por incentivar, indiretamente, usos que se dão por meio de regulações cotidianas “sob os mandamentos do senso comum” (RIBEIRO, 2005a, p.99). Desse modo, esses sujeitos praticam o território reapropriando-se das condições herdadas em direção a um projeto que se contrapõe ao hegemônico. Esses sujeitos, que têm o “território como abrigo” (SANTOS, M. et al., 2000b, p.12) e vivenciam a perversidade da ordem dominante, não podem conformar-se com ela. Assim, desenvolvem práticas espaciais “sagazes e criativas” (CERTEAU, 2002), que possam garantir sua sobrevivência. Essas táticas que subvertem o uso hegemônico do território - o que é pouco considerado - também fazem parte da construção dos lugares.

A cidade, portanto, é um campo latente da contradição entre “operações programadas e controladas” e “astúcias [...] impossíveis de gerir” (CERTEAU, 2002, p.174). Dessa perspectiva, podemos dizer, a partir de Michel Foucault, que o poder “[...] não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de forças” (FOUCAULT, 2004, p.175).

Diante dessas considerações, entendendo o poder como prática social, é que podemos falar, assim como Ana Clara Torres Ribeiro, que o “território é usado e praticado” (RIBEIRO, 2003, p.37) e é nesse jogo dialético que se dá a “totalidade social” (SANTOS, M. et al., 2000b, p.13).

## **PLANEJAMENTO URBANO: RAZÃO DE DOMINAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

O planejamento visto como um instrumento político e, portanto, ideológico, tem um importante papel na problemática do uso do território. A organização espacial é um significativo mecanismo de poder, e é dessa perspectiva que o planejamento vem sendo historicamente usado, sobretudo nos países periféricos, como instrumento de dominação.

Segundo Milton Santos, é na década de 30, notadamente, com o Estado intervencionista, que o planejamento – no âmbito nacional e mesmo regional - se afirma como instrumento capaz de garantir, por meio da lei e da ordem, o desenvolvimento (SANTOS, M., 1979, p.06). Dessa relação Estado/planejamento é que, na segunda metade do século XX, dar-se-á a urbanização mais acelerada das cidades capitalistas dos países periféricos, a fim de inseri-los, definitivamente, na economia internacional. Nesse processo, vai-se desenhando o que Milton Santos chamou de “meio técnico-científico<sup>52</sup>” (SANTOS, M., 1993), ou seja, a partir da articulação entre ciência e técnica são feitos intensos investimentos na mecanização do território, com o intuito de efetivar o processo produtivo em andamento<sup>53</sup>. Assim, essa nova configuração sócio-espacial do território explicita a intencionalidade das ações de torná-lo, através da criação de novas formas e normas, funcional ao projeto hegemônico (SANTOS, M., 1994, p.76/77).

---

<sup>52</sup> Há que se ressaltar que foi a partir da década de 30 que os estudos urbanos assumem “[...] a ideologia da supremacia do conhecimento técnico e científico como guia da ação, ou seja, a ideologia da tecnocracia” (VILLAÇA, 1999, p.218). Foi nesse momento que o planejamento urbano no Brasil adotou o discurso da “eficiência”, em detrimento do discurso do “embelezamento”, que vinha conduzindo as intervenções até então.

<sup>53</sup> É nesse sentido que, segundo Ana Clara Torres Ribeiro, “deve-se afirmar que a urbanização, em seus elos diretos e indiretos com alterações nas atividades econômicas, constitui uma dinâmica modernizadora que, ao mobilizar recursos materiais e imateriais, transforma a totalidade da experiência social [...]” (RIBEIRO, 2000, p.237). A urbanização, portanto, deve ser apreendida como um “fenômeno social e espacial” (SANTOS, M., 1979, p.13).

Com o predomínio da instância econômica na organização espacial, os países periféricos, entre eles o Brasil, experimentam um “processo de modernização com exclusão” (MARICATO, 1996, 15). A combinação, contínua e ininterrupta, de crescimento econômico com pobreza constrói uma configuração sócio-espacial profundamente desigual. Com isso, o planejamento conduzido pela “razão instrumental” (HABERMAS, 1987) vai demonstrar que avanço técnico não é sinônimo de avanço societário (RIBEIRO, 2000, p.241); pelo contrário, “[...] a modernização é sempre um processo contraditório, inseparável de uma dialética da dominação [...]” (NUN, 1992, p.42).

No que tange à modernização técnica, o Brasil conseguiu tornar-se uma sociedade “urbano-industrial moderna” (SMOLKA & VAINER, 1991), pelo contínuo investimento no processo de industrialização e urbanização, caracterizado pela forte intervenção do Estado e viabilizado pela articulação entre capitais estatais, privados nacionais e internacionais (FIORI, 1992, p.80). As cidades se tornaram, no “período desenvolvimentista”, o alvo principal de intervenções que buscavam funcionalizá-las para uma nova divisão social e territorial do trabalho. Contudo, esse enorme esforço em modernizar-se não conseguiu reduzir a desigualdade social, mas, efetivamente, aprofundá-la.

Não foi por falta de crescimento econômico e, tão pouco, por falta de planos urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam uma enorme desigualdade social e outros graves problemas dela decorrentes (OLIVEIRA, 2003; MARICATO, 2002). Ao extraordinário crescimento econômico do chamado “milagre brasileiro”, é preciso somar a herança escravista, a desatenção com a reprodução da força de trabalho, a má distribuição de renda, a dependência do capital internacional e o poder político articulado aos interesses particulares (OLIVEIRA, 2003; MARICATO, 2001).

Outro fato de grande relevância é que, se na esfera nacional o planejamento funcionava, concretamente, como orientação da ação do Estado, não se pode dizer o mesmo na esfera municipal. É preciso destacar o caráter ideológico que dominou - e domina até os dias de hoje - o campo do “plane-

jamento urbano”, sobretudo a partir da década de 30. É nesse sentido que Flávio Villaça, analisando os planos elaborados para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro ao longo do século XX, fala do “plano discurso” (VILLAÇA, 1999). Segundo este autor, no Brasil, o planejamento urbano conduzido pelos interesses da elite, transmuta-se em uma “fachada ideológica” que ao invés de assumir, efetivamente, os problemas da sociedade urbana, procurava ocultar a real gestão dos investimentos (VILLAÇA, 1999, p.191). Assim, grande parte dos planos elaborados para essas cidades, apesar de conter diretrizes para os problemas sociais, nunca saiu do papel, funcionando apenas como instrumento de manutenção da dominação<sup>54</sup>.

Estes aspectos sugerem um aparente descolamento entre planejamento e gestão urbana - que na verdade, deveriam caminhar em conformidade - e se tornou, nos dias de hoje, um grande problema a ser enfrentado. Verifica-se que, no geral, os planos são feitos – e um exemplo claro disso são os planos diretores – no entanto, não existe empenho por parte dos governos locais em efetivá-los. Dessa perspectiva, na maioria das vezes, o planejamento urbano é apenas ideologia.

Esses fatos auxiliam no entendimento do descompasso entre crescimento econômico e a efetivação da cidadania, o que resultou na marginalização<sup>55</sup> de grande parte da população. É, nesse sentido, que Francisco de Oliveira nos fala que apesar da tentativa do planejamento urbano em enquadrar a exceção, foi a exceção que enquadrou o planejamento (OLIVEIRA, 2003, p.09).

---

<sup>54</sup> Com o agravamento das condições de vida de grande parte da população urbana, o exercício da hegemonia pelas elites brasileiras, a partir da década de 30, torna-se cada vez menos legítimo, necessitando, portanto, de contínua reformulação das ideologias para ser assegurado (VILLAÇA, 1999, p.185). Nesse sentido é preciso considerar o importante papel do espaço na manutenção dessa hegemonia o que explica, em parte, o caráter ideológico assumido pelo planejamento urbano no Brasil.

<sup>55</sup> Segundo Norbert Lechner, “nossas sociedades continuam sendo dualistas. Porém, já não é mais o antigo dualismo tradicional-moderno, onde o setor tradicional tinha uma vida à parte do setor moderno. Hoje em dia, os setores excluídos compartilham do ‘modo de vida’ moderno. São marginais, não por seus valores ou aspirações, mas em relação ao processo de modernização que, dado o peso crescente do fator capital [...] é incapaz de integrá-los, gerando um desemprego estrutural” (LECHNER, 1990, p.77/78).

Há, desse modo, um desacordo entre progresso técnico e econômico e progresso político, que faz da realidade urbana brasileira um campo de contradição, onde as cidades tornam-se a expressão mais bem acabada dessa ordem. Nesse movimento, o planejamento, freqüentemente, vem sendo usado como instrumento capaz de assegurar e, muitas vezes, ocultar o uso corporativo do território onde uma única racionalidade – a da economia de mercado – se impõe sobre todas as outras, efetivando um projeto distante da realidade da maioria da população. Seu caráter normativo desempenha um importante papel nesse processo, produzindo, através da criação de “normas”, as condições para que essa racionalidade instrumental conquiste a “duração” (SANTOS, M., 2002, p.149). Assim, por meio das normas que cria – que vão desde a regulação do uso e ocupação do solo, até a regulação do mercado de trabalho -, apoiado em um legislativo conduzido pelos interesses particulares das elites, o planejamento, freqüentemente, se afirma como “planejamento da exclusão” (OLIVEIRA, 2003).

No entanto, há que se ressaltar investimentos positivos no campo do planejamento urbano, especialmente relacionados à ação da sociedade civil. As ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) constituem um desses exemplos, justamente por serem resultado dos processos reivindicatórios da população carente de Recife (ROCHA, RANGEL & FREIRE, 1996, p.147). Essa lei municipal de uso e ocupação do solo (Lei nº 14.511/83 – artigo 14: cria as ZEIS) foi criada em 1983 e é a primeira iniciativa que reconhece as favelas como parte integrante da cidade formal (ROCHA, RANGEL & FREIRE, 1996, p.145). Ela surge em uma conjuntura marcada pela inclusão de grande parte da população no mercado imobiliário informal e tem como principal função promover a regularização jurídica dessas áreas, além de conter importantes mecanismos de proteção contra a especulação imobiliária. No entanto, as intervenções do poder público nas ZEIS seguiam sem a consideração das especificidades desse tipo de assentamento, e nesse sentido, distante das reais necessidades da comunidade. Assim, é elaborado pelo movimento popular de Recife o PREZEIS (Plano de Regularização das ZEIS), conhecido como “Lei Viva”, e encaminhado

ao executivo. A Lei do PREZEIS (Lei nº 14.947/87) nasce da necessidade das comunidades para definir regras de intervenção nessas áreas, que levassem em consideração a “[...] tipicidade dessas ocupações nas suas características físico-espaciais/históricas/político-organizacionais e locais” (ROCHA et alli, 1996, p.147). Essa experiência em Recife tornou-se uma referência nacional como mecanismo jurídico que assegura o direito à cidade.

Ainda nessa perspectiva, outro fato de grande relevância é a histórica luta do Movimento pela Reforma Urbana, que surge na década de 80, em “conexão com o processo constituinte” (RIBEIRO, 1994, p.100) e, desde então, vem tensionando o campo do planejamento urbano no Brasil. Mesmo tendo conseguido o feito inédito de incluir um capítulo sobre políticas urbanas na constituição de 1988, ainda era necessária uma legislação complementar (BRASIL, 2002, p.25). Assim, depois de elaborações e negociações por mais de uma década, alcançou-se um grande avanço, em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), que se tornou uma importante lei federal que, em consonância com a Constituição de 1988 e a Medida Provisória nº 2.220/01, potencializa a democratização das cidades brasileiras.

No que se refere a esse documento, destacam-se, em especial, as diretrizes e instrumentos concernentes à Gestão Democrática da Cidade. Neste capítulo, estão presentes instrumentos importantíssimos que dizem respeito, principalmente, à participação da sociedade civil no encaminhamento das questões urbanas. Por meio da iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento; plebiscito e referendo popular<sup>56</sup>, o planejamento urbano no Brasil deixa de ser um instrumento restrito da ação do poder público, institucionalizando a participação popular. Assim, ocorre uma “revitalização” do espaço público, onde as diversas racionalidades podem con-

---

<sup>56</sup> O plebiscito e o referendo popular, mesmo sendo vetados no artigo 43, inciso V, “[...] por estarem previstos no artigo 4º, III, ‘s’ do Estatuto da Cidade, e também no artigo 6º da Lei nº 9709/98, como possíveis instrumentos de planejamento municipal, podendo ser convocados por municípios, podem e devem ser utilizados” (Brasil, 2002, p.214).

vergir – em igualdade de direitos – para um diálogo original e democrático.

O Estatuto da Cidade e o PREZEIS exemplificam avanços – ainda que minoritários –, no campo do planejamento urbano, conquistados por meio da articulação entre “conhecimento técnico e científico” e “saber popular” (RIBEIRO, 2004b) e que, com isso, adquirem uma legitimidade para além das inúmeras normatizações do território, construídas distantes da vontade coletiva. Assim, constituem-se em importantes instrumentos de confrontação do projeto hegemônico de cidade, sobretudo hoje, com a chegada de um novo processo de modernização.

## **A NOVA ROUPAGEM DO PLANEJAMENTO URBANO: INDÍCIOS DA AÇÃO ESTRATÉGICA NO CENTRO DE RIBEIRÃO PRETO**

O espaço, por ser uma instância fundamental para a manutenção do capitalismo, tem sido um campo privilegiado “[...] na produção de ideologias” (VILLAÇA, 1999, p.185). Dessa perspectiva, verifica-se uma constante substituição da nomenclatura, do discurso e do conteúdo dos planos urbanos, pela classe dominante, na tentativa de legitimação do poder através desse instrumento (VILLAÇA, 1999, p.215).

A última versão dominante do planejamento urbano – surgida no início da década de 90 – relaciona-se, diretamente, à reestruturação do processo produtivo na escala mundial, ou seja, à nova fase do capitalismo, onde, mais uma vez, atribui-se um destino único a todos os lugares, condenando-os à subordinação ao capital. Esse novo procedimento<sup>57</sup> de organização espacial, por meio dos princípios que orientam a administração empresarial, torna a cidade a grande protagonista desse novo processo de acumulação. Assim, a nova ordem global confere às cidades à posição de maior relevância na atualidade, e atribui aos governos locais a incumbência de adaptar o meio ambiente construído às novas necessidades do capital (FERNANDES, 2001, p.26).

Nesse processo, ocorre uma clara redução da problemática urbana ao movimento *global-local*, trazendo significativos obstáculos à superação das reais dificuldades, já que a realidade das cidades articula-se a outras escalas e contextos. Nas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro, esses riscos manifestam-se quando se verifica que “o *global* é, sobretudo, investimento corporativo [...]”

---

<sup>57</sup> Sobre esse novo planejamento urbano existem inúmeros estudos que fazem esforço em sistematizar essa nova tendência. Para um estudo aprofundado sobre o assunto ver: HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1989. HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, ano XVI, n.39, 1996, pp. 48-64. SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades: para um mercado mundial*. Argos, 2004.

o *local* é , sobretudo, a menor unidade político-administrativa ou uma fração desta [...] Isso significa que a verdadeira dimensão da experiência urbana [...] tem tendido a ser analiticamente anulada” (RIBEIRO, 2000, p.244) (grifos no original).

Desse modo, o planejamento urbano, vestindo essa nova roupagem da ação estratégica, acaba por afirmar um modelo de cidade altamente opressor, já que se dedica a investimentos direcionados a um reduzido número de agentes, negligenciando a maior parte da população. Por meio de modelos padronizados de renovação do urbano, amplamente difundidos, promove a negação das especificidades que os lugares conformam e, com isso, uma provável ineficiência dessas políticas quando confrontadas com a realidade sócio-espacial.

Nesse modelo, o discurso passa a basear-se na noção de competitividade, servindo, assim como as noções de progresso, no início do século, e desenvolvimento, no pós-guerra, para legitimar as inúmeras intervenções na cidade (SANTOS, M., 1994). A grande diferença é, segundo Milton Santos, que as noções de progresso e desenvolvimento tinham “[...] um forte acento moral. Mas a busca da competitividade, tal como apresentada por seus defensores [...] parece bastar-se a si mesma, não necessita qualquer justificativa ética, como, aliás, qualquer outra forma de violência” (SANTOS, M., 1994, p.19).

Necessita, sim, de consenso. É preciso consenso de que a cidade está em crise e precisa de intervenção (VAINER, 2002); é preciso consenso de que o Estado está em crise e, portanto, a “parceria” público-privado se faz necessária; é preciso consenso de que adaptar as cidades para a atração de novos investimentos é o único caminho possível; é preciso consenso de que o futuro já se desenhou. E nessa busca de consenso ocorre “[...] a negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto pólis” (VAINER, 2002, p.91).

Assim, configura-se o novo agir hegemônico, onde “transformar-se para estar presente na captura de investimentos tem se tornado, pelo menos aparentemente, mais relevante do que dispor de regras para a interação social [...]”

(RIBEIRO & SILVA, 2004, p.355). Dessa forma, a renovação urbana apoiada nessas diretrizes, ao desconsiderar a realidade do tecido social, afirma o planejamento urbano como um instrumento de dominação. É nesse sentido que essa tendência aproxima-se da ordem policial<sup>58</sup> de que fala Jacques Rancière, quando define, através da imposição de projetos e modelos, o lugar e a função de cada um, condicionando certos comportamentos e desconsiderando outros.

Os centros das cidades tornaram-se um dos principais alvos dessas intervenções, sobretudo pela imbricação entre cultura e mercado, que constitui uma das características dessa nova estratégia de difusão do consumo (RIBEIRO, 2004c). Essas áreas, nesse sentido, são especialmente viáveis pelo grande acúmulo de tempo cristalizado nas formas arquitetônicas, e que possuem grande significado simbólico.

As ações que se desenham, a partir da década de 90, no centro da cidade de Ribeirão Preto, guardam uma estreita relação com esse novo modelo de planejamento. Isso pode ser apreendido no protagonismo assumido pela Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (ACIRP), na proposição e condução da renovação urbana dessa área, o que evidencia a nova tendência caracterizada pela “parceria” público-privada (HARVEY, 1996). Essa Associação tem um grande poder, tanto no que diz respeito ao capital para os investimentos quanto influência política. Este último fato é evidenciado na entrevista com o Diretor Superintendente da Distrital Centro da ACIRP. Perguntado sobre o financiamento de um dos projetos para o centro da cidade, idealizado pela própria Associação, responde: “[...] nós temos um poder de reivindicação muito forte, isso nos dá a possibilidade de conseguir coisas (com a Prefeitura Municipal) [...]” (Lino Strambi. Entrevista realizada em agosto de 2004).

---

<sup>58</sup> Segundo Jacques Rancière, a ordem policial estaria relacionada a “[...] uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividades seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído” (RANCIÈRE, 1996a, p.372).

Nessa mesma entrevista, também foi possível verificar a intencionalidade das ações que, segundo Lino Strambi, pretendem “[...] *transformar o centro de Ribeirão Preto num shopping a céu aberto*” (Entrevista realizada em agosto de 2004). Com esse propósito, a ACIRP contratou uma empresa de consultorias especializada em gestão de shoppings centers – VP/Desenvolvimento Empresarial - para a elaboração de diretrizes para o centro da cidade. Com o título “planejamento estratégico” esse estudo pretende oferecer aos empreendedores potenciais uma ampla gama de informações sobre logística e infra-estrutura (Jornal A Cidade, caderno cidades, 29 de novembro de 2003), funcionando como um indicador de “atrativos” que estimule novos investimentos para essa área da cidade.

Esse plano também abarca um projeto de “revitalização” do centro, onde a principal ação se dirige à valorização do patrimônio histórico e do turismo (Revista Ação, Ribeirão Preto, julho de 2004, p.21). Para tanto, o mesmo *receituário* - salvo algumas adequações – que muitas outras cidades, apoiadas no ideário da ação estratégica, vêm adotando. Assim, é preciso elevar a qualidade estética, é preciso segurança, é preciso melhorar a acessibilidade, é claro, de quem possui automóvel. Seguindo esses preceitos, projetos e políticas públicas promovem uma cenarização e um policiamento dos espaços urbanos, estreitando a apropriação social.

Dessa perspectiva, o espaço público vai sendo cada vez mais mercantilizado, e os usos possíveis cada vez mais limitados e controlados. Entre as diretrizes elaboradas por esse plano, uma delas, em especial, chama a atenção para os níveis de controle dos espaços públicos. Tendo em vista melhorar a “sensação de segurança”, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, com o apoio da ACIRP, propõe instalar câmeras de monitoramento em toda a área central (Revista Ação, Ribeirão Preto, julho de 2004, p.21).

Esses fatos apontam para o caminho assumido pelas políticas públicas na atualidade e, nesse sentido, concordamos com Francisco de Oliveira, quando diz que “não há mais políticas: há técnicas e dispositivos foucaultianos

que se impõe com a lei da necessidade” (OLIVEIRA, 2003, p.13).

É preciso ressaltar que a falta de clareza nas propostas – tanto no que diz respeito às intervenções, quanto à origem dos investimentos – dificulta uma leitura mais aprofundada. No entanto, evidencia, de imediato, uma sobreposição da gestão ao planejamento com intervenções pontuais, marcando o uso corporativo do território. O predomínio da gestão sobre o planejamento aprofunda a desigualdade na disputa das oportunidades, já que esta é reduzida ao “universo imediato da ação”, onde quem dispõe de condições materiais e imateriais para uma veloz “definição de projetos” é o vitorioso (RIBEIRO, 2003). De tal modo, a cidade fica reduzida a um movimento especulativo e classificatório, onde a “gestão combina-se com a eliminação” (CERTEAU, 2002, p.173).

Nesse contexto, os camelôs são os primeiros a sofrerem as consequências dessas ações. O centro de Ribeirão Preto desejado *shopping center* não “harmonizar-se” com a territorialidade desses sujeitos, que freqüentemente são associados à desordem urbana. Assim, como já mencionado, são adotadas inúmeras estratégias de remoção e disciplina dessa prática, desconsiderando suas especificidades. A construção de “camelódromos”, que na atualidade se tornou um consenso entre as políticas urbanas, combinada com leis de restrição no uso e ocupação do solo, altamente segregadoras e elitistas, acaba por evidenciar uma preocupação em resolver não a real problemática dessa territorialidade, mas, principalmente, um problema de estética. Como nos diz Carlos Vainer, em referência ao diagnóstico do Rio de Janeiro elaborado por meio desse modelo de planejamento, “[...] a miséria é estrategicamente redefinida como problema paisagístico (ou ambiental)” (VAINER, 2002, p.82).

Essa busca desenfreada na renovação e uso dos espaços urbanos como recurso, cada vez mais extensa, tem contribuído para uma maior fragmentação do tecido social. Esse novo ideário de planejamento urbano, por meio de um urbanismo *glamourizante*, procura ocultar a “feiúra” gerada por anteriores processos de modernização. Vivenciamos, portanto, uma espécie de *revival* do urbanismo higienista e embelezador do começo do século XX.

Por essa via, identidades e valores populares enraizados vão sendo varridos para dar lugar a uma nova “paisagem de negócios e lazer” (RIBEIRO & SILVA, 2004a) e, com isso, promove-se o alisamento (GUATARI, 1985) do espaço urbano, tão desejado pelos agentes hegemônicos. Nesse processo, o território se torna cada vez mais racional, moldado aos interesses do capital privado (seja ele imobiliário, nacional, transnacional) e visto por esses agentes unicamente como “chão de investimentos” (RIBEIRO & SILVA, 2004a). Assim, a cidade, reduzida a mercadoria, constitui um grande custo social, sobretudo para os países periféricos, onde a produção de pobreza é constantemente aprofundada.

Mas é preciso ressaltar que esse espaço racional, que funciona como “condição para a ação” e como “uma estrutura de controle” para os agentes hegemônicos, funciona ao mesmo tempo como “um convite à ação” dos agentes hegemônizados (SANTOS, M., 2002, p.321). À cidade oficial receptora de grande parte dos investimentos em modernizações, coexiste a cidade real, onde a experiência urbana popular se realiza: “ao fazer hegemônico resistem os múltiplos fazeres de todos, orientados por articulações surdas que constroem o cotidiano. A vida urbana resulta, também, destes fazeres, de tão difícil acesso à pesquisa” (RIBEIRO & SILVA, 2004a, p.357).

Aí é que residem o antagonismo e o limite dessa racionalidade dominante. Quanto mais ela fragmenta, quanto mais ela se torna totalitária, um maior número de pessoas é chamado a desobedecer às regras e leis que ela cria (SANTOS, M., 2004a, p.120). Como exemplo, podemos recorrer ao crescimento da “informalidade” e da irregularidade no uso do território. A “informalidade” deixa de ser a exceção e passa a ser regra nas grandes e médias cidades brasileiras. Nesse sentido, o conjunto da ordem espacial dominante, que estabelece as “possibilidades e proibições” no uso do território, é diariamente atualizado por essas “práticas espaciais” (CERTEAU, 2002, p.177).

Verifica-se, dessa perspectiva, que a ação social – neste trabalho, em especial, a prática dos camelôs – manipula condições e subverte mecanismos

de repressão e controle, praticando o território por meio de pequenas resistências cotidianas. Assim, é preciso apreender essas práticas tão negligenciadas pelo planejamento urbano e inscrevê-las no “projeto de futuro” (RIBEIRO, 2000). É necessária uma leitura do espaço urbano, que reconheça esses outros fazeres como depositários de identidades e, portanto, de valores.

Como pudemos ver, brevemente, o planejamento urbano, da maneira como vem sendo historicamente usado, tornou-se um mecanismo de dominação; para que se torne, efetivamente, político, precisa dar voz a essas outras “narrativas existentes nos lugares” (RIBEIRO, 2004b). Os instrumentos que podem confrontar essa tendência já estão postos (vide Estatuto da Cidade). No entanto, é fundamental que sejam socialmente apropriados, pois, sua existência não pressupõe sua real instituição. É preciso requerê-los.

## **AS PRÁTICAS ESPACIAIS:** A EXPERIÊNCIA POPULAR DO ESPAÇO

A maneira como se dá a urbanização nos países periféricos imprime certas especificidades na organização desses espaços. Como já dito, a seletividade com que as modernizações atingem as cidades desses países faz com que a maioria da população, “incluída precariamente” (MARTINS, 1997) nesses processos, experimente uma “urbanização popular”, permeada pela autoconstrução e manutenção de condições de vida.

Essa noção de “urbanização popular<sup>59</sup>” é usada por Emilio Duhau para designar, especificamente, a autoprodução da moradia, com algum tipo de irregularidade (DUHAU, 2003, p.46). No entanto, propõe-se, aqui, uma ampliação dessa noção, levando-se em conta que o processo de urbanização se explica não só pela materialidade como também pelos modos de vida e pelas atividades que são desenvolvidas na cidade<sup>60</sup>. Nesse sentido, a “urbanização popular” abarcaria, além da apropriação irregular da terra, as formas alternativas de trabalho e todas as outras ações desenvolvidas como organização e manutenção da vida que não participam ou participam parcialmente do planejamento e da economia oficial.

---

<sup>59</sup> “De modo general me referiré aqui a la urbanización popular para designar un tipo de hábitat urbano producido de modo progresivo a través del mecanismo de ‘autoconstrucción’ o más precisamente de *autoproducción* de la vivienda, generalmente, aunque no sempre, dentro de um marco que supone algún tipo de irregularidad jurídica en las modalidades de acceso al suelo, la subdivisión y urbanización del mismo y la producción de la vivienda [...]” (DUHAU, 2003, p.46) (grifo no original).

<sup>60</sup> “Na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O urbano é freqüentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade.

Entre as possíveis histórias do urbano estaria a história das atividades que na cidade se realizam; do emprego, das classes, da divisão do trabalho e do seu inverso, a cooperação; e uma história que não é bastante feita: a história da socialização pela cidade. E, entre as histórias da cidade, haveria a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade. O conjunto das duas histórias nos daria a teoria da urbanização [...]” (SANTOS, M., 1994, p.69/70).

Os pobres da cidade são os principais agentes dessa “urbanização popular” – os “homens lentos”, segundo Milton Santos (SANTOS, M., 1994, 2002, 2004a) – que constroem a vida mantendo uma relação ativa com o prático-inerte<sup>61</sup> (SANTOS, M., 1994, p.85). Dessa perspectiva, ao contrário da leitura que geralmente se faz, acredita-se que a territorialidade desses sujeitos evidencia não só miséria e segregação, mas, sobretudo, resistência e contestação, que constituem a verdadeira *viração* (ARANTES NETO, 2000; RIBEIRO, 2002) popular.

Nas palavras de Milton Santos, “miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. Assim, eles enfrentam e buscam remédio para as suas dificuldades” (SANTOS, M., 2004a, p.132). São essas ações que, mesmo de maneira insuficiente, viabilizam a vida de grande parte da população e, através da comunhão criativa que estabelecem com o espaço herdado, constroem saberes e reinventam o espaço para sobreviver.

A prática dos camelôs, que dificilmente entra na “pauta política do direito à cidade” (RIBEIRO, 2004c, p.04), também faz parte dessa “urbanização popular”, como uma forma alternativa de trabalho frente ao crescente processo de desemprego e de desregulamentação das relações de trabalho na escala mundial. A dicotomia “formal-informal” é intensamente vivida, sob diversos aspectos, por esses sujeitos e por grande parte da população, e deve ser assumida como um grande problema urbano a ser enfrentado na atualidade.

De imediato, um caminho possível, proposto por Ana Clara Torres Ribeiro, seria o de recusar a noção de “informalidade”, para a análise dessas práticas espaciais, já que essa é uma categoria que simplifica a complexidade

---

<sup>61</sup> “O prático-inerte é uma expressão introduzida por Sartre, para significar as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificada em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens. Indo além do ensinamento de Sartre, podemos dizer que o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais bem acabada do prático-inerte” (SANTOS, M., 2002, p.317).

dessas territorialidades – “a não-forma” – e, com isso, impede a apreensão real dessa experiência (RIBEIRO, 2005b). Desse ângulo, o que precisa ser posto em debate é a “[...] produção social da ilegalidade [...]” (RIBEIRO, 2005b, p.06).

Partindo da ilegalidade, busca-se enfatizar o processo instituinte dos direitos e, com isso, reconhecer as articulações que o envolve. Nessa questão, surge uma necessária reflexão sobre qual a legalidade possível e a partir de que “projeto de futuro” ela é desenhada (RIBEIRO, 2000; 2005b). Em referência aos direitos urbanísticos, verifica-se um enorme distanciamento entre a realidade do tecido social e as políticas urbanas que, geralmente, buscam um ajustamento do espaço (material e imaterialmente) sem a consideração da vontade coletiva.

É por esse ângulo que, constantemente, ocorre uma “criminalização do outro” (RIBEIRO, 2005b), já que este outro, com suas ações e seus valores, não é adequado à ordem dominante. A negação da legalidade, para inúmeras práticas espaciais que são, hoje, factíveis no espaço urbano, incide sobre esses sujeitos como negação do espaço público e, portanto, como negação do outro em sua capacidade propositiva.

Esse quadro se torna ainda mais opressor quando se constata uma intensa articulação entre algumas dessas territorialidades e o “senso comum” (RIBEIRO, 2005b). O senso comum é que orienta o cotidiano (RIBEIRO, 2002). É no senso comum que residem os valores que nos permitem desdobrarmos como sujeitos sociais. Analisando a territorialidade dos camelôs do centro de Ribeirão Preto, foi possível constatar uma enorme aceitação dessa prática pela população. A própria configuração sócio-espacial dessa área, com um uso popular acentuado, contribui para que essa territorialidade seja legitimada pelo senso comum. Como exemplo, referindo-se à prática dos camelôs, temos a seguinte fala: “*A lei está errada, o desemprego está enorme e eu acho esse trabalho honesto*” (dona de casa, em entrevista ao Jornal A Cidade, 31 de outubro de 2004).

Desse modo, o cotidiano, essa dimensão em que estamos mergulhados oitenta por cento do nosso tempo (HELLER, 1992), por meio das relações que nele se desenrolam, muitas vezes acaba por atenuar as contradições do espaço geográfico. Portanto, os obstáculos jurídicos à apropriação desse espaço da cidade pelos camelôs nos permitem dizer que, constantemente, constroem-se normas que acabam refletindo sobre o tecido social como imposições inteiramente desconectadas da realidade e, com isso, dificilmente conseguem a alteração desejada (RIBEIRO, 2002).

É nesse contexto que a prática espacial dos camelôs insere uma “anti-disciplina” (CERTEAU, 2002, p.42) nesse espaço e resiste aos mecanismos de controle, garantida pela legitimidade tecida no cotidiano. Com isso, constroem a “noite da sociedade” (CERTEAU, 2002, p.105), as formas ocultas de organização que correspondem, aqui, ao enfrentamento diário da experiência da escassez. A falta de alternativas faz com que esses sujeitos pratiquem o território e desenvolvam ações insubordinadas que jogam com a ordem estabelecida.

Essas são as táticas (CERTEAU, 2002) dos que utilizam o lugar do outro porque não têm lugar e, com isso, manipulam a ordem dominante, inserindo-se, ainda que potencialmente, com um conteúdo “político”, no território. Segundo Michel de Certeau, “a tática é a arte do fraco” (CERTEAU, 2002, p.101) e, nesse sentido, quanto menos alternativas são apresentadas às populações pela ação hegemônica, tanto mais esta última estará sujeita às táticas. A “astúcia” aparece, aqui, como “último recurso” (CERTEAU, 2002, p.101) para a grande massa de pobres que “(re)existem” (GONÇALVES, 2002b, p.220) nas cidades.

A ilegalidade, no entanto, não se traduz numa posição confortável para esses sujeitos. Nas entrevistas com os camelôs, foi possível apreender que a grande maioria deseja a legalidade – e, nesse sentido, há uma disposição em pagar as taxas para o uso desse espaço e também para que essa prática seja organizada – desde que instituída a partir de suas experiências. Nesse sentido, “[...] nem sempre o apreço pela legalidade significa dispor das condições mate-

riais necessárias à sua vivência” (RIBEIRO, 2005b, p.12).

Referindo-se à regulamentação dessa prática pelo poder público e pela Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, um dos camelôs entrevistados apresenta o seguinte depoimento:

*[...] o problema é o seguinte, pra você saber o que é melhor pra outra pessoa cê tem que conviver com ela, não é? Pra eu saber o que é melhor pra você eu tenho que conviver com você e vice e versa. Então as propostas que eles fazem, as coisas que eles fazem, não convém pra nós, o que convém pra nós eles não fazem* (Camelô deficiente físico. Entrevista realizada em dezembro de 2004).

A experiência contínua com necessidades e carências de toda ordem e, também, com a falta de liberdade, funciona como um convite à ação tática. Nas palavras de Milton Santos, “a pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível” (SANTOS, M., 2004a, p.132).

No entanto, a naturalização da pobreza faz com que seja desconsiderada a potência desses sujeitos. Dessa forma, as práticas espaciais constantemente deixam de ser reconhecidas, sobretudo pelo planejamento urbano, como saberes tecidos no enfrentamento com anteriores projetos de modernização (RIBEIRO, 2000, p.240) e que representam conquistas que tornaram possível a experiência urbana de grande parte da população.

Nas palavras de Carlos Walter Porto Gonçalves, “os homens só se apropriam do que faz sentido para suas vidas e esse sentido é, sempre, criação social, e não das coisas em si e por si mesmas” (GONÇALVES, 2002a, p.04). Com isso, temos que a territorialidade dos camelôs do centro de Ribeirão Preto revela que a maioria desses sujeitos constrói sua territorialidade no espaço público, de imediato, como provisória. Mas a experiência e a permanência nas ruas da cidade conferem a essa prática o estatuto de projeto. Essa noção de projeto, segundo Ana Clara Torres Ribeiro, “[...] que é portadora da força necessária à superação potencial da reificação e da alienação, exige a compreensão

dos sentidos da ação e, assim, da própria existência. O projeto contém a rebeldia da ação e, portanto, contém o princípio de liberdade [...]” (RIBEIRO, 2003, p.32). Desse ponto de vista, algumas falas são bastante expressivas:

*Não tem como tirar camelô da rua, não tem. Tem gente que acostuma trabalhar nas loja, né? Nas lojas grande, nas loja pequena, tem gente que acostuma, é questão de costume. Camelô não, camelô não, camelô trabalha na rua. Desde que eu conheço gente que trabalha na rua, que nem eu faz 23 anos que eu sou camelô. A minha mãe quando eu era criança, a minha mãe já comprava as coisas na porta de camelô, que andava em burro, em cavalo, em trem, em pé. Trocava mercadoria por legumes, por bicho, por galinha, cê entendeu? Não adianta, não tem como, cê entendeu? Quem vevi de ficar camelando pra rua, ninguém consegue, nem a prefeitura não consegue, nem aqui nem em lugar nenhum do mundo, ninguém consegue, eles tenta, mas eles não vai consegui nunca, nunca. Porque os camelô eles são terríveis, eles gosta de trabalhar na rua, eles gosta de sobreviver, a vida deles, a custa deles, cê entendeu? (Ex-Camelô, que hoje trabalha no camelódromo “Duque de Caxias”. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Outro entrevistado também evidencia esse fato. Indagado se vale a pena ficar correndo da fiscalização, oferece o seguinte depoimento:

*Eu acho que vai depender da pessoa se ela gosta ou ama o trabalho, né? Porque eu amo o que eu faço, né? E faço isso com amor, né? Eu sou vendedor e gosto de estar no meio do povo aqui, faz mais de 10 anos que eu estou aqui, todo mundo me conhece, né? Eu acho que faço isso mais por amor. Porque se a gente não faz uma coisa por amor, eu acho que essa coisa fica supérflua, né? Não tem, não tem sentido. Então pra mim tem sentido, mesmo com a correria, mesmo com as coisas, assim, pegando [...]. (Camelô que trabalha nas ruas do centro da cidade, entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Esses depoimentos expressam alguns dos valores envolvidos nessa prática, e que se colocam além da simples manutenção das condições materiais de vida. Desse modo, pautados em valores que não se restringem ao capital, os “homens lentos” resistem e constroem espaços positivos que atenuam os efeitos perversos das constantes crises sociais. Assim, segundo Milton San-

tos, com um dinamismo próprio, fundado na própria existência (SANTOS, M., 2004a, p.158), esses sujeitos adquirem, ainda que lentamente, as condições para uma existência crítica.

Para este autor, “[...] é fundamental viver a própria existência como algo de unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro” (SANTOS, M., 2004a, p.116). Essa é a pedagogia da existência (SANTOS, 1996), que emerge da experiência da escassez e do enfrentamento cotidiano de situações desfavoráveis, lançando algumas das condições para a constituição de uma cidade verdadeiramente democrática.

A ação tática dos “homens lentos” – representados aqui pelos camelôs – constitui, portanto, a contrapartida da ação instrumental, tensionando o consenso tão desejado pelo pensamento único e inserindo outros usos possíveis no território. Nesse sentido, acredita-se que essas ações precisam ser vistas como parte constituinte do espaço geográfico e como tensões que – consideradas em suas circunstâncias específicas – também participam da “disputa de projetos de futuro” (RIBEIRO, 2000).

De fato, as táticas acontecem nos interstícios dos mecanismos de controle, jogando com o que lhe é imposto e, nesse sentido, aparecem como ruídos, quase silenciosos. No entanto, acredita-se que elas sejam um dos momentos da ação política e é na configuração dessas experiências que “se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais” (SADER, 1988, p.44).

Valorizar as táticas, essa “inteligência oculta” (RIBEIRO, 2002) da sociedade, não significa um elogio descompromissado com a mudança da realidade, mas sim um reconhecimento da força existente no tecido social e que precisa ser de alguma forma incorporada às leituras da cidade. Para isso, é preciso acessar a territorialidade desses sujeitos e, sobretudo, considerar que representam outras possibilidades de uso, outras possibilidades de apropria-

ção e, porque não dizer, possíveis legalidades que só não se tornam legítimas, do ponto de vista jurídico, porque são antagônicas à ordem dominante.

## **A TERRITORIALDADE DOS CAMELÔS:** RACIONALIDADE ALTERNATIVA, ORGANIZAÇÃO E SENTIDOS DA AÇÃO

A base cultural de uma sociedade é um elemento intensamente atuante na configuração dos espaços que essa sociedade conforma. Desse modo, é indispensável uma valorização desses elementos, que supere o olhar exclusivamente direcionado à cultura dominante. Nessa superação se torna necessário o reconhecimento dos vínculos entre cultura, identidades populares e experiência urbana que, apesar das inúmeras tentativas de “alisamento” (GUATTARI, 1985) pela ação instrumental, continuam latentes nos lugares.

No entanto, é preciso reconhecer, também, os vínculos entre as práticas populares e a própria configuração da economia. Desse ponto de vista, Milton Santos, analisando a economia urbana dos países periféricos, reconhece no interior do sistema urbano a existência de dois circuitos econômicos. Essa economia segmentada, mas única, seria o resultado direto dos processos de modernização que incidem sobre esses países, instalando profundas desigualdades sócio-espaciais.

São essas diferenças quantitativas e qualitativas, tanto no que diz respeito à renda quanto à possibilidade de consumo, que criam esses dois circuitos na economia urbana dos países periféricos (SANTOS, 2004b, p.37). Assim, ao lado do circuito superior da economia - “[...] resultado direto da modernização tecnológica” e constituído pelas modernas atividades desses progressos e das pessoas que dele se beneficiam – coexiste o circuito inferior, que também é “[...] resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas” (SANTOS, 2004b, p.38).

Assim, esses dois circuitos caracterizam a formação sócio-espacial dos países periféricos e, portanto, a organização desses territórios. É nesse sentido

que associamos essa idéia do circuito inferior da economia à noção de “urbanização popular”.

A urbanização, como já mencionado, mantém intensos elos com os processos de produção capitalista – atividades relativas ao circuito superior da economia –, o que caracteriza uma determinada configuração sócio-espacial. No entanto, a pobreza inerente a esse processo de acumulação, em contrapartida, acaba por criar e manter o circuito inferior da economia (SANTOS, 2004b, p.196) inserindo, com isso, certas especificidades na organização espacial, caracterizando o que anteriormente chamamos de “urbanização popular”.

O circuito inferior funciona como uma divisão do trabalho produzida por baixo, como uma forma quase “caricatural”, “imitativa” do circuito superior (SANTOS, 2002, p.324). Segundo Milton Santos, as diferenças entre as atividades dos dois circuitos reside, fundamentalmente, na organização e na tecnologia (SANTOS, 2004b, p.43). Cada circuito se define pelo conjunto de atividades em seus contextos específicos e pelo setor da população ligado a ele tanto pelas atividades quanto pelo consumo (SANTOS, 2004b, p.42).

A prática dos camelôs é uma atividade típica do circuito inferior da economia urbana. Desse ângulo, a partir das entrevistas realizadas, constata-se que a grande maioria dos camelôs<sup>62</sup> entra para o comércio informal levada pelo desemprego. Assim se “auto-reincluem” no mundo do trabalho, encontrando no lugar outros modos de sobrevivência. Referindo-se a esse fato, um dos camelôs entrevistados, perguntado sobre como tinha entrado para o comércio informal, oferece o seguinte depoimento:

*Por necessidade, como todo mundo, né? Por não ter opção de emprego. Não havia nada pra fazer mesmo, fui a luta, se começa tentando. Inclusive, quando eu comecei a vender eu sentia muita vergonha de vender, assim, na rua, mas eu tive que passar, por as cara mesmo e ir a luta. Ou eu fazia isso*

---

<sup>62</sup> É preciso ressaltar que essa população que se liga ao circuito inferior da economia pelo trabalho é, na maioria, caracterizada pela ausência de qualificação profissional, pela falta de capitais, e a sua base fundamental é a sua força de trabalho (SANTOS, 2004b, p.262).

*ou passava fome, ou morria, eu ia pedir socorro pra quem? Ninguém vai me ajudar, entendeu? Então a única opção que eu tive foi vender, não existe outra, não tem o que fazer, não tem, se alguém tiver uma receita, uma, sei lá, uma solução pra isso que me diga, porque não existe (Camelô do centro da cidade de Ribeirão Preto. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Uma “ex-camelô” também fala da importância desse trabalho frente ao crescente processo de desemprego:

*Cada dia que passa tem mais, é falta emprego, e o pessoal tem que comer; tem que pagar as contas; tem que trabalhar; tem que dar os pulos. Porque ou eles trabalham na rua ou trabalha registrado, como é que vai fazer? Não tem como, porque que você acha que as cadeia tá tudo lotada, boa coisa eles não tão fazendo. Os que têm cabeça, que tem uma família, que tem uma estrutura, vai trabalhar, e os que não tem? Vai pra cadeia ou morre, é assim. Por isso que aqui tá lotado (de camelô), não só em Ribeirão, mas em São Paulo, Rio de Janeiro, todo lugar, não tem, não tem, porque eles não têm emprego, falta serviço mesmo (Ex-camelô que trabalha atualmente no Camelódromo “Duque de Caxias”. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

É preciso destacar que o desemprego, na atualidade, é o resultado de decisões tomadas na dimensão global, mas é no lugar que esses problemas se espacializam. Esse desemprego estrutural da lógica capitalista na escala mundial é sentido no lugar e é no confronto com essas crises que surgem essas outras territorialidades. No entanto, a permanência desses sujeitos nessa prática, nos leva a considerar outros fatores. A própria “precarização das relações de trabalho” – com baixos salários, uma aparente instabilidade contratual e direitos trabalhistas cada vez mais flexibilizados – acaba por estabelecer uma resistência desses sujeitos ao mercado formal. Dessa perspectiva, temos o seguinte depoimento: “*Prefiro correr (da fiscalização) a trabalhar como servente e ganhar R\$ 10,00 por dia*” (Jornal “A Cidade”, Ribeirão Preto, 31 de outubro de 2004).

Outro fato relevante é revelado, também, através das entrevistas, quando perguntamos aos camelôs deficientes físicos se continuam procurando emprego formal:

*Posso falar uma coisa? É uma idiotice, pra falar o português claro, deficiente procurar trabalho formal. O por que? Porque o trabalho formal, 80% daqui recebe benefício do INSS. Se você for registrado você perde o benefício. Então, arrumar emprego para deficiente, tem que modificar a lei para dar condição para ele trabalhar. Porque todos aqui recebe benefício, como auxílio doença, [...], entendeu? E ainda por cima trabalham aqui. Eu não, eu recebo sim, mais uma pensão por morte do meu pai, que não tem nada de auxílio doença, auxílio pro deficiente (Camelô deficiente físico. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Este outro depoimento também faz referência a esse fato:

*Ah, não vale não, porque a gente, é que a gente recebe um benefício do INSS, e se a gente for trabalhar a gente tem medo de perder, entendeu. Porque cê já pensou perder o que você tem já, porque às vezes você arranja um serviço temporário, mas ninguém vai entender, então, a gente tem medo de perder, é um salário só que a gente ganha, nem décimo terceiro não tem, mas é uma coisa garantida, sabe. Todo mês você sabe que tem aquilo. Porque cê pensa se você for arranjar um trabalho, depois não dá certo, cê perder, além do trabalho não dar certo cê ainda perder o que cê tem. Então pra nós é vendedor, é vender mesmo (Camelô deficiente físico. Entrevista realizada em dezembro de 2004).*

Essas últimas falas revelam que a perversidade com que o espaço é organizado acaba incitando, de forma indireta, a ilegalidade, ou seja, táticas complementares que possam atenuar as precárias condições de sobrevivência de ampla parcela da população.

Nesse contexto, pode-se dizer que, hoje, a presença dos camelôs nas ruas das cidades está relacionada, em geral, a dois grandes fatores: ao crescente desemprego e flexibilização das relações de trabalho, sobretudo na atu-

al fase do capitalismo, e a uma necessidade popular de consumo. Desse último ângulo, tem-se que os camelôs só continuam a exercer essa atividade à medida em que há uma demanda.

Acredita-se que esses sujeitos (camelôs, ambulantes, marreteiros, etc.) – com uma presença histórica nas ruas das cidades brasileiras – correspondem, em cada período, a uma necessidade social. No passado, essa prática respondia a uma certa imobilidade da população e, portanto, caracterizava-se, sobretudo, pelo comércio de porta em porta. Nos dias de hoje, a prática dos camelôs corresponde, especialmente, a uma carência de consumo popular. Nesse sentido, a territorialidade desses sujeitos autoriza o consumo de grande parte da população que não tem acesso ao circuito superior da economia.

De fato, a ampla difusão do consumo na sociedade contemporânea configura-se numa das características mais marcantes de nosso tempo. Essa produção incessante de necessidades e carências, articulada a uma ênfase nos objetos novíssimos e na sobreposição da “estética sobre a ética” (RIBEIRO, 2005a, p.103), promove uma adesão acrítica quase que generalizada. Nesse contexto, é fantasioso imaginar que os pobres sejam neutros a essa ideologia. Essa população possui as mesmas necessidades de consumo que as classes mais abastadas e obtém algumas respostas a essas necessidades no comércio dos camelôs.

Desse ponto de vista, a territorialidade dos camelôs “[...] é ao mesmo tempo uma resposta e um produto da pobreza” (BUCHANAN apud SANTOS, M., 2004b, p.218). Assim, os camelôs, além de manifestarem, por sua própria territorialidade, a existência dos “homens lentos”, revelam ainda a presença de um coletivo de homens lentos no território que desenvolvem, por meio dessa prática, táticas de consumo.

Outro fato relevante da prática dos camelôs é a capacidade de adaptação à conjuntura. Um exemplo disso é a facilidade e agilidade na mudança dos produtos a serem comercializados. Um dos camelôs entrevistados, que vendia

“passe” de transporte público, com o fim desse sistema passou a vender capinhas para aparelhos celulares e outras miudezas, da noite para o dia. Essa agilidade de adaptar-se às novas situações é permitida, sobretudo, pela ausência da burocracia alienante do mercado formal. O fato de não trabalharem com grandes estoques, com um investimento relativamente pequeno em mercadorias também contribui para um rápido ajustamento às mudanças conjunturais.

Esse *just in time* também aparece nessa territorialidade no que se refere às novas tendências do mercado. A antecipação de inovações por esses sujeitos – um exemplo claro disso são os cds (compact discs) piratas que chegam, quase que instantaneamente ao lançamento, a esse mercado – os constitui como “difusores de modernidade”, adaptando-se velozmente às novas demandas de consumo popular. Essa questão aponta para uma interessante dialética na territorialidade desses sujeitos, quando se verifica que, ao mesmo tempo em que estão postos aos tempos lentos dos lugares, ou seja, fora da racionalidade hegemônica, aparecem, ainda que à margem desse processo, colados à velocidade do mercado formal.

Nesse formato de mercado, dentro das características do circuito inferior da economia, a alta tecnologia é substituída pelo trabalho intensivo; o convencimento pela publicidade é substituído pela proximidade e pela comunicação; o incentivo governamental é substituído pela solidariedade orgânica; as relações impessoais são substituídas pelas relações diretas e personalizadas (SANTOS, 2004b, p.44).

Assim, mesmo desenvolvendo atividades explicitamente capitalistas, esse comércio contém algumas positivities em relação ao mercado formal, especialmente, no que concerne à possibilidade de diálogo, ou seja, à possibilidade de comunicação. Há uma desburocratização das relações de consumo contidas nessa prática, tanto no que diz respeito à possibilidade na negociação dos preços – que, diga-se de passagem, já é uma tradição dessa relação de troca – quanto na questão das trocas de mercadorias com defeitos. Nesse sentido, essa relação é marcada por uma “transação”, como disse Félix Guattari

- referindo-se ao comércio de rua da África do Norte –, traduzida numa “[...] relação de prazer no ato da pechincha, no (sic!) lengalenga da compra” (GUATTARI, 1985, p.118). É nesse contexto, na possibilidade aberta pela comunicação, que outros valores vão sendo tecidos.

Nesse sentido, a prática dos camelôs cria um formato de mercado muito colado às necessidades e, sobretudo, às carências do popular. Assim, essa razão comunicativa que permeia essa prática insere um conteúdo de emoção que humaniza essa relação de troca (RIBEIRO, 2005a).

Como nos diz Ana Clara Torres Ribeiro, na atualidade, é inútil negar o “ente mercado”; no entanto, pode-se ao menos confrontar o seu modelo dominante. Segundo a autora, por meio da noção de “mercado socialmente necessário” – que já existe em embrião e pode ser exemplificado pelo comércio dos ambulantes, pela experiência da economia solidária e outras tantas redes de troca que marcam a experiência latino-americana – pode-se impedir que a concepção hegemônica apareça como “[...] única versão possível das trocas econômicas” (RIBEIRO, 2005a, p.107).

Neste modelo de mercado, o valor de uso se sobrepõe ao valor de troca e resiste à abstração exigida pelo modelo dominante (RIBEIRO, 2005a, p.107). Reflete, portanto, uma experiência “que tem raízes na terra em que se vive” e, ali, mesmo no lugar, encontra soluções para suas dificuldades (Santos, 2002, p.327). É nesse movimento que os “homens lentos”, enraizados que estão no território e baseados no trabalho e no cotidiano, acabam por criar, paralelamente, “[...] uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada” (SANTOS, M., 2004a, p.143). Nessa cultura popular, o pragmatismo dá lugar à originalidade, as normas à espontaneidade, a competitividade à solidariedade (SANTOS, M., 1996, p.11).

Contudo, não se pode prescindir da ilegalidade presente nessa prática no que se refere às mercadorias comercializadas. Acredita-se que existem algumas distorções desse ponto de vista. Sem dúvida nenhuma, é necessário

um avanço nas questões relacionadas à origem das mercadorias. No entanto, uma ação nesse sentido deveria atuar em outras escalas, já que os camelôs estão posicionados no final de uma ampla cadeia que viabiliza o contrabando. Assim, acredita-se que não é agindo somente nessa territorialidade que esse problema será solucionado.

A referência ao contrabando aparece constantemente no discurso que busca legitimidade nas intervenções sobre a territorialidade desses sujeitos; porém, verifica-se que tais ações restringem-se à proibição do uso do espaço público. A construção de “camelódromos”, por exemplo, não resolve a questão da sonegação de impostos, já que, nessa nova “arquitetura disciplinar”, os “ex-camelôs” continuam comercializando os mesmos produtos. Assim, na maioria das vezes, as ações que se desenrolam no sentido de regulamentação dessa prática espacial levam em conta, apenas e tão somente a questão da estética da cidade, criando uma paisagem hierarquizante, altamente excludente.

Por tudo isso, acredita-se que essa cultura popular, fundada na indispensável relação com o espaço herdado, possui o seu próprio formato, seus próprios valores e identidades e, o que é mais significativo, é formulada a partir do lugar. Assim, mesmo que fora dos valores estéticos dominantes, são factíveis no espaço urbano e, portanto, é imprescindível que tenha o direito à “autonomia simbólica” e, sobretudo, à “auto-representação na cidade” (RIBEIRO, 2005b, p.09).

Desse ângulo, nas belas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro, é preciso que:

Apaguemos portanto, pelo menos por algum tempo, os holofotes e escutemos o rumor e os gritos dos espaços inorgânicos, imaginando-os menos distantes, menos segregados, menos folclorizados. O que poderia ser apreendido numa experiência como esta? Talvez, outras formas de fazer cidade e de aprender, neste fazer, com a cultura do outro: mortos e vivos. Desta experiência hipotética, também poderia advir a descoberta de formas de realização da economia menos excludentes, competitivas e desapropriadoras de territórios e bagagens culturais (RIBEIRO, 2004c, p.05).

Portanto, o que é defensável na prática espacial dos camelôs não se relaciona às questões da ilegalidade das mercadorias, nem da perpetuação desse modelo de economia em todas as suas características – já que antes de ser um “provedor de ocupações” esse circuito inferior é um indicador da pobreza urbana (SANTOS, 2004b, p.368). A regulamentação se faz necessária, mas é essencial que ocorra, concomitantemente a esse processo, a consolidação das conquistas já alcançadas por esses sujeitos e o reconhecimento dessa territorialidade como depositário de trabalho e saber e, nesse sentido, absolutamente cabível como um novo direito ao uso e à permanência na cidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*Diz-se com frequência que é preciso renunciar às ilusões românticas em favor de um realismo mais modesto e mais seguro. Mas a palavra realismo pode ser a mais ilusória de todas, se não disser de qual real ela pretende ser a medida (Jacques Rancière, 1996a ).*

A análise da territorialidade dos camelôs do centro de Ribeirão Preto revela, sobretudo, que no lugar coexistem “diferentes matrizes de racionalidade” (GONÇALVES, 2002b), constituindo-o ora como o lugar do encontro, ora como o lugar do conflito. O lugar se apresenta, portanto, como um híbrido, onde opera e se superpõe uma diversidade de objetos, ações e contextos; onde os jogos de poder, efetivamente, se realizam. No lugar, o planejamento urbano hegemônico, conduzido pela “ação instrumental” (HABERMAS, 1987), busca apagar as diferenças. No lugar, as racionalidades alternativas buscam formas de “auto-reinclusão” no campo do trabalho, no campo da cultura e no campo da política. No lugar, a luta pela apropriação do território é verdadeiramente vivenciada.

Nesses termos é que se torna urgente a consideração do conflito como parte instituinte das relações sócio-espaciais. O reconhecimento do conflito no território abre a perspectiva da negociação, apreendida, aqui, não como consenso, mas como entendimento, onde essa diversidade de sujeitos, com seus valores e em igualdade de direitos, possa participar da “disputa do projeto de futuro” (RIBEIRO, 2000).

Como nos diz José Ortega Y Gasset, as circunstâncias nos apresentam sempre diversas formas de “fazer” e, portanto, de “ser” (ORTEGA Y GASSET, 1997), e é nesse sentido que a idéia de *consenso*, tão desejada pelos agentes hegemônicos, é confrontada por essas territorialidades que instalam um *dis-senso* sobre a configuração sócio-espacial dominante, constituindo-se, com isso, como territorialidades da resistência. No entanto, a reificação dessas territorialidades aparece como um grande obstáculo no reconhecimento desses sujeitos como parte constituinte do território.

Nas palavras de Jacques Rancière:

Os sujeitos políticos não existem como entidades estáveis. Existem como sujeitos em ato, como capacidades pontuais e locais de construir, em sua universalidade virtual, aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial. Portanto, são sempre precários, sempre suscetíveis de se confundir de novo com simples parcelas do corpo social que pedem apenas a otimização de sua parte (RANCIÈRE, 1996a, p.378).

A presença dos camelôs nas ruas do centro de Ribeirão Preto constitui, ainda que efemeramente, essas cenas polêmicas de que fala Jacques Rancière, trazendo à tona, não só o descumprimento da igualdade - expresso nos crescentes índices de desemprego -, mas, sobretudo, a necessidade de atualização dos direitos. Como nos diz Milton Santos, a cidadania é uma conquista (SANTOS, 2000a) e, nesse sentido, deve ser requerida por meio da abertura desses campos de contestação, onde os direitos sejam afirmados e novos direitos sejam criados.

O território é constantemente atualizado por essas práticas espaciais legitimadas no cotidiano. Assim, a apreensão da presença crítica dessas racionalidades alternativas - como a territorialidade dos camelôs - contribui para o desvendamento da verdadeira renovação do tecido social.

A prática espacial dos camelôs expressa uma das inúmeras territorialidades alternativas construídas pelos “homens lentos” no enfrentamento diário com a experiência da escassez, e que acaba por estabelecer espaços positivos que atenuam a dura realidade política, econômica e social do país. Nesses espaços não há somente miséria e exclusão; há, sobretudo, saber; investimentos contínuos na busca de sobrevivência. A territorialidade dos camelôs expressa, também, uma das inúmeras práticas espaciais que se desdobram na cidade, mas que, no entanto, são desprovidas de reconhecimento jurídico, complexizando, ainda mais, o contexto em que estão inseridas.

É preciso, portanto, que essa enorme massa de *trabalhadores* “ilegalizados” pela rigidez com que o território se apresenta na atualidade, tenha o direito à autonomia política, cultural e estética na cidade (RIBEIRO, 2005b). Um caminho possível para que isso ocorra é a participação requerida nas questões urbanas. A participação popular nos processos de planejamento da cidade se torna necessária e indispensável. A apropriação do planejamento urbano pela sociedade traz a possibilidade para que esse importante mecanismo de organização espacial se afirme como instrumento político.

Diante dessas considerações, este trabalho representa, especialmente, uma tentativa de demonstrar que as territorialidades dos “homens lentos” – entre elas a dos camelôs - contêm valores e projetos, e que o diálogo entre “conhecimento técnico e científico” (planejamento urbano) e “saber popular” precisa ser instaurado (RIBEIRO, 2004b). Talvez desse diálogo possam emergir equações que possibilitem a construção de uma cidade mais democrática.

A cidade contemporânea, principalmente a grande e média cidade, por abrigar essa diversidade de pessoas, de racionalidades e temporalidades, configura-se numa verdadeira “casa coletiva”<sup>60</sup> abrindo a possibilidade de se iniciar um novo movimento, onde “[...] o Homem estará colocado no centro das preocupações do mundo, como um dado filosófico e como inspiração para as ações” (SANTOS, 2004a, p.147), fundando o que Milton Santos chamou de “Período Popular da História”. Para isso, no entanto, é preciso forjar situações onde seja possível que se combinem racionalidades e temporalidades diferentes, sem que nenhuma delas se imponha sobre a outra. Desse movimento original é que poderá emergir uma “convivência social digna e humana” no lugar (SANTOS, 2001).

---

<sup>60</sup> SANTOS, Milton. Elogio da lentidão. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de março de 2001. Caderno Mais, p.15.

«Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único»

(Milton Santos, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, 2004, p.14).

**REFERÊNCIAS  
BIBLIOGRÁFICAS**

**ARANTES**, Otília; **MARICATO**, Ermínia; **VAINER**, Carlos. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 192p.

**ARANTES NETO**, Antonio Augusto. Paisagens paulistanas: transformações do espaço público. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. 190p. (Coleção Espaço e Poder).

**ARENDT**, Hannah. A dignidade da política: ensaios e conferências. Organização: Antonio Abranches. (Tradução: Helena Martins, et al.) Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. 195p.

\_\_\_\_\_. Sobre a violência. Prefácio de Celso Lafer. (Tradução: André Duarte) Rio de Janeiro: Dumara, 1994. 114p.

\_\_\_\_\_. A condição humana. 10 ed. (Tradução: Roberto Raposo). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 352p.

**BENTES**, Ivana; **HERSCHMANN**, Micael. O espetáculo do contradiscurso. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de agosto de 2002. Caderno Mais, p.9-11.

**BRASIL**. Ministério das cidades, Guia do estatuto da cidade, 2002. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=127>>. Acessado em: 14/01/2005.

**CALIL JUNIOR**, Ozório. O centro de Ribeirão Preto: os processos de expansão e setorização. 2003. 208p. Mestrado (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

**CARDOSO**, Ruth. Identidades e convivência: o centro como ponto de encontro. In: ALMEIDA, Marco Antonio Ramos de (Apresentação). O centro da metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São

Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001. p.37-43.

**CECEÑA**, Ana Esther. Rebeldeias sociais y movimientos ciudadanos. Revista do Observatório Social da América Latina, n. 6, ano III, p.11-16, enero 2002.

**CERTEAU**, Michel de. A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer. (Tradução: Ephraim Ferreira Alves) 8 ed. Petrópolis, RJ: 2002. 351p.

\_\_\_\_\_. A cultura no plural. 3 ed. (Tradução: Enid Abreu Dobránszky) Campinas, SP: Papirus, 1995. 253p. (Coleção Travessia do Século).

**CHAUÍ**, Marilena. Convite à filosofia. 12 ed. São Paulo: Ática, 2001. 440p.

**DREIFUSS**, René Armand. Corporações estratégicas e Estados nacionais: os protagonistas do grande jogo. In: MINEIRO, A. S; ELIAS, L. A. (Org.). Visões da crise. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 25-31.

**DUHAU**, Emilio. Programas de regularización y mercado de suelo para vivienda popular em la ciudad de México. In: ABRAMO, Pedro (Org.). A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, Faperj, 2003, p. 43-77.

**ELIAS**, Denise. Meio técnico-científico –informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto. 1996. 293p. Doutorado (Tese em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

**EVASO**, Alexander Sergio. A refuncionalização do espaço. Revista Experimental, São Paulo, n.6, p.33-54, março, 1999.

**FERNANDES**, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no

capitalismo contemporâneos. *Espaços & Debates: revista de estudos regionais e urbanos*, São Paulo, ano XVII, número 41, p.26-45, 2001.

**FIORI**, José Luis. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, vol.12, n.01 (45), p.76-89, 1992.

**FOUCAULT**, Michel. *Microfísica do poder*. 20 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

**FRÚGOLI JUNIOR**, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 264p.

**GUATTARI**, Félix. *Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade*. *Es[paço & Debates: Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, ano V, n.16, p.109-120, 1985.

\_\_\_\_\_. *Novos espaços da liberdade, seguido de Das liberdades na Europa e da Carta Arqueológica/ Felix Guattari e Toni Negri*. (Tradução: Centelha). Coimbra: Centelha, 1987. 104p. (Coleção Anatema; 3).

**GONÇALVES**, Carlos Walter Porto. *A geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Conflicto Social, Militarización y Democracia en América Latina – nuevos problemas y desafíos para los estudios sobre conflicto y paz em la región”, Argentina: Buenos Aires, 2002a, (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades*. In: CECEÑA, E; SADER, E. (Org.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso, 2002b. 280p.

\_\_\_\_\_. *Novos caminhos para a democracia*, 2003. Disponível em: <<http://>

alainet.org/docs/5103.html>. Acessado em: 26/07/2004.

\_\_\_\_\_. Processos planetários e fronteiras móveis. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.), Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saber. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004a. p.203-215. (Coleção Pensamento Radical).

\_\_\_\_\_. Et al. Natureza sóciogeográfica dos conflitos sociais. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 6, 2004b, Goiânia. Anais Eletrônicos..., Goiânia: UFG/IESA/AGB, 2004b. 1 CD-ROM.

**HABERMAS**, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. (Tradução: Artur Morão) Portugal: Lisboa: Edições 70, 1987. 149p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea; 3).

\_\_\_\_\_. O discurso filosófico da modernidade: doze lições. (Tradução: Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento) São Paulo: Martins Fontes, 2000. 504p.

**HARVEY**, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaços & Debates: revista de estudos regionais e urbanos*, São Paulo, ano XVI, número 39, p.26-45, 1996.

**HELLER**, Agnes. O cotidiano e a história. (Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder) 4 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 121p.

**KUJAWSKI**, Gilberto de Mello. A atualidade de Ortega y Gasset. *O Estado de São Paulo*, 03 de julho de 2005. Caderno 2, p.06.

**LECHNER**, Norbert. A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia latino-americana. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n.2, p.73-86, 1990.

**MARICATO**, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996. 141p.

\_\_\_\_\_. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 204p.

\_\_\_\_\_. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: Arantes, O; Maricato, E; Vainer, C. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. P.121-192.

**MARTINS**, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997, 140p. (Coleção temas da atualidade).

**MIRANDA**, Ana Luisa. Cotidiano, ação e poder. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 6, 2004, Goiânia. Anais Eletrônicos..., Goiânia: UFG/IESA/AGB, 2004. 1 CD-ROM.

**MORIN**, Edgar. Ciência com consciência. (Tradução: Maria D. Alexandre, Maria Alice Sampaio Dória) 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 344p.

**NUN**, Jose. A democracia e a modernização trinta anos depois. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n.27, p.31-57, 1992.

**OLIVEIRA**, Francisco de. O Estado e a exceção ou o Estado de exceção. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.5, n.1, p.9-14, 2003.

\_\_\_\_\_. Por quê política? 2004. Disponível em: <[http://www.ibase.br/confira/Francisco\\_de\\_Oliveira\\_\(port\).pdf](http://www.ibase.br/confira/Francisco_de_Oliveira_(port).pdf)>. Acessado em: 30/08/2004.

**ORTEGA Y GASSET**, José. El hobre y la gente. In: Obras completas. Tomo VII. Madri: Alianza Editorial, 1997.

**QUEIROGA**, Eugenio F. A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. 2001. 351p. Doutorado (Tese em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de

São Paulo, São Paulo.

**RANCIÈRE**, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996a. p.367-382.

\_\_\_\_\_. O desentendimento. (Tradução: Ângela Leite Lopes) São Paulo: Editora 34, 1996b, 138p.

**RIBEIRÃO PRETO**, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. Plano Diretor de Ribeirão Preto – Justificativa Técnica. Ribeirão Preto, 1994.

**RIBEIRO**, Ana Clara Torres. A luta pelo lugar: os camelôs no centro do Rio de Janeiro. Cadernos do CEAS, n.103, p.64-73, maio/jun, 1986.

\_\_\_\_\_. Reforma urbana nos limites da modernização. Espaços & Debates: revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, ano XIV, número 37, p.100-106, 1994.

\_\_\_\_\_. Mutações no tecido urbano: ângulos da ação social. Revista Sociedade e Estado, volume XIII, n. 01, jan/jul, p.89-101, 1998.

\_\_\_\_\_. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismo. In: \_\_\_\_\_. (Comp.). Repensando a experiência da América Latina: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: Clacso, 2000. p.235-250.

\_\_\_\_\_. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. Cadernos IPPUR, v. 15/16, n.2/1, p.33-52, ago/jul, 2001/02.

\_\_\_\_\_. Teorias da ação. Transcrição do Seminário Teorias da Ação, realizado na UNICAMP, 2002 (mimeo).

\_\_\_\_\_. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org). Território Brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.29-40.

\_\_\_\_\_. e SILVA, Cátia A. da. Impulsos globais e espaço urbano: sobre

o novo economicismo. In: \_\_\_\_\_. (Comp.). O rosto urbano da América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2004a. P.347-371.

\_\_\_\_\_. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, Maria (organização). Milton Santos e o Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2004b. p.39-49. (Coleção Pensamento Radical).

\_\_\_\_\_. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. In: The Conference of the International Planning History Society (IPHS), 11, 2004, Barcelona. 11 Th Conference of the International Planning History Society (IPHS), 2004c. Disponível em: <[http://www.etsav.upc.es/personals/iphs/2004/pdf/219\\_p.pdf](http://www.etsav.upc.es/personals/iphs/2004/pdf/219_p.pdf)>. Acessado em 22/04/2005.

\_\_\_\_\_. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A; BRANDÃO, J. A; ARRUZZO, R. C; RIBEIRO, A. C. T. Formas em crise: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005a. p.93-111.

\_\_\_\_\_. Dimensões culturais da ilegalidade. 2005b (mimeo).

**ROCHA**, Danielle de M; RANGEL, Valéria G; FREIRE, Verônica M. O Prezeis – lei viva: um patrimônio na gestão democrática da cidade informal. In: BONDUKI, Nabil (Org.). Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p.145-151.

**SADER**, Éder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329p.

**SADER**, Emir. América Latina no século XXI Perspectivas e desafios para o futuro. Revista do Observatório Social da América Latina, n.9, ano IV, pp. 27-32, jan, 2003.

**SANTOS**, Boaventura de Sousa. As tensões da modernidade, 2001. Dispo-

nível em: <[http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id\\_articulo=464/](http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=464/)>. Acessado em: 30/07/2004.

\_\_\_\_\_. O princípio do futuro, 2002. Disponível em: <[http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/por\\_1ball.asp](http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/por_1ball.asp)>. Acessado em: 26/07/2004.

**SANTOS**, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978. 236p. (Geografia, teoria e realidade).

\_\_\_\_\_. Economia espacial: críticas e alternativas. (Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsanyi) São Paulo: Hucitec, 1979. 167p.

\_\_\_\_\_. Pensando o espaço do homem. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 61p.

\_\_\_\_\_. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.

\_\_\_\_\_. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.

\_\_\_\_\_. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. Boletim Gaúcho de geografia, n.21, p. 7-14, 1996.

\_\_\_\_\_. Metamorfoses do espaço habitado. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 124p.

\_\_\_\_\_. A grande crise já se instalou. In: MINEIRO, A. S; ELIAS, L. A. Visões da crise. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998a, p.89-100.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: \_\_\_\_\_ et al. (Orgs.) Território: Globalização e Fragmentação. 4 ed. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1998b. p.15-20.

\_\_\_\_\_. O território e o saber Local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, n.2, p.15-26, 1999.

\_\_\_\_\_. O espaço do Cidadão. 5 ed. São Paulo, Estúdio Nobel, 2000a. 141p. (Coleção espaços).

\_\_\_\_\_. et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 12, 2000b, Florianópolis. 15p.

\_\_\_\_\_. Quem está na frente é o povo. Cadernos Le Monde Diplomatique

que, Especial nº 2, janeiro de 2001a, p.4-7. (Entrevista).

\_\_\_\_\_. & SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001b. 473p.

\_\_\_\_\_. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002. 392p. (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004a. 174p.

\_\_\_\_\_. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004b. 440p. (Coleção Milton Santos; 4).

**SANTOS**, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça social: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 89p.

**SEOANE**, José A. & **TADDEI**, Emilio H. La conflictividad social en América Latina. Revista do Observatório Social da América Latina, n.4, ano I, pp.61-65, setembro, 2000.

**SILVA**, Luís Otávio da. Breve história do centro de São Paulo: sua decadência e reabilitação. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio (Orgs.). Urbanismo: dossiê São Paulo. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004. p.51-77.

**SMITH**, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. O espaço da diferença. Campinas-SP: Papyrus, 2000. p.132-159.

**SMOLKA**, M. O; **VAINER**, C. B. Em tempos de liberalismo: tendências e desafios do planejamento urbano no Brasil. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Zarhar Fundação Universidade José Bonifácio, 1991. p.19-32.

**SOLÓN**, Pablo. Radiografía de um febrero. Revista do Observatório Social da América Latina, n.10, ano IV, p.15-27, jan-abr, 2003.

**SOUZA**, Maria Adélia aparecida de. Governo urbano. São Paulo: Nobel, 1988. 84p. (Série Espaços).

\_\_\_\_\_. Cidades: lugar e geografia da existência. Conferência elaborada para o V Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Salvador, 1997 (mimeo).

**VAINER**, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p.75-103.

**VILLAÇA**, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 169-243.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o Centro Urbano. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio (Orgs.). Urbanismo: dossiê São Paulo. Campinas: PUC-CAMP/PROURB, 2004. p.21-35.

**ZEMELMAN**, Hugo. Conocimiento social y conflicto em América latina: notas para uma discusión. Revista do Observatório Social da América Latina, n.01, ano I, p. 108-110, jun., 2000.

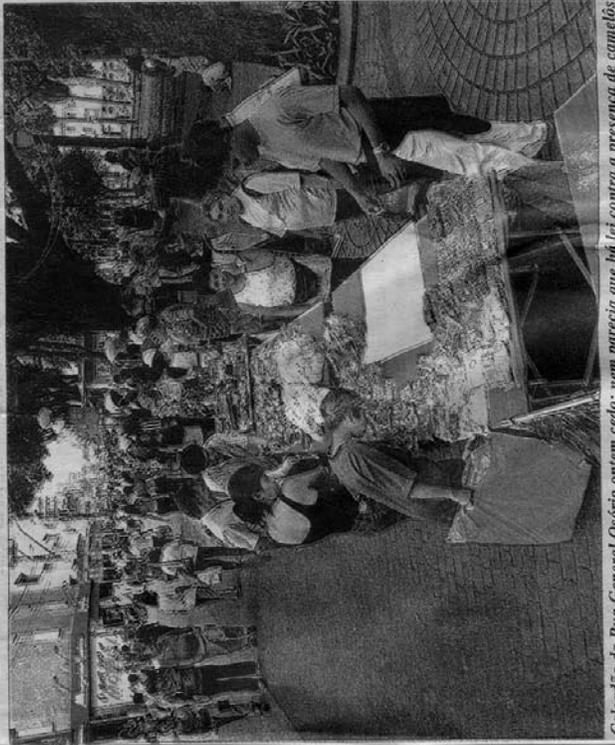
**ANEXOS**

# 1.

## Camelôs invadem o calçadão de Ribeirão Preto

**Nicola Tornatore**  
Os ex-camelôs que estavam trabalhando no Camelódromo "Duque de Caxias", no Centro de Ribeirão Preto, fecharam o prédio no início da manhã de ontem e transferiram todas as barracas para o calçadão da rua General Osório, também na área central, em mais um capítulo da novela que se arrasta desde dezembro de 2000, quando a Câmara Municipal aprovou a lei 1.070, criando o CPC (Centro Popular de Compras) e proibindo expressamente a presença de camelôs em todo o

EL PRONTO CIDADEL



Calçadão da Rua General Osório ontem cedo: nem parecia que há lei contra a presença de camelôs

CPC ou ao nosso Camelódromo comprar uma coisa e no caminho encontra o que quer, numa barraca de camelô, naturalmente você já compra e evita a caminhada.

É isso que estamos tentando explicar há tempos para a Prefeitura", destaca Cleuza. "No último sábado, em pleno mês de dezembro, teve gente lá no Camelódromo que não fez (verdade) para o marmitex do almoço. Assim não dá".

### Tréguia

No final da manhã Cleuza Zancarli e um grupo de camelôs participaram de uma reunião "de emergência" com Mário Gallo, chefe da Fiscalização Geral, e José Carlos Sobral, secretário municipal dos Negócios Jurídicos.

"Combinamos o seguinte. Hoje (ontem) ficamos no calçadão sem que a Fiscalização nos incomode. Amanhã (hoje) damos uma tréguia e voltamos para o salão da rua Duque de Caxias. Essa tréguia é para que a Prefeitura

cumpra a lei 1.070 e retire todos os camelôs do calçadão, inclusive os deficientes. A lei 1.070 não prevê nenhuma exceção.

Se não retirarem os camelôs, quarta-feira (amanhã) estaremos de volta ao calçadão", explicou Zancarli.

Mário Gallo, chefe da Fiscalização Geral, confirmou o entendimento. "No final da tarde vou me reunir com o promotor (Carlos Cesar Barbosa, da Procuradoria dos Portadores de Deficiência)".

Segundo Gallo, "a situação chegou a esse ponto por intransigência dos deficientes, que recusaram todas as alternativas que oferecemos para local de trabalho deles".

"Agora vamos ver com o Ministério Público o que fazer", explicou. Com o apoio do MP, um grupo de quinze camelôs deficientes vem recusando sistematicamente todas as opções de local de trabalho para que deixem o proibido calçadão. Entre as opções está a ocupação de boxes no CPC.

quadrilátero central. Os camelôs que invadiram ontem o calçadão são aqueles que não conseguiram vagas no CPC e acabaram abrigados num salão alugado pela Prefeitura, na esquina das ruas Duque de Caxias e Amador Bueno, o "Duque de Caxias".

"Ou a lei vale para todo mundo, ou não vale para ninguém", disse ontem Cleuza Bezerra Zancarli, presidente da associação dos integrantes do Camelódromo "Duque de Caxias".

"Ou a Prefeitura cumpre a lei 1.070, e proibe de verdade a presença de camelôs aqui no Centro, ou então libera geral. O que não dá é para a gente ficar lá no salão, sem vender nada, vendo o calçadão lotado de camelôs", reclama.

Segundo Cleuza, o movimento de vendas no Camelódromo, que já estava fraco, praticamente acabou na semana passada. "Você viu como estava o calçadão na sexta-feira e no sábado? Lotado de camelôs. Tem gente de Campinas, de Franca, de Serrana, de Sertãozinho.

Todo fim de ano acontece a mesma coisa. Estamos avisando a Prefeitura desde outubro ou limpam o calçadão ou a gente vem para cá também", afirmou. O calçadão é estrategicamente localizado em duas quadras da Rua General Osório, entre as Ruas Álvares Cabral e Amador Bueno; e abrange outra quadra entre a Rua General Osório e a Rua São Sebastião, e outra entre a General e a Rua Tibiriçá.

### Vendas em baixa

Com a invasão do Centro pelos camelôs, as vendas no Camelódromo "Duque de Caxias" e também no CPC desapareceram. Esp. Vitor Valian

FONTE: JORNAL A CIDADE, RIBEIRÃO PRETO, 09 DE DEZEMBRO DE 2003. CADERNO CIDADES, P. 04



# Ex-camelôs ameaçam retornar para as ruas

Motivo seria a queda de até 80% nas vendas desde que muitos passaram a ocupar boxes no Centro Popular de Compras, na área central

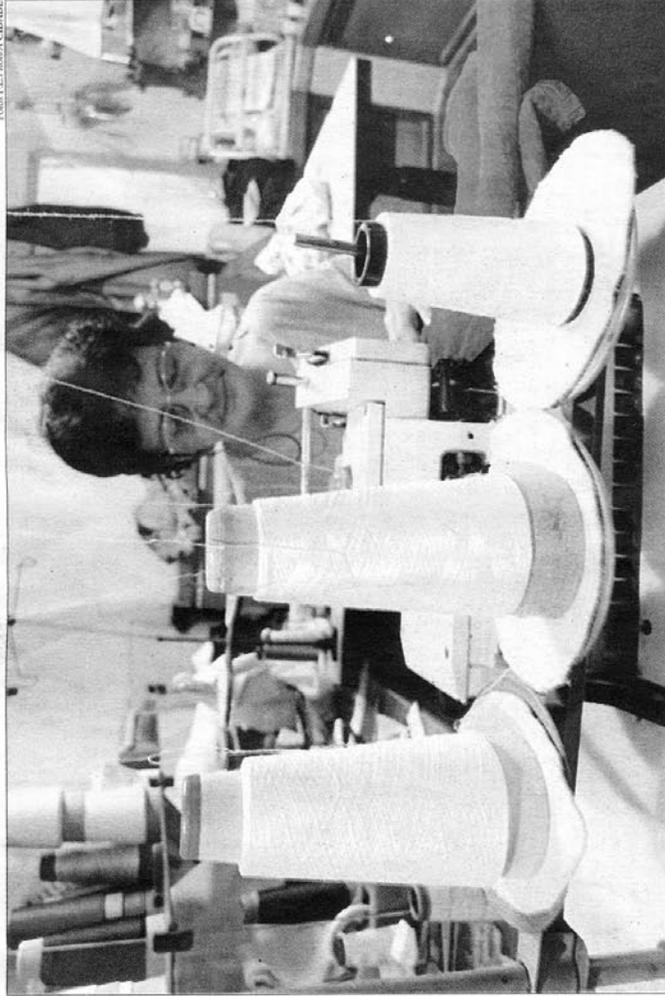


Foto: EL PRISA/CIDADE

Nicola Tornatore

"Se ninguém fizer nada, nós vamos fechar as lojas, entregar as chaves do prédio para a Prefeitura e voltar de onde viemos - das ruas". Em tom de ameaça, a declaração da presidente da Associação dos Permissionários do Centro Popular de Compras, Elvira de Lima Melo, ilustra bem a crise que se avizinha e que promete ser a nova dor-de-cabeça do prefeito Gilberto Maggioni - à volta para as ruas dos antigos camelôs que atuavam na praça Carlos Gomes e foram transferidos para o CPC, trocando a condição de ambulantes pela de comerciantes legalmente estabelecidos.

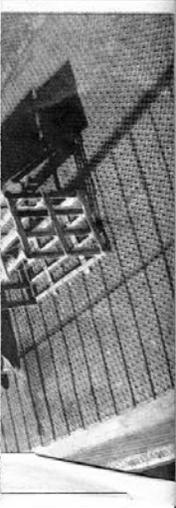
Elvira Melo e o próprio chefe da Fiscalização Geral da Prefeitura, Milton Gonçalves de Almeida, confirmam que "muitos" donos de boxes no CPC estão montando banquinhas no calçadão e mesmo na passarela que liga o CPC/Mercado ao terminal rodoviário. "Aqui, dentro do CPC a gente não está fazendo", informa Elvira Melo. Seguindo ela, as vendas caíram 80% e tem comerciante que passa o dia inteiro sem vender sequer um real. A própria Elvira é um exemplo da crise - seu box comercializa produtos de tabacaria e para reforma de roupas,

preciso que esse pessoal se conscientize que existe uma lei e que ela deve ser respeitada". Ele não acredita que um simples reforço da fiscalização, com mais agentes, será suficiente para acabar com o problema. "Se esse pessoal do CPC não se conscientizar, não adianta (aumentar a fiscalização)". Almeida conta que o problema de ex-camelôs voltando para as ruas também acontece, mas em menor grau, no outro camelódromo, na rua Duque de Caxias. Os fiscais estão trabalhando acompanhados de guardas civis municipais, por causa dos seguidos episódios de agressões. Vários fiscais apanharam de camelôs - no último incidente, há três semanas, um ambulante jogou uma armação de arame, cheia de CD's piratas, em cima dos fiscais. Lavrado o auto de infração o camelô precisa pagar uma multa de R\$ 170 para reaver suas mercadorias, desde que as mesmas não sejam produtos falsificados, como CD's piratas - estes não são devolvidos. A maioria dos ambulantes não recupera seus produtos - ou por que não têm dinheiro ou porque o valor das mercadorias apreendidas é menor que a multa. Produtos perecíveis (como frutas) devem ser retiradas em até 24 horas - caso contrário, são encaminhados a entidades assistenciais.

Elvira Melo, presidente da associação dos permissionários do Centro Popular, sem fregueses, passa o dia costurando. Com a desaceleração da economia, aumentou o desemprego, o que significa mais pessoas sem dinheiro para comprar. Como o Centro Popular de Compras, com pouco mais de 150 boxes, não conseguiu abrigar todos os camelôs, os que ficaram de fora acabaram sendo colocados na praça Francisco Schmidt, ao lado do Pronto-Socorro Municipal. A transferência não deu certo - com um movimento de vendas muito



para. A única saída é a Prefeitura investir de vez, todos os camelôs da cidade. Como o Centro Popular de Compras, com pouco mais de 150 boxes, não conseguiu abrigar todos os camelôs, os que ficaram de fora acabaram sendo colocados na praça Francisco Schmidt, ao lado do Pronto-Socorro Municipal. A transferência não deu certo - com um movimento de vendas muito



FONTE: JORNAL A CIDADE, RIBEIRÃO PRETO, 29 DE JULHO DE 2003. CADERNO LOCAL, P.04

## TRABALHO INFORMAL

Joel Silva/Folha Imagem



Calçadão da General Osório, espaço preferido pelos camelôs que atuam no centro de Ribeirão

## Camelôs retornam ao calçadão

20 ambulantes irregulares são flagrados em três quarteirões

ADRIANA MATIUZO

FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

A dois meses das eleições municipais, os camelôs voltaram a trabalhar irregularmente no calçadão da rua General Osório, no centro de Ribeirão Preto, praticamente ignorados pela fiscalização do município, segundo comerciantes dessa área.

A Folha percorreu ontem o calçadão e contou 20 camelôs em três quarteirões —entre as ruas Visconde do Inhaúma e Amador Bueno. Não foram contados os que possuem deficiência física, que têm autorização para trabalhar no local.

Os ambulantes vendem de capas de celular a cintos, CDs e perfumes. Eles usam mostruários fáceis de desmontar, que facilitam uma fuga rápida quando fiscais se aproximam.

“Eu trabalho com uma merca-

doria legítima, pago os impostos e ainda tenho que concorrer com eles de igual para igual”, disse o comerciante João Carlos Rossetto, 41, proprietário de uma loja de acessórios.

Segundo a comerciante Sílvia Helena Guimarães, 38, para o cliente também é um incômodo a presença dos camelôs. “O cliente que deseja fazer compras com tranquilidade acaba preferindo ir ao shopping.”

Ribeirão tem dois espaços regulares para os camelôs: o Centro Popular de Compras e o camelódromo da rua Duque de Caxias. “Metade do povo que está aqui [no calçadão] veio do camelódromo”, afirmou Marcelo Rosa, 26, que vende óculos de sol no calçadão.

Tatiane Carvalho, 16, disse que está no calçadão há um mês vendendo capas de telefone celular. “Aqui o movimento é

maior, você vende mais”, afirmou, enquanto olhava ao redor para ver se os fiscais não estavam chegando.

De acordo com o presidente do Grupo Gestor do Calçadão da ACI-RP (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto), Lino Strambi, 70, ainda está sendo negociado um local para abrigar os 13 camelôs com deficiência física que estão trabalhando no calçadão.

Nesta semana, eles disseram que aceitam trabalhar no camelódromo da Duque de Caxias, desde que haja algumas mudanças na administração do local. “Somente com a saída deles nós poderemos cobrar uma repressão direta do poder público”, disse Strambi.

Segundo a prefeitura, a fiscalização continua sendo feita normalmente e não foi relaxada por conta do processo eleitoral.

FONTE: FOLHA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 12 DE AGOSTO DE 2004. FOLHA RIBEIRÃO, P.01